

ministrar o curso de direito num quadro geral de excelência académica e, nessa medida, promover a formação adequada às necessidades do mercado e à qualificação de profissionais na área jurídica, com conhecimentos, competências e aptidões culturais que permitam, nomeadamente, o exercício actividades na área do Direito, como a advocacia, consultadoria jurídica, registos e notariado, conservadoria, prestações em actividade pública e privada, órgãos governamentais, e domínios afins.

3.2- Aprovação do Conselho Científico do ISUP

O Curso foi aprovado por deliberação do Conselho Científico, em sua reunião de 01 de Setembro de 2012, tendo sido confirmada em reunião do mesmo Órgão, realizada no dia 07 de Setembro de 2015.

3.3- Missão do Curso

“Ser um curso de Licenciatura em Direito, que na perspectiva do ensino-aprendizagem, da investigação científica do país e com as exigências dos diferentes cenários, seja nacional e internacional, coadune com a realidade do país e com as exigências dos diferentes cenários, e que com acreditação, contribua na formação de profissionais altamente qualificados para o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconómico da República de Angola.”

3.3- Visão do Curso

“Nos próximos 10 anos, constituir-se num curso Acreditado e Referenciado no país, criar infraestruturas para aumentar e expandir a sua actuação, ampliar a sua oferta formativa em número de estudantes na área de Direito, empreendendo contínuas acções para a criação de um Centro de Investigação, de uma plataforma que permita o Ensino à Distância e Semi presencial, aperfeiçoando continuamente as actividades de ensino-aprendizagem, investigação, extensão e gestão, que permitam a que o curso seja uma área de excelência.”

3.4- Objectivos do curso

3.4.1- Objectivo Geral

“Formar integralmente o indivíduo, dotando-o de altos níveis de conhecimentos, habilidades técnico-científicas, valores éticos e morais, que lhe permitam exercer com alto grau de qualidade, eficiência e eficácia as diferentes funções que lhes forem

atribuídas nas suas áreas do conhecimento, objectivando atender as demandas socioeconómicas.”

3.4.2- Objectivos Específicos

A licenciatura em Direito visa:

Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações:

- Possibilitar ao estudante desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
- Desenvolver no estudante, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- Incentivar o estudo dos fenómenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social;
- Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, em especial aquelas de ordem ambiental e de desenvolvimento sustentável, qualificando o estudante para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- Capacitar os estudantes para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- Incentivar a actuação do estudante junto à comunidade regional, como forma de não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação social, de construção da cidadania e do desenvolvimento sustentável;

- Estimular a pesquisa e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade;
- Descrever os fenómenos jurídicos mediante a aplicação de propostas e soluções normativas a casos concretos da actividade jurídica.

3.5- Valores do Curso

Os valores do curso de Gestão Empresarial e Contabilidade são:

- Justiça;
- Profissionalismo;
- Verdade
- Integridade;
- Profissionalismo;
- Excelência técnica;
- Responsabilidade social;
- Solidariedade e humanismo;
- Confiadencialidade;
- Respeito ao Estado de Direito.

3.6- Perfil de Entrada

Ser titular do curso médio de Ciências Económica-Jurídicas, Humanas, Língua Portuguesa, Filosofia, Antropologia e História, ou de habilitação legalmente equivalente;

- Ter uma idade mínima 18 anos;
- Ser submetido a um exame escrito, presencial e pessoal;
- Obter no exame de acesso a nota mínima de 10 valores.

3.7- Perfil de Saída

O curso de Licenciatura em Direito deve possibilitar a formação do profissional do Direito que revele, pelo menos, as seguintes habilidades:

Advocacia, Magistratura, Consultoria e Assessoria Jurídica, Fiscal e Financeira, Mediação Jurídica e Arbitragem, Docência, Carreira Diplomática, Acesso a cargos Públicos em Organizações Nacionais e Internacionais, Conservatória Civil e Registos e Notariado, Actividades Forense, Oficial de Justiça, Gestor Empresarial, Investigação



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Introdução ao Estudo do Direito
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Proporcionar ao estudante uma compreensão básica e geral sobre o Direito, seus conceitos fundamentais, sua importância na sociedade e o papel que exerce na organização social, preparando-o para o estudo das demais disciplinas jurídicas.

Objectivos Específicos:

1. Apresentar a origem, evolução e principais fontes do Direito.
2. Explicar os conceitos básicos do Direito, como normas jurídicas, princípios, direitos e deveres.
3. Identificar as diferentes áreas e ramos do Direito.
4. Compreender o sistema jurídico e a estrutura dos órgãos jurisdicionais.
5. Desenvolver a capacidade de análise crítica sobre a função social do Direito.
6. Introduzir o estudo da interpretação e aplicação das normas jurídicas.
7. Promover a reflexão sobre a relação entre Direito, moral, ética e justiça

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Direito

1. O carácter social do homem

1.1 A sociedade e as ordens normativas

1.2 A Ordem religiosa

1.3 A Ordem Moral

1.4 Ordem do Trato Social

1.5 Ordem jurídica

Unidade II – A ordem jurídica

2.1 Direitos subjectivos

2.2 Noção

2.3 Natureza

2.4 Modalidades

2.5 Classificação

2.6 Figuras afins do Direito subjectivo

2.7 Direito subjectivo público Natureza

Unidade III – Os fins do Direito

3.1 Introdução

3.2 A Justiça

3.2.1. Modalidades

3.2.2. Elementos lógicos

3.2.3. Características

3.2.4. Função da Equidade

3.3 A Segurança jurídica

3.4 Relação entre a justiça e a segurança jurídica

Unidade IV – Nação, Estado e Direito

4.1. Nação

4.2. Estado, noção origem e estrutura

4.2.1. Funções

4.3. Estado e Direito

4.4. Estado de Direito

Unidade V – O Direito Natural versus Direito positivo

5.1. Considerações gerais

5.2. Concepções

5.3. Críticas

5.4. A solução positivista

5.5. Positivismo jurídico

5.5.1. Considerações gerais

5.5.1. Concepções

5.5.2. Críticas, novas soluções

5.5.3. Positivismo contemporâneo

Unidade VI- Os grandes sistemas jurídicos

6.1 O sistema de direito continental ou romano-germânico

6.2 Caracterização

6.3 Extensão

6.4 O sistema anglo-saxónico ou de common law

Unidade VII– A Ciência jurídica e a metodologia do Direito

7.1 O Direito como ciência

7.2 O método da ciência jurídica

7.3 Noção de método

7.4 Orientações metodológicas ao longo da história

7.5 Solução adoptada: o método crítico

Unidade VIII – A Norma Jurídica e Sanções

8.1 Introdução

8.2 Noção

8.3 Estrutura

8.4 Características

8.5 Classificação

8.5.1. Quanto a sua relação com a vontade dos seus destinatários

8.5.2. Quanto ao âmbito de validade espacial

8.5.3. Em relação ao âmbito pessoal de validade

8.5.4. Quanto a plenitude do seu sentido

8.5.5. Quanto a sanção que aplica

8.6. As sanções jurídicas

8.6.1. Noção

8.6.2. Espécies de sanções jurídicas

8.6.3 Sanções reconstitutivas

8.6.3 Sanções compensatórias

8.6.4 Sanções compulsórias

8.6.5 Sanções punitivas

8.6.6 Sanções preventivas

Unidade IX – A tutela jurídica

9.1. Introdução

9.2. A tutela pública

9.3. Noção

9.4. Modalidades

9.5. O aparelho estadual de coacção

9.6.1. A Tutela privada

9.7.2. Noção

9.8.3. Modalidades

Unidade X– As fontes do Direito

10.1 Introdução

10.1.2 Conceito de Fonte de Direito

10.1.3 Considerações gerais sobre a noção de fonte de Direito

10.1.4 Conceito técnico-jurídico de fonte de Direito

10.1.5 Relação entre as fontes do Direito interno e do Direito internacional

10.1.6 Duas teorias: o monismo e o dualismo

10.1.7 A questão na ordem jurídica Angolana

10.2 Fonte primária/imediata

10.2.1 A lei

10.2.2 Noção

10.2.3 Pressupostos e elementos

10.2.4 Classificação

10.2.5 Hierarquia

10.2.6 Critérios de resolução de conflitos de leis

10.2.7 Processo de feitura da lei

10.2.8 Desvalor do acto legislativo

10.2.9 Cessação da vigência

10.2.10 Codificação como técnica legislativa (noção de Código, estatutos, leis orgânicas, leis avulsas e legislação extravagante).

10.2.11 Significado e valor da codificação.

10.2.12 Interpretação: noção, elementos e tipos de Integração das lacunas

10.2.13 Aplicação no tempo

10.2.14 Fundamentação/ Noções gerais

10.2.15 Posição do Código Civil angolano

10.2.16 Aplicação no espaço

10.2.17 Fundamentação/ Noções gerais

10.2.18 Fontes secundárias/mediatas

10.2.19 O costume

10.2.20 A jurisprudência

10.2.21 A Doutrina

10.2.22 Os princípios gerais/fundamentais do Direito

UNIDADE XI – Os ramos do Direito

11.1 Introdução

11.2 Direito Público e Direito Privado

11.3 Critérios de distinção

11.4 Critério adoptado

11.5 Classificação

11.6 Ramos do Direito Privado

11.7 Ramos do Direito Publico

11.8 Direito Internacional Privado

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola

Código Civil Angolano

Ferreira, Adriano . (2025). *Introdução ao Estudo do Direito*. 1ª Edição, Editora IED.

Justo, António José de Almeida Santos. (2024). *Introdução ao Estudo do Direito*. 14ª Edição. Editora Petrony.

José, António Gonçalves Ferreira; António Garcia Pereira; David Falcão.(2024). *Introdução ao Direito*. 6ª edição. Edições Almedina.

Freitas, Maria & Torres, Afonso Pinheir. (2024). *Introdução ao Direito - 12.ª Classe*, Editora, Plural Editores Angola.

Ferreira, José Alexandre Gonçalves; Pereira, António Garcia, David Falcão. (2023). *Introdução ao Direito*. 6ª Edição. Editora Almedina.

Miguel, Nogueira de Brito. (2022). *Introdução ao Estudo do Direito*. 3ª Edição, Editora AAFDL.

Borges, Walter Luis S. (2020). *Introdução ao Direito: Uma Introdução Informal e Didática ao Estudo do Direito*. 1ª Edição, Editora Clube de Autores.

Nader, Paulo. (2020). *Introdução ao Estudo do Direito*. Editora Forense.

Machado, João Baptista. (2019). *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. Almedina.

Freitas do Amaral, Diogo.(2019). *Manual de Introdução ao Direito (Vol. II)*. Almedina.

Manuel de Almeida Ribeiro.(2019). *Introdução ao Direito para as Ciências Sociais*. 2ª edição, Escolar Editora.

Aurora Tomazini de Carvalho (2019). *Curso de Teoria Geral do Direito: O Constructivismo Lógico-Semântico*. Editora Noeses.

Betioli, Antonio Bento. (2017). *Introdução ao Direito*. 6ª edição. Coimbra Editora

Domingos Pereira de Sousa. (2017). *Introdução ao Direito*, editora Quid Juris.

- Silva, Germano Marques da. (2015). *Introdução ao Estudo do Direito*. 5.^a ed.. Universidade Católica Editora.
- António Pinheiro Pereira. (2013). *Princípios Gerais de Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Latorre, Ángel. (2013). *Introdução ao Direito*. Escolar Editora.
- Coordeiro, António Manuel. (2012) *Tratado de Direito Civil I*, 4^o ed. Coimbra; Almedina.
- Tadeu, Washington. (2010). *Guia do estudante de Direito*. Lobito: Escolar Editora.
- Bobbio, Norberto, (2010). *Teoria Geral do Direito (inclui Teoria da Norma Jurídica e Teoria do Ordenamento Jurídico)*, editora Martins Fontes.
- Amaral, Domingos Fernandes, (2010). *Manual de Introdução ao Direito*. Coimbra. Almedina.
- Engisch, Karl. (2008). *Introdução ao Pensamento Jurídico (trad. port., 10)* Lisboa: Fundação Calouste.
- José Óscar Ascensão. (2005). *O Direito / Introdução e Teoria Geral*. Coimbra: Almedina.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Filosofia do Direito
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Proporcionar ao estudante uma compreensão crítica e reflexiva sobre os fundamentos filosóficos do Direito, desenvolvendo a capacidade de análise acerca da justiça, da norma jurídica, da legitimidade do poder e da relação entre Direito, moral e ética.

Objectivos Específicos:

1. Compreender os principais conceitos da Filosofia do Direito, como justiça, norma, direito natural e direito positivo.
2. Analisar as principais correntes filosóficas do pensamento jurídico, desde a Antiguidade até a contemporaneidade (jusnaturalismo, positivismo, realismo jurídico, entre outras).
3. Refletir criticamente sobre a função do Direito na sociedade, sua legitimidade e sua relação com a moral, a ética e o poder político.
4. Desenvolver a capacidade argumentativa, por meio da leitura, interpretação e debate de textos clássicos e contemporâneos da Filosofia do Direito.
5. Estabelecer conexões entre os fundamentos filosóficos e a prática jurídica, contribuindo para uma atuação profissional mais consciente e ética.
6. Contextualizar os debates filosófico-jurídicos no âmbito dos desafios contemporâneos, como direitos humanos, justiça social, democracia e Estado de Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Filosofia do Direito

- 1.1 Conceito, natureza e objeto da Filosofia do Direito
- 1.2 Diferença entre Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito
- 1.3 Importância da Filosofia para o pensamento jurídico em Angola

1.4 A função crítica da Filosofia do Direito

2. O Direito como Fenómeno Filosófico e Social

2.1 A relação entre Direito, moral, ética e religião

2.2 O problema da justiça: conceito e teorias

2.3 Direito e autoridade: obediência, legitimidade e poder

2.4 Fundamentos filosóficos dos direitos humanos

3. Correntes Filosóficas do Pensamento Jurídico

3.1 Jusnaturalismo:

3.1.1 Direito natural na Antiguidade (Platão, Aristóteles)

3.1.2 Jusnaturalismo cristão (Santo Agostinho, São Tomás de Aquino)

3.1.3 Jusnaturalismo racionalista moderno (Grotius, Locke, Rousseau)

3.2 Positivismo Jurídico:

3.2 Auguste Comte e a ciência do Direito

3.3 Hans Kelsen e a Teoria Pura do Direito

3.4 Positivismo jurídico e legalismo no contexto africano

3.3 Pós-positivismo e teorias contemporâneas:

3.1 Ronald Dworkin e os direitos como princípios

3.2 Robert Alexy e a ponderação de princípios

3.3 Hermenêutica jurídica e interpretação constitucional

4. Filosofia Africana do Direito

4.1 Introdução à Filosofia Africana

4.2 Concepções tradicionais de justiça e Direito em África

4.3 O Direito Consuetudinário angolano

4.4 O princípio do Ubuntu: dignidade, comunhão e humanidade

4.5 Relação entre Direito moderno e Direito tradicional em Angola

5. Justiça, Direito e Sociedade

5.1 Teorias clássicas da justiça (Aristóteles, Tomás de Aquino, Rawls)

5.2 Justiça social no contexto de países em desenvolvimento

5.6 Estado, Direito e desigualdade em Angola

5.7 A justiça como valor constitucional

6. Direito, Poder e Ideologia

6.1 O Direito como instrumento de dominação ou libertação

6.2 Análise crítica marxista e neomarxista do Direito

6.3 Michel Foucault: saber, poder e disciplina jurídica

6.3 Ideologias jurídicas e o papel do jurista em Angola

7. Desafios Contemporâneos da Filosofia do Direito

7.1 Direitos humanos e cultura africana

7.2 Bioética, ambiente e tecnologia

7.3 O papel do Direito na consolidação da democracia em Angola

7.4 Justiça de transição e reconciliação nacional

8. Aplicações Práticas

8.1 Estudo e debate de dilemas jurídicos e morais

8.2 Análise crítica de decisões judiciais sob a ótica filosófica

8.3 Integração da tradição e da modernidade no sistema jurídico angolano

BIBLIOGRAFIA

- Rafael, António Tobias Simba (2018). *O Direito à Liberdade Religiosa no Estado Constitucional Angolano: Racionalidade entre o Real e o Ideal*, Editora Alupolo.
- Coelho, Fábio Alexandre, (2022). *Filosofia do Direito*, 4ª edição, Editora versão e Book.
- Costa, José de Faria Costa & Moura, Bruno de Oliveira Moura. (2021). *Filosofia do Direito*. Editora FD Iuris.
- Cunha, Paulo Ferreira da.(2023). *Filosofia do Direito e do Estado*. Editora Leya.
- Cunha, Paulo Ferreira da. (2024). *Ficções Jurídicas*. Edições Almedina.
- Ferro, José Miguel. (2016). *Introdução à Filosofia e Epistemologia do Direito*. Editora: ED-Iuris.
- Adolphus, Herbert Lionel. (2007). *O Conceito de Direito*. 5ª edição. Editora Fundação Calouste Gulbenkian.
- João Soares Silva Dono. (2013). *Introdução ao Direito Angolano*. Editora Escolar Editora.
- João, Domingos Francisco João.(2022). *O Direito Angolano em Contexto: Contributos para o seu estudo e compreensão*. Editora Lisbon Press.
- Lamego, José. (2023). *Filosofia do Direito*. Vol-I. Edições Almedina.
- Lopes, José Reinaldo de Lima (2022), *Curso de Filosofia do Direito – O Direito Como Prática*, 1ª edição, Editora FD Iuris.
- Lopes José Reinaldo Lima Lopes (2021) *Curso de Filosofia do Direito*. Editora Amazon
- Kandjimbo, Luis. (2021). *Filosofemas Africanos. Ensaio sobre a efectividade do direito à Filosofia*, Ancestre Editora.
- Mascaro, Alysson Leandro. (2024). *Filosofia do Direito*. 11ª edição, Editora Atlas.
- Reale, Miguel (1998). *Filosofia do Direito*. Volume Único, 18ª edição, Editora Saraiva

Reale Miguel, (2002). *Filosofia do Direito*. 20ª Edição, Editora Saraiva.

Moncada, Luís Cabral de.(2024). *Filosofia do Estado e do Direito – Volume II*. 2ª edição Editora Quid Juris.

Nader, Paulo.(2022). *Filosofia do Direito*. 28ª edição, Editora Forense.

Paulo Ferreira da Cunha. (2020) *Filosofia do Direito e do Estado: História & Teorias*. Editora Edições Almedina

Dworkin, Ronald. (2014). *O Império do Direito*. 3ª edição. Editora Martins Editora.

Dworkin, Ronald. (2016). *Justiça para Ouriços*. Editora Edições Almedina

Sousa, Ana Paula Loureiro de, (2023). *O Pensamento Filosófico-Jurídico Português Contemporâneo*, Editora Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Subi, Henrique Romanini. (2023). *Resumo de Filosofia do Direito*. 1ª edição Editora Clube de Autores.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	História do Direito Romano e das Instituições
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender a formação, desenvolvimento e legado do Direito Romano e das instituições jurídicas da Roma Antiga, avaliando sua influência nas estruturas jurídicas modernas, com ênfase na tradição romano-germânica e no contexto jurídico angolano.

Objectivos Específicos:

1. Analisar criticamente as origens históricas do Direito Romano e sua evolução nas diferentes fases da civilização romana (Monarquia, República e Império).
2. Compreender os principais institutos jurídicos romanos (família, propriedade, obrigações, sucessões, etc.) e sua permanência no direito civil contemporâneo.
3. Estudar as fontes do Direito Romano, incluindo a Lei das XII Tábuas, jurisprudência, éditos e o *Corpus Juris Civilis* de Justiniano.
4. Relacionar o Direito Romano com o surgimento das instituições jurídicas ocidentais, especialmente no contexto europeu medieval e moderno.
5. Reconhecer a importância do Direito Romano na formação dos sistemas jurídicos lusófonos, como o português e o angolano.
6. Desenvolver a capacidade de leitura e interpretação de textos jurídicos antigos, aplicando conceitos romanos a situações hipotéticas atuais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMA I- ENQUADRAMENTO GENÉRICO

1. Época arcaica

1.1. Nascimento de Roma

1.2. As fontes do *Ius quiritium*

2. Época republicana ou pré-classica

2.1. Nascimento da República e da democracia romana

2.2. A revolta plebeia e as novas fontes do direito

2.3. As magistraturas republicanas

2.4. As fontes do *Ius civile* na época republicana

2.5. O eclipse dos pontífices. O *Ius* : da religião a política

2.6. O direito pretório (*ius honorarium* e *ius gentium*)

2.7. Os alicerces da ciência do direito

2.8. Organização do domínio romano na Itália e no Mediterrânea

3. Época clássica ou do principado

3.1. Crise da República

3.2. Octávio e o nascimento do principado

3.3. O império: novos órgãos da administração central

3.4. Novas fontes do direito: o *Ius respondendi* e as *constitutiones*

4. Época pós-clássica

4.1. Instauração da monarquia absoluta ou Dominatio

4.2. Novos órgão de governo

4.3. *Lex*, *Iura* e Jurisprudência

4.4. Divisão do império em *pars orientis* e *pars occidentis*

4.5. Compilações privadas e públicas de constituições

4.6. Queda do império romano do ocidente. As leis romano-barbaras

4.7. Romanidade e mundo germânico.

5. Época republicana ou pré-clássica

5.1. O imperador Justinianeia

5.2. As compilações de Justiniano: novas fontes do direito.

ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE DIREITO PRIVADO

(ESTUDO INTRODUTÓRIO E SELECTO):

1. Conceito de pessoa no direito romano

1.1. Os sujeitos de direito

1.2. A pessoa física e as suas vicissitudes

1.3. A pessoa jurídica.

2. O negócio jurídico no direito romano

2.1. O formalismo negocial em Roma

2.2. Os elementos do negócio jurídico: essências e acidentais

2.3. A invalidade do negócio jurídico: anomalia no processo de formação da vontade

3. A união matrimonial e a relação familiar

3.1. O matrimónio e a família

3.2. A filiação e o poder paternal

4. As coisas e as suas classificações

4.1. *Res in patrimonio* e *res extra patrimonium*

4.2. Distinção das coisas patrimoniais (*res in commercio*)

5. Os direitos reais (generalidades)

5.1. O direito de propriedade

5.2. As acções a favor da propriedade

6. As obrigações

6.1. Definição de obligatio

6.2. Fontes e categorias de obrigações

6.3. Modo de extinção das obrigações

7. As obrigações ex contractu e os contratos no direito romano.

7.1. O sistema contratual romano

7.2. Categoria de contrato no direito

7.3. Obrigações derivada de contratos atípicos

8. As sucessões

8.1. A sucessão na concepção romana

8.2. Os elementos da *hereditas* romana

8.3. Formas de Testamento

8.4. A sucessão ab intestato.

8.5. Aquisição da herança e a tutela judiciária do herdeiro

9. Tutela jurídica dos direitos: o processo cível romano

9.1. Direito e acção

9.2. As *legis actiones*

9.3. O processo formular ou por *concepta verba*

9.4. A *cognitio extra ordinem*.

BIBLIOGRAFIA

Adragão, Paulo Pulido. (2020). *Lições de História do Direito Romano*. Peninsular e Português. Editora Almedina.

- Albuquerque, Rui. (2023). *História do Direito Romano, Peninsular e Português*, Editora Coimbra Editora.
- Alves, José Carlos Moreira. (1995). *Direito Romano, Vols. I e II*, Editora Forense.
- Alves, José Carlos Moreira. (2016). *Direito Romano*, Editora Forense.
- Cura, António Alberto Vieira. (2013). *Direito Romano e História do Direito Português: casos práticos resolvidos e textos*. Editora Coimbra Editora.
- Cura, António Alberto Vieira, (2013). *Direito Romano e História do Direito Português*. Editora Coimbra Editora.
- David, René. (1998). *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Editora Martins Fontes.
- Eduardo Vera-Cruz Pinto. (2009). *Curso de Direito Romano*. Editora Principia.
- Giordani, Mário Curtis. (2017). *Manual de Direito Romano*. 21ª ed., Editora Livraria do Advogado.
- José Duarte Nogueira, (2009), *Direito Romano*. 1ª ed., Editora Coimbra Editora.
- Júnior, Walter Guandalini.(2023). *História do Direito Romano*. 1ª Edição. Editora Inter Saberes
- Justo, António dos Santos. (2018). *Direito Privado Romano - II (Direito das Obrigações)*. 6.ª Edição, Editora Coimbra Editora.
- Justo, António dos Santos. (2021). *Manual de Direito Privado Romano*. 3.ª Edição, Editora Petrony.
- Moura, Luiz Antônio Rolim de. (2022). *Instituições de Direito Romano*. 3ª Edição Editora Revista dos Tribunais.
- Ascesão, Pedro de Oliveira, (2010). *Instituições de Direito Romano*. Editora Edições Lusófonas
- Plessis, Paul. (2020). *Bořkowski's Textbook on Roman Law*. 6ª edição. Editora Coimbra Editora.
- Rizzardo, Arnaldo. (2021). *Direito Romano*. 9ª edição Editora Forense.
- Rolim, Luiz Antônio (2003). *Instituições de Direito Romano*. Editora Revista dos Tribunais.
- Rolim, Luiz António. (2022). *Instituições de Direito Romano*. Editora Revista dos Tribunais.
- Sardinha, Carlos.(2022). *Cronologia de Direito Romano*. UCP Editora.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Latim
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivos Gerais: Capacitar os estudantes a compreender e traduzir textos em Latim, especialmente aqueles relacionados ao Direito Romano, promovendo a aquisição de conhecimentos linguísticos básicos e intermediários para interpretação e aplicação dos conceitos jurídicos presentes nos textos clássicos.

Objectivos Específicos:

1. Aprender a estrutura básica da língua latina: morfologia, sintaxe e vocabulário fundamental.
2. Traduzir e interpretar textos simples a intermediários em latim, com ênfase em textos jurídicos clássicos.
3. Compreender os principais termos e expressões latinas usados no Direito Romano e no Direito moderno.
4. Desenvolver a capacidade de análise crítica dos textos latinos, relacionando-os com conceitos jurídicos atuais.
5. Promover o entendimento da influência do latim na terminologia jurídica das línguas modernas, especialmente o português.
6. Aplicar os conhecimentos linguísticos para melhorar o raciocínio lógico-jurídico e a redação técnica

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMA I – INTRODUÇÃO

UNIDADE I – MORFOSINTAXE E FONÉTICA

1. Notas sobre a fonética latina

- 1.1 O Alfabeto latino e sua pronúncia
- 1.2 Quantidade vocálica e acento tónico
- 2. O Sistema Verbal
 - 2.1 Características da flexão verbal.
 - 2.2 As quatro conjugações
 - 2.3 O verbo Sum e o Verbo possum
 - 2.4 Formas nominais do Verbo
- 3. O sistema nominal
 - 3.1 Declinação dos Substantivos em suas clássicas: 5 declinações
 - 3.2 Declinação dos adjetivos da 1ª e 2ª classe
 - 3.3 Declinação de alguns pronomes e numerais
- 4. Casos especiais de morfosintaxe
 - 4.1 . Ablativo absoluto, de lugar donde , o acusativo de para onde
 - 4.2. O ablativo absoluto, o caso locativo
 - 4.3 Graus de adjetivos e de alguns advérbios
- 5. Particularidades sobre a sintaxe
 - 5.1. Frase Afirmativa, negativa e interrogativa
 - 5.2 Principais funções sintáticas
 - 5.3. Orações coordenadas e subordinadas
 - 5.4 O sujeito da Oração infinitiva
- 6. Particularidades sobre os brocardos jurídicos
 - 6.1 A origem dos Bracardos jurídicos
 - 6.2 A Importância e a aplicação dos brocardos

UNIDADE II-TRADUÇÃO

TEMAS:

- 2. Textos latinos
 - 2.1 Roma in Alia
 - 2.2 Servi
 - 2.3 Daedalus
 - 2.4 Equus Trojanus
 - 2.5 Dei Romani
 - 2.6 De senatu et magistratibus et populo
 - 2.7 De Romanorum indole
- 2 .2 Sentenças latinas

2.2. 1 Várias sentenças latinas, dispostas em ordem alfabética

2.2.2 Introdução à Língua Latina.

História e importância do Latim no Direito e nas ciências jurídicas. Alfabeto latino e pronúncia. Noções gerais da gramática latina.

2.2. 3 Morfologia Básica

2.2.4 Substantivos: casos, gêneros e declinações.

2.2.5 Adjetivos: concordância e tipos.

2.2.6 Pronomes: tipos e usos principais.

2.2.7 Verbos: tempos, modos, voz ativa e passiva, conjugação regular e irregular.

2.3 Sintaxe Fundamental

2.3.1 Estrutura da frase latina.

2.3.2 Uso dos casos (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, ablativo).

2.3.3 Construção das orações simples e compostas.

2.3.4 Partícipios, infinitivos e gerúndios.

2.4. Vocabulário Jurídico

2.4.1 Termos e expressões latinas mais usados no Direito Romano e no Direito contemporâneo.

2.4.2 Expressões jurídicas usuais no sistema jurídico angolano.

2.4.3 Análise de frases e sentenças jurídicas em Latim.

2.4.4 Leitura e Tradução de Textos Jurídicos

2.4.5 Textos selecionados do Direito Romano (exemplos das XII Tábuas, Institutas, digesto).

2.4.6 Exercícios práticos de tradução e interpretação.

2.4.7 Comentários sobre o contexto histórico e jurídico

BIBLIOGRAFIA

Borregana, António Afonso & Borregana, Ana Rita, (2019), *Novo Método de Latim – Latim*, 11.º Edição. Raiz Editora.

Cambridge Latin Course, método progressivo e textos adaptados, Editora Cambridge University Press

Fernanda Carrilho, 2023, *Dicionário de Latim Jurídico*, 3ª Edição, Edições Almedina.

Fernando Pereira Rodrigues, 2023, *As Expressões Latinas No Discurso Jurídico*, Edições Almedina.

Fernando Oliveira, 2022, *Glossário de Latim para Juristas*. 12ª Edição Escolar Editora.

Fernando Oliveira, 2023, *Glossário de Latim para Jurista*., Escolar Editora

Ferreira, António Gomes. (2017). *Dicionário de Latim-Português*. Porto Editora.

Lourenço, Frederico. (2019). *Nova Gramática do Latim*. Quetzal Editores.

Gramática de Latim em português. 2ª Edição, Centro Dom Bosco / Editora CDB.

Hélcio Maciel França Madeira & Dário Rodrigues (2020). *Introdução ao Latim Jurídico*. 2ª Edição, YK Editora.

Napoleão, Mendes de Almeida. (2024). *Gramática Latina*. Edição. CDB Editora.

Goullet, Monique & Parisse, Michel. (2019). *Aprenda o Latim Medieval: Manual para um Grande Começo*. 1ª Edição, Editora UNICAMP.

Napoleão, Mendes de Almeida. (2024). *Gramática Latina*. Escolar Editora.

Most, Padre William. (2024). *Latim pelo Método Natural – Manual do Professor e Respostas*

Queiró, Sofia Miranda Virgílio. (2013). *Breviário de Latim-Português – Expressões jurídicas e não jurídicas*, 3.ª Edição Editora Quid Juris.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

**PROGRAMA DA UNIDADE CURRICULAR DE DIREITO CONSTITUCIONAL E
CIÊNCIAS POLÍTICAS**

Unidade Curricular	Direito Constitucional E Ciências Políticas
Ano	1º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos do Direito Constitucional e das Ciências Políticas, analisando os principais conceitos, teorias e estruturas institucionais que regem o Estado, a Constituição, o poder político e os direitos fundamentais, visando à formação crítica e cidadã dos estudantes.

Objectivos Específicos

1. Identificar os princípios fundamentais do Direito Constitucional e sua aplicação na organização do Estado.
2. Compreender o conceito e a importância da Constituição como norma fundamental de um país.
3. Analisar os modelos de Estado, formas de governo e sistemas de governo.
4. Estudar os direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição.
5. Discutir o papel dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e sua inter-relação.
6. Compreender os principais conceitos das Ciências Políticas, como poder, soberania, legitimidade, ideologia e cidadania.
7. Examinar criticamente os sistemas eleitorais, os partidos políticos e os mecanismos de participação democrática.
8. Estimular a reflexão sobre a importância do Estado de Direito e da democracia na sociedade contemporânea

Conteúdos Programamáticos

Unidade-I: Breves conhecimentos sobre Ciência Política e de Direito Constitucional.

1.1. Noção de Direito Constitucional

1.2 O objecto de estudo do direito constitucional

1.2.1 A dicotomia do direito constitucional e a constituição

1.2.2 A dicotomia da constituição e Lei constitucional

1.3 As divisões e espécie do direito constitucional

1.4 As características do direito constitucional

1.5 Noção de Ciências Políticas

1.5.1 Objecto de estudo de ciencias políticas

1.5.2 Distinção entre Ciências Politicas e direito constitucional

Unidade II- Introdução a teoria geral do Estado

2.1. Conceito de Estado

2.1.1 Elemento, formas, fins e funções do Estado

2.1.2 As teorias sobre as funções do Estado

2.2 Breve referencia a condição dos estrangeiros e apátridas

2.3 Tipos históricos de Estado

2.3.1 Estado Originário

2.3.2 Estado Grego

2.3.3 Estado Romano

2.3.4 Estado Medieval

2.3.5 Estado Moderno

2.3.6 Estado Estamental ou Composto

2.3.7 Estado Absoluto

2.3.8 Estado Constitucional

Unidade-III: O constitucionalismo e a origem da cosntituição

3.1 A constituição e o constitucionalismo

3.2 O constitucionalista Clássico-Liberal

3.3 O constitucionalismo angolano. História constitucional

3.4 A problemática das constituições em África

3.5 Plurissignificatividade da contituição. A origem histórica do conceito de constituição

3.6 Constituição formal, material e instrumental

3.7 Constituição flexível, rígida e semi-flexível.

3.8 Constituições estatutárias ou organicas e constituições programáticas

3.9 As funções da constituição

3.10. Característica da constituição

3.11. O poder constituinte

3.12. Tipologia, limites e natureza

3.13 Revisão, reforma e mutação constitucionais

Unidade- IV: Os sistemas constitucionais

4.1 Os sistemas constitucionais de matriz Inglesa ou Britânica

4.2 Os sistemas constitucionais de matriz americana

4.3 Os sistemas constitucionais franceses

4.4 Os sistemas constitucionais suíços

4.5 Os sistemas constitucionais alemães

4.6 Os sistemas constitucionais dos Estados africanos

4.7 Os sistemas constitucionais dos países africanos de língua portuguesa

Unidade -V: Os Regimes Políticos

5.1 Regime políticos

5.2 Sistemas políticos de governo

5.2.1 O sistema parlamentar

5.2.2 O sistema presidencialista

5.2.3 O sistema semi presidencialista

5.2.4 O sistema presidencialista parlamentar (Angolano)

Unidade -VI: Os sistemas de partidos políticos e os grupos de interesses e grupos de pressão

6.1 Conceito de partidos políticos

6.2 Origem dos partidos políticos

6.2.1 As funções dos partidos políticos

6.2.2 Classificação dos partidos políticos

6.2.3 Estrutura dos partidos e grupos de participação

6.2.4 Tipos de sistemas de partidos

6.2.5 Noção de grupos de interesse e de grupos de pressão

6.2.6 Natureza e tipologia dos grupos

6.2.7 A acção dos grupos de pressão.

Unidade- VII: O direito eleitoral e sistemas eleitorais

7.1 O direito de sufrágio

7.2 Os sistemas eleitorais

7.3 A função do sistema eleitoral no Estado

7.4 Conceção e tipologia dos sistemas eleitorais.

7.5 Sistemas maioritários

7.5.1 Sistemas proporcionais

7.6 O processo eleitoral: O processo eleitoral

7.7 O processo eleitoral em Angola

7.8 O contencioso eleitoral perante o tribunal constitucional

7.9 O referendo e o plebiscito

Unidade-VIII: Ordem constitucional, organização do poder político e sistema jurisdicional angolano.

8.1 A ordem constitucional angolana

8.1.1 Características gerais da constituição da República de Angola

8.1.2 A identidade constitucional

8.1.3 Núcleos fundamentais da constituição

8.2 A organização do poder político

8.2.1 Primeiras observações

8.2.3 Os órgãos auxiliares e consultivos do Presidente da República

8.2.4 Distribuição e exercício do poder legislativo

8.3 A administração local do Estado

8.4 O poder local

8.5 O sistema jurisdicional

8.5.1 O sistema jurisdicional segundo a constituição

8.5.2 O sistema jurisdicional existente

8.5.3 As perspectivas de reforma.

Unidade-IX: Natureza, estrutura e função da constituição angolana

9.1 A natureza da Constituição

9.2 Uma explicação sobre a CRA

9.3 Traços caracterizadores da CRA

9.3 Pressupostos da realização da constituição

9.4 A estrutura da CRA

9.4.1 O princípio do Estado de Direito

9.4.2 A especificidade da constituição como norma

9.5 A função da constituição

9.5.1 As funções gerais da constituição

9.5.2 As funções particulares da constituição: o caso da CRA

Unidade-X: O poder local na CRA: os princípios fundamentais

10.1 Contexto e conceitos operativos. Ponto de partida

10.2 A extraordinária situação angolana no quadro do direito comparado

10.3 Conceito de poder local e de autarquia local

10.4 Natureza jurídica dos municípios e das comunas existentes em Angola

10.5 O poder local na CRA

10.6 Regulação e enquadramento do poder local da CRA

10.7 As grandes opções do legislador constituinte

10.8 A multiplicidade de referências constitucionais

10.9 O princípio do Estado de direito

10.10 A centralidade do princípio democrático

10.10.1. A omnipresença do princípio democrático na regulação constitucional do poder local.

10.11 As diversas feições da democracia no âmbito do poder local

10.12 O princípio da autonomia local como norma base do poder local

10.13 A recepção histórica da CRA da ideia de autonomia local

10.14 Conceito, âmbito, natureza, funções do princípio da autonomia local

10.15 Regime e garantia do princípio da autonomia local.

Unidade- XI : A concretização do desígnio constitucional

11.1 Sentido do princípio do gradualismo

11.2 A imposição constitucional da institucionalização efectiva das autarquias locais

11.3 Descentralização territorial e perfeição de Estado constitucional.

Unidade- XII: Direitos fundamentais e direitos universais

12.1 Noção e distinção

12.2 Desenvolvimento histórico

12.3 A dignidade da pessoa humana

12.4 Os direitos fundamentais na CRA de 2010

12.5 Titularidade e destinatários dos direitos fundamentais.

12.6 As funções e tipos dos direitos fundamentais.

Unidade -XIII: O papel dos tribunais na protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

13.1 Nota sobre sentido histórico do papel dos tribunais na protecção dos direitos fundamentais

13.2 Os tribunais perante as normas de direito fundamentais

13.3 Os tribunais e a aplicabilidade directa das normas de direito, liberdades e garantias

13.4 A vinculação dos tribunais às normas de direito, liberdade e garantias

13.5 Os mecanismos jurisdicionais de protecção dos direitos fundamentais

13.5.1 Mecanismos internos

13.5.2 Mecanismo internacional

Unidade -XIV: A garantia jurisdicional de inconstitucionalidade

14.1 Noção de inconstitucionalidade

14.2 Tipos de inconstitucionalidade

14.2.1 Material, formal e organica

14.2.2 Directa, indirecta e consequente

14.2.3 Originário e superveniente

14.2.4 Presente e pretérita

14.2.5 Total e parcial

14.2.6 Acção e omissão

14.2.7 Imediato e derivada

14.3 Os órgãos de fiscalização da constitucionalidade

14.3.1 O controlo político

14.3.2 O controlo jurisdicional

14.3.3 A natureza política do controlo da constitucionalidade

14.4 Fiscalização da constitucionalidade quanto ao modo de impugnação

14.5 Natureza e efeitos do juízo de inconstitucionalidade

14.6 Afiscalização da constitucionalidade na constituição angolana

BIBLIOGRAFIA

Mendes, Gilmar; Gone, Paulo Gustavo (2023). *Curso de Direito Constitucional*. 11ª edição Editora Saraiva.

Agostinho, Agostinho. (2023). *Manual de Direito Processual Constitucional*, Almedina Editora.

Agostinho, Adlezio. (2023). *Manual de Direito Processual Constitucional – Princípios Doutrinários e Procedimentais sobre as Garantias Constitucionais*. Almedina Editora.

Pedro Lenza, (2022), *Direito Constitucional Esquematizado*. 27ª edição Editora Saraiva Jur.

Barroso, Luís Roberto. (2021). *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. Editora Saraiva Educação.

Morais, Carlos Blanco de. (2021). *A Constituição Dirigente e Vinculativa*. 3ª edição, editora AAFDL.

Sousa, Marcelo Rebelo de & Miranfa, Jorge. (2020). *Constituição Anotada*. Coimbra Editora.

Barroso, Luís Roberto. (2020). *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*, 10ª edição, Coimbra Editora.

Moarais, Carlos Blanco de. (2018). *Curso de Direito Constitucional-Teoria da Constituição*. editora edições Almedina.

Gouveia, Jorge Bacelar. (2014). *Direito Constitucional de Angola*. Editora Edições Almedina.

Santos, Onofre Martins dos, (2013). *O Município na Constituição Angolana*. Coimbra Editora.

Pinto, Ricardo Leite; Correia, José de Matos; e Seara, Fernando Roboredo. (2009). *Ciências Políticas e Direito Constitucional*. Editora Saraiva.

Machado, Jónatas e Costa. (2011). *Direito Constitucional Angolana*. Editora Edições Almedina.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Teoria Geral do Direito Civil
Ano	2.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos, princípios e categorias estruturantes da Teoria Geral do Direito Civil, proporcionando a base conceitual necessária para a interpretação, aplicação e sistematização das normas civis que regulam as relações privadas na sociedade.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os conceitos fundamentais do Direito Civil, como pessoa, bens, fatos jurídicos, negócios jurídicos, capacidade, domicílio e personalidade jurídica.
2. Analisar os princípios norteadores do Direito Civil, como o princípio da dignidade da pessoa humana, da autonomia privada, da boa-fé, da função social e da eticidade.
3. Compreender a estrutura das relações jurídicas privadas, identificando seus elementos essenciais (sujeitos, objeto e vínculo jurídico).
4. Investigar a formação, validade e eficácia dos negócios jurídicos, bem como os vícios que podem afetar sua existência e efeitos.
5. Interpretar normas civis de forma sistemática, desenvolvendo raciocínio jurídico crítico e capacidade de argumentação jurídica.
6. Refletir sobre a evolução histórica e social do Direito Civil, reconhecendo sua adaptação às transformações sociais e aos direitos fundamentais.
7. Preparar o estudante para o estudo aprofundado das demais áreas do Direito Civil, como obrigações, contratos, responsabilidade civil, família e sucessões.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Noções introdutórias gerais

1.2. Aproximações ao conceito de direito e às suas finalidades específicas (Remissão)

2. O DIREITO EM SENTIDO OBJECTIVO

2.1. Fontes do direito objectivo

2.2. Distinção entre direito público e direito privado

3. O DIREITO SUBJECTIVO

3.1. Generalidades

3.2. Elenco e distinção das espécies de direitos subjectivos

3.3. Legitimidade, poderes e faculdades

4. CONCEITO E ÂMBITO DO DIREITO PRIVADO E CIVIL

4.1. Noção e caracterização do direito civil como direito privado comum

4.2. Fontes do direito civil

4.3. Princípios fundamentais do direito privado

4.3.1. Os princípios da autonomia da vontade; da igualdade jurídica; e da protecção dos mais

fracos 4.3.2. Liberdade e responsabilidade

4.3.3. Personalismo ético

4.3.4. Os princípios da confiança e da boa fé

4.3.5. A propriedade privada

4.4. Direito privado e ordem constitucional

5. A RELAÇÃO JURÍDICA

5.1. Conceito de relação jurídica

5.2. Elementos da relação jurídica

5.3. Modalidades da relação jurídica

5.4. Limitações do conceito de relação jurídica

6. AS PESSOAS FÍSICAS

6.1. Preliminares

6.1.1. Noção de pessoa jurídica

6.1.2. A pessoa na relação jurídica

6.1.3. Pessoas singulares e pessoas colectivas

6.1.4. As pessoas singulares

6.2. A personalidade jurídica

6.2.1. Noção

6.2.2. Começo e termo

6.2.3. A situação jurídica do nascituro e do cadáver

6.2.4. Os direitos de personalidade

6.3. Estado pessoal

6.4. Personalidade jurídica, capacidade jurídica, capacidade de exercício e capacidade delitual

6.5. As incapacidades negociais

6.5.1. As incapacidades de gozo

6.5.2. As incapacidades de exercício e os meios de suprimento

6.6. Referências a figuras jurídicas afins:

6.6.1. A incapacidade delitual

6.6.2. A incapacidade accidental

6.6.3. As ilegitimidades e as indisponibilidades relativas; as proibições legais relativas

6.7. Domicílio

6.8. Nacionalidade

6.9. Ausência

6.9.1. Noção

6.9.2. Estatuto jurídico do ausente

6.9.3. Efeitos

7. AS PESSOAS COLECTIVAS

7.1. O conceito de pessoa colectiva. A justificação da sua existência

7.2. Natureza jurídica das pessoas colectivas

7.3. Sistemas de reconhecimento para atribuição de personalidade jurídica

7.4. Delimitação das pessoas colectivas de direito privado e sua classificação

7.5. As pessoas colectivas do Código Civil em geral

7.6. Os tipos de pessoas colectivas regulados

7.7. Aquisição de personalidade jurídica

7.8. Capacidade jurídica e capacidade de agir

7.9. A responsabilidade da pessoa colectiva

7.10. Sede, nacionalidade e extinção da pessoa colectiva

7.11. As pessoas colectivas do Código Civil em especial

7.11.1. Associações

7.11.2. Fundações

7.12. As associações sem personalidade e as comissões especiais

8. OS BENS

8.1. As coisas em sentido jurídico

8.2. O objecto imediato e mediato da relação jurídica

8.3. As coisas como objecto mediato da relação jurídica

8.3.1. Noção e características das coisas

- 8.3.2. As coisas fora do comércio
- 8.3.3. A classificação das coisas
- 8.3.4. Os frutos e as benfeitorias
- 8.4. O património e a empresa
- 8.5. Acepções de património
- 8.6. As modalidades de patrimónios separados
- 9. VICISSITUDES DAS RELAÇÕES JURÍDICAS: AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO.
- 9. 1. Generalidades
- 9.2. Constituição e aquisição
- 9.3. Modalidades de aquisição de direitos.
- 10. O Negócio Jurídico
- 10.1. Conceito, elementos e classificações
- 11. A Declaração Negocial
- 11.1. Noções gerais e modalidades
- 12. FORMA DA DECLARAÇÃO NEGOCIAL
- 12.1. Conceito, vantagens e inconvenientes. Princípio geral
- 13. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
- 14. FALTA E VÍCIOS DA VONTADE
- 14.1. Generalidades, divergências entre a vontade e a declaração, a simulação, a reserva mental, declarações não sérias, divergência não intencional, coacção física ou coacção absoluta ou ablativa, falta de consciência da declaração, erro na declaração, ou erro obstáculo, vícios da vontade, o erro como vício da vontade, o dolo, a coacção, o estado de necessidade e a incapacidade accidental.
- 15. A REPRESENTAÇÃO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
- 15.1. Noção, pressupostos, modalidades, figuras afins e o negócio consigo mesmo.
- 16. OS REQUISITOS DO OBJECTO NEGOCIAL
- 16.1. Exigências e efeitos da inobservância dos requisitos do objecto negocial
- 17. CLÁUSULAS ACESSÓRIAS TÍPICAS
- 17.1. A condição, efeitos da condição suspensiva, o termo, o modo, encargo ou cláusula modal, cláusula penal, o sinal e a cláusula de equidade.
- 18. VALORES NEGATIVOS DO NEGÓCIO JURÍDICO
- 18.1. Ineficácia, inexistência, a invalidade e outras formas de cessação dos efeitos dos negócios jurídicos.

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, Mafalda Miranda. (2023). *Teoria Geral do Direito Civil* (Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino e avaliação da disciplina). Gestlegal.
- Pinto, Carlos Alberto da Mota, Pinto, Paulo Mota e Monteiro, António Pinto. (2020). *Teoria Geral do Direito Civil*. 5ª Edição. Gestlegal.
- Meireles, Laura. (2020). *Teoria Geral Do Direito Civil. Princípios Fundamentais E Sujeitos*. Universidade Católica Editora.
- De Vasconcelos, Pedro Pais e De Vasconcelos, Pedro Leitão Pais. (2019). *Teoria Geral do Direito Civil*. 9ª Edição. Edições Almedina.
- Da Silva, Carlos Burity. (2016). *Teoria Geral do Direito Civil*. FDUAN.
- De Carvalho, Orlando. (1981). *A Teoria Geral da Relação Jurídica: Seu Sentido e Limites*. Centelha.
- De Andrade, Manuel. (1974). *Teoria Geral da Relação Jurídica*. 2 vols. 4.ª reimpressão, Almedina.
- Hörster, Heinrich Ewald. (1992). *A Parte Geral do Código Civil Português*. Almedina.
- Ascensão, José de Oliveira. (2001). *O Direito. Introdução e Teoria Geral, Uma Perspectiva Luso-Brasileira*. 11.ª ed. Revista. Almedina.
- Fernandes, Luís A. Carvalho. (2001). *Teoria Geral do Direito*. 2 vols. 3.ª edição revista e actualizada. Universidade Católica Editora.
- Cordeiro, António Menezes. (2002). *Teoria Geral do Direito Civil*. Relatório.
- Cordeiro, António Menezes. (2005). *Tratado do Direito Civil Português I. Parte Geral, Tomos I*. 3.ª edição, 2005.
- Pedro Pais De Vasconcelos, *Teoria Geral do Direito Civil*, 3.ª edição, Coimbra, Almedina, 2005;
- De Lima, Pires, Varela, Antunes e Mesquita, M. Henrique. (1987). *Código Civil Anotado*. vol. I, 4.ª edição. Coimbra Editora.
- De Sousa, Rabindranath Capelo. (2003). *Teoria Geral do Direito Civil, I*. Coimbra Editora.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Administrativo
Ano	2.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e institutos fundamentais do Direito Administrativo, analisando a actuação da Administração Pública, seus poderes, deveres, responsabilidades e mecanismos de controle, com vistas à promoção da legalidade, eficiência, moralidade e interesse público na gestão administrativa.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os conceitos básicos e fontes do Direito Administrativo, distinguindo-o dos demais ramos do Direito Público.
2. Analisar a organização administrativa do Estado, incluindo administração direta e indireta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
3. Compreender os princípios constitucionais e administrativos que regem a actuação da Administração Pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência.
4. Investigar os poderes administrativos, como o poder de polícia, poder regulamentar, poder hierárquico e disciplinar, e sua aplicação prática.
5. Estudar os atos administrativos, seus elementos, espécies, atributos, invalidações e formas de controle.
6. Avaliar os regimes jurídicos dos servidores públicos, suas prerrogativas, deveres, estabilidade e formas de provimento e vacância dos cargos.
7. Analisar os contratos e licitações públicas, à luz da legislação vigente e dos princípios da Administração Pública.
8. Compreender as formas de responsabilidade da Administração Pública, incluindo a responsabilidade civil, administrativa e por atos de improbidade.

9. Refletir sobre os mecanismos de controle da Administração, como o controle judicial, legislativo e interno, e o papel do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema I – Administração Pública – Génese, Noção e Sentidos.

- 1.1- Génese e Noção da Administração Pública.
- 1.2- Acepções ou Sentidos da Administração Pública
 - a)- Sentido Orgânico, Subjectivo ou Estático (Organização)
 - b)- Sentido Material, Objectivo ou Dinâmico (Actividade)
- Definição da Administração Pública
- 2- A Administração Pública e a Administração Privada
 - 2.1 Diferenciação quanto ao objecto, fim e meios.
 - 2.2 Princípios Gerais dos Órgãos da Administração Pública.
- 3- A Administração Pública e as Outras Funções do Estado
 - a)- A função Política e a Função Administrativa
 - b)- A Função Legislativa e a Função Administrativa
 - c)- A Função Jurisdicional e a Administração Pública
- 3.1- As funções do Estado e o Direito Positivo Angolano
- 3.2- A Administração Pública como Poder.

Tema II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SISTEMAS ADMINISTRATIVOS.

- 2.1- Administração Pública no Estado Oriental
- 2.2- Administração Pública no Estado Grego
- 2.3- Administração Pública no Estado Romano
- 2.4- Administração Pública no Estado Medieval
- 2.5- Administração Pública no Estado Moderno
- 2.6- Evolução Estrutural e Funcional.
- 2.2- Os Sistemas Administrativos
 - 2.2.1- Breve Caracterização
 - 2.2.2- Sistema Tradicional;
 - 2.2.3- Sistemas Administrativos Modernos:
 - a)- Sistema Administrativo de Tipo Britânico ou Administração Judiciária
 - b)- Sistema Administrativo do tipo Francês ou Administração Executiva
 - 2.2.4- Evolução dos Sistemas Britânico e Francês

2.2.5 – Caracterização do Sistema Administrativo Angolano.

Tema III – O DIREITO ADMINISTRATIVO. ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS.

3.1- *Generalidades*

3.2- *Noção de Direito Administrativo*

3.3- *Conteúdo Jurídico-Normativo: Tipos de Normas do Direito Administrativo:*

a)- *Normas Orgânicas*

b)- *Normas Funcionais*

c)- *Normas Relacionais*

3.4- *Caracterização do Direito Administrativo:*

a)- *Juventude*

b)- *Forte Influência Jurisprudencial*

c)- *Autonomia*

d)- *Codificação Parcial*

3.5- *O Direito Administrativo e os Outros Ramos do Direito*

3.5.1- *O Direito Administrativo e as suas divisões:*

a)- *Direito Administrativo Geral*

b)- *Direito Administrativo Especial*

c)- *Direito Administrativo Militar*

d)- *Direito Administrativo Cultural*

e)- *Direito Administrativo Social*

f)- *Direito Administrativo Económico*

g)- *Direito Administrativo Financeiro*

3.5.2- *O Direito Administrativo e os outros Ramos do Direito:*

a)- *O Direito Administrativo e o Direito Constitucional*

b)- *O Direito Administrativo e o Direito Judiciário*

c)- *O Direito Administrativo e o Direito Penal*

d)- *O Direito Administrativo e o Direito Internacional*

3.5.3- *A Ciência do Direito Administrativo e as Ciências Auxiliares do Direito Administrativo*

3.5.3- *As Ciências Auxiliares da Ciência do Direito Administrativo – As Ciências Jurídicas e as Ciências Não-Jurídicas.*

- *A Teoria Administrativa*

- *A Reforma Administrativa*

Tema IV – AS FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO. SUA HIERARQUIA.
CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES NO DIREITO ADMINISTRATIVO ANGOLANO.

- 4.1-As Fontes do Direito Administrativo;
- 4.2-Hierarquia das Fontes do Direito Administrativo;
- 4.3-Ausência de um Critério Material de Lei e Notas Tendencialmente Caracterizadoras.

4.4-O Sentido Especificamente Constitucional Do Termo (Lei)

4.4.1 - A Lei no Ordenamento Constitucional Angolano

4.4.2-As Leis de Bases – Seu Sentido

4.4.2-As Leis Ordinárias em Geral

4.5-Os Actos Legislativos do Presidente Da República

4.5.1-O Poder Regulamentar

4.6-Hierarquia das Leis Sobre os Regulamentos

4.7-O Costume – Artigo 7º da CRA

4.8-Characterização das Fontes do Direito Administrativo Angolano

4.9-O Ensino do Direito Administrativo em Angola

Tema V - A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

5.1-O Procedimento Administrativo (Generalidades)

5.2-Noção de Procedimento Administrativo – (artigo 2º do CPA)

5.3-A Marcha do Procedimento Decisório de 1º grau para a tomada de uma decisão administrativa – (artigo 112º e ss do CPA)

5.4.1-Natureza Jurídica do Acto Tácito – (artigo 165º do CPA)

5.5-Fundamento da Impugnação Contenciosa do Indeferimento Tácito

5.6-A Decisão expressa do Procedimento Administrativo

5.7.1-O Acto Administrativo (Perspectiva Histórica e Noção)

5.8.2-Elementos do Acto Administrativo e Natureza Jurídica

5.8.3-Characterísticas do Acto Administrativo

5.8.4-Acto Administrativo Definitivo e Executório

5.8.5-Tipologia dos Actos Administrativos

5.8.6-Actos Secundários

5.8.7-Os Vícios do Acto Administrativo

5.9-Procedimento Regulamentar – (artº 171º e ss do CPA)

5.9.1-Classificação do Procedimento Regulamentar

5.9.2-Characterísticas do Regulamento ou Poder Regulamentar

5.9.3-Distinção entre Regulamento e Lei

5.9.4-Sistema de Impugnação Contenciosa

5.9.5-Distinção entre o Regulamento e o Acto Administrativo

5.10- O Contrato Administrativo (Noções Básicas)

Tema VI: A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – (nº 2 do artigo 3º do CPA)

6.1- Noção de Organização Administrativa

6.2- Estrutura da Administração Pública Angolana

6.3- Os Princípios Fundamentais da Organização Administrativa.

6.4- Elementos da Organização Administrativa

6.4.1- As Pessoas Colectivas Públicas – (artigo 4º e ss do CPA)

- a)- Critérios para a caracterização das pessoas colectivas (simples e complexo)
- b)- Espécies de Pessoas Colectivas em Angola
- c)- Regime Jurídico das Pessoas Colectivas Públicas
- d)- Órgãos da Pessoa Colectiva Pública – (artº 5º do CPA)
- e)- Atribuições e Competências das Pessoas Colectivas Públicas (Conceito de atribuições e de competências) – artº 6º do CPA
 - Critério de delimitação de competências – espécies
 - Espécies de Competências quanto ao modo, termos do exercício, substância e efeitos, titularidade, nº de órgãos e quanto a sua inserção nas relações inter-orgânicas.
 - Conflitos de atribuições e competências – (artigo 77º e ss do CPA)

6.4.2- Os Serviços Públicos

- a)- Conceito de Serviços Públicos
- b)- Espécies de Serviços Públicos
- c)- Traços característicos do regime Jurídico dos Serviços Públicos
- d)- Organização dos Serviços Públicos

6.4.3- Hierarquia Administrativa – Noção e Caracterização – (artigo 7º do CPA)

- a)- Espécies de hierarquia administrativa
 - Hierarquia Interna
 - Hierarquia Externa
 - Conteúdo de hierarquia administrativa

Tema VII – SISTEMAS OU MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.1-Conceitos de Concentração e Desconcentração Administrativa;

7.2- Vantagens e Inconvenientes da Desconcentração;

7.3- Espécies de Desconcentração;

7.3.1- Delegação de Poderes – (artigo 64º e ss do CPA)

- Requisitos da Delegação de Poderes

7.3.2-Figuras Afins da Delegação de Poderes

- 7.3.3-Espécies de Delegação de Poderes
- 7.3.4-Requisitos da Delegação de Poderes
- 7.3.5-Extinção da Delegação
- 7.3.6-Natureza Jurídica da Delegação de Poderes.
- 7.4-Noções;
- 7.5-Pressupostos e elementos da descentralização;
- 7.5.1-Espécies de Descentralização Administrativa;
- 7.5.2-Limites da Descentralização;
- 7.6-Tutela Administrativa – (artigo 10º do CPA)
- 7.6.1-Figuras Afins;
- 7.6.2-Espécies de Tutela;
- 7.6.3-Regime jurídico da tutela;
- 7.6.4-Natureza Jurídica;
- 7.7-Vantagens/Inconvenientes da Descentralização e centralização;
- 7.8- INTEGRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE PODERES
- 7.8.1- Conceitos
- 7.8.2-Regime Jurídico
- 7.8.3-Vantagens e Inconvenientes
- 7.9-A Superintendência (artigo 11º do CPA) e Tutela Administrativa
- 7.9.1-Natureza Jurídica da Superintendência (Orientações doutrinárias) – artigo 11º do CPA
- 7.10-Espécies de Organização Administrativa
- 7.10.1-Administração Directa do Estado
- 7.10.2-Administração Local do Estado
- 7.10.3-Características da Administração Directa ou Central do Estado
- 7.10.4-Órgãos Locais do Estado
- 7.10.5-Serviços Locais do Estado
- 7.11-Magistrados Administrativos
- 7.12-Administração Periférica
- 7.13-Administração Indirecta do Estado
- 7.13.1-Institutos Públicos
- 7.13.2-Empresas Públicas
- 7.14-Administração Autónoma
- 7.14.1-Espécies de Associações Públicas
- 7.14.2-Natureza Jurídica das Associações Públicas

7.14.3-Administração Autárquica Local/As Autarquias Locais.

BIBLIOGRAFIA

- De Almeida, Mário Aroso. (2025). *Teoria Geral do Direito Administrativo*. Almedina.
- De Andrade, José Carlos Vieira. (2025). *Lições de Direito Administrativo*. 7ª Edição. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santos, Bumba, Samanjata e Chinendele. (2023). *Código do procedimento Administrativo Comentado e Anotado*, Edições Almedina.
- Feijó, Carlos. (2023). *Direito Administrativo Angolano*. Edições Almedina.
- Brito, Wladimir. (2021). *Lições de Direito Processual Administrativo*. 4ª Edição atualizada. Petrony Editora.
- Antunes, Luís Filipe Colaço. (2021). *Direito Administrativo. Lições complementares - A grande substituição*. Edições Almedina.
- Azevedo, Patrícia Anjos. (2020). *Lições de Direito Administrativo*. Primeira Edição.
- Do Amaral, Diogo Freitas e Feijó, Carlos. (2016). *Direito Administrativo Angolano*. Edições Almedina.
- Oliveira, F. P. (2013). *Noções Fundamentais de Direito Administrativo*, Coimbra: Almedina;
- Fonseca, Isabel Celeste M. e Afonso, Osvaldo da Gama. (2013). *Direito Administrativo Angolano - Vol. I, II, III. Vida Económica*.
- Amaral, D. F. (2011). *Curso de Direito Administrativo*, volume II (2ª edição). Coimbra: Almedina;
- Amaral, F., Cauperes, J., Claro, J. M. Raposo, J., Garcia, M.G., Vieira, P.S., Silva, V.P. (2005), *Código do Procedimento Administrativo Anotado, com legislação complementar* (5ª edição) Coimbra: Almedina.
- Andrade, J. C. V. (2010). *Lições de Direito Administrativo*, Coimbra. Universidade de Coimbra.
- Amaral, D. F. (2011). *Curso de Direito Administrativo*, volumes I e II (2ª edição). Coimbra: Almedina;
- Poulson. Lazarino.(2009). *Pensar Direito*. Volume III.
- Constituição da República de Angola, 2.ª Edição, Plural Editores, Luanda, 2022.
- Lei n.º 31/22, de 30 de Agosto, Código de Procedimento Administrativo.
- Lei n.º 26/22, de 22 de Agosto, Lei Base da Função Pública
- Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, Princípios a Observar Pela Administração Pública
- Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, Regime Jurídico das Férias, Faltas e Licenças na Administração Pública



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Económico
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos, princípios e instrumentos do Direito Económico, compreendendo a actuação do Estado na economia e os mecanismos jurídicos de regulação, planeamento e intervenção económica, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça social e da ordem económica constitucional.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os princípios constitucionais da ordem económica, como livre iniciativa, função social da propriedade, defesa da concorrência, redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável.
2. Compreender o papel do Estado na economia, analisando as formas de intervenção estatal (regulação, fiscalização, incentivos e sanções) e sua compatibilidade com os direitos fundamentais.
3. Analisar o regime jurídico das actividades económicas, distinguindo entre actividade económica em sentido estrito e serviço público.
4. Investigar o funcionamento das agências reguladoras e demais órgãos de regulação económica.
5. Estudar os mecanismos de defesa da concorrência e repressão ao abuso do poder económico, com base na Lei da Concorrência (Lei n.º 5/18, de 10 de Maio).
6. Refletir sobre as políticas públicas e seus instrumentos jurídicos, voltadas à estabilidade económica, inclusão social, protecção do consumidor e sustentabilidade.
7. Avaliar a interação entre Direito Económico e Direito Internacional, considerando os impactos da globalização, dos blocos económicos e dos tratados internacionais.

8. Desenvolver uma visão crítica e interdisciplinar sobre os desafios económicos contemporâneos e o papel do Direito na sua regulação.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO ECONÓMICO

1. Definição do Direito Económico;
- 1.1 Conceito de Actividade Económica;
- 1.2 Principais Características do Direito Económico.
2. Conteúdo, Objectivo e Abrangência do Direito Económico;
3. Autonomia Científica do Direito Económico;

Tema 2 – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA

- 2.1 Direito Económico Nacional;
- 2.2 Iniciativa Económica e intervenção económica pública;
- 2.3 Alteração das Condições de intervenção pública – os processos de privatização e os processos de regulação económica (parte especial);
- 2.4 Os processos de regulação económica em geral.

Tema 3 – A PRODUÇÃO, MERCADOS E PREÇOS

1. O que representa a Moeda;
2. Preços dos Produtos: Elásticos, Inelásticos, Padronizados e não Padronizados;
3. Teoria da Troca Desigual;

Tema 4 – O ESTADO COMO AGENTE NORMATIVO E REGULADOR DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

1. O Estado Prestador de Serviços Públicos;
2. Actividade Económica Exercida pelo Estado;
3. O Estado e as Empresas Estatais;
4. Intervenção do Estado no Domínio Económico;

Tema 5 – DIVISÃO DO DIREITO ECONÓMICO

1. Direito Financeiro e Orçamentário;
2. Direito Penal Económico;
3. Direito da Livre Concorrência;
4. Direito Internacional Económico;
5. Fontes do Direito Económico;
6. Abuso do Poder Económico;
7. Noções gerais de Direito Administrativo Económico.

BIBLIOGRAFIA

- De Moncada, Luís Cabral. (2023). *Direito Económico*. Almedina.
- Dos Santos, António Carlos, Gonçalves, Maria Eduarda e Marques, Maria Manuel Leitão. (2022). *Direito Económico*. 8.^a Edição. Almedina.
- Dos Santos, António Carlos. (2023). *Direito Económico*. 8.^a Edição. Almedina
- Bastos, Celso Ribeiro. *Direito Económico*. Ed. Celso Bastos, 2000.
- Rodas, João Grandino e Oliveira, Gesner. (2004). *Direito e Economia da Concorrência*. Renovar.
- Sundfeld, Carlos Ari. (2014). *Direito Administrativo Económico*. São Paulo: Malheiros.
- Morais, L. (2014). *Direito da Economia*. Volume I. Lisboa.
- Santos, A. C., Gonçalves, M. E., Marques M.M.L. (2004). *Direito Económico*. 5.^a Edição. Almedina;
- Cunha. A.C. (2009). *Despesas Públicas e Contratação Pública*. Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra.
- Domingos, Francisco João. (2014). *Temas Essenciais do Direito da Economia Angolana*. Escolar Editora.
- Constituição da República de Angola, 2.^a Edição, Plural Editores, Luanda, 2022.
- Lei n.º 25/21, de 18 de Outubro, Lei de Delimitação da Atividade Económica
- Lei n.º 15/03, de 22 de Julho, Lei de Defesa do Consumidor
- Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro, Lei de Bases do Sector Empresarial Público.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Expressão Escrita Oral II
Ano	2.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Desenvolver as competências de expressão escrita e oral, aprimorando a capacidade de comunicar ideias de forma clara, coerente, adequada e eficaz, considerando os diferentes contextos, públicos e finalidades da comunicação.

Objectivos Específicos:

1. Interpretar diferentes tipos de enunciados escritos e orais.
2. Reflectir sobre a informação captada, relacionando-a com outras informações da sua própria experiência;
3. Deduzir sentidos implícitos;
4. Avaliar a intencionalidade e a eficácia comunicativa;
5. 2. Produzir enunciados orais.
6. Utilizar uma expressão oral fluente, correcta adequada a diversas situações de comunicação;
7. Participar em distintas situações de comunicação oral, de acordo com as normas e as técnicas específicas;
8. Mobilizar de forma activa os recursos expressivos, linguísticos e não linguísticos.
9. Aprimorar a habilidade de redação, por meio da prática de diferentes géneros textuais, com foco na organização, coesão, coerência e correção gramatical.
10. Incentivar a adaptação da linguagem aos diferentes contextos e públicos, valorizando a adequação linguística e sociocultural.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

1.1. Comunicação, Língua e Linguagem

1.2. Situações / contextos de comunicação

1.3. A oralidade e a escrita

1.2.1 Regras das exposições orais

1.2.2. Regras das exposições escritas

1.2.3. As formas de tratamento (formal, informal e reverente)

2. REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA E MELHORAMENTO DA COMPREENSÃO E DA EXPRESSÃO ORAL ESCRITA E ORAL

2.1 – Ortografia - Sinais auxiliares da escrita

- Uso de letra maiúscula inicial
- Sílabas e palavras (sílabas tónicas e átonas)
- Divisão silábica e translineação
- Regras de acentuação gráfica
- Pontuação

2.2 - Morfologia

Classe de palavras variáveis e Invariáveis

- Substantivos e adjectivos
- Pronomes e determinantes
- Verbos e advérbios
- Verbos e preposições
- Conjunções
- Interjeições
- Numerais

2.2.3 - Sintaxe

- Tipos de frases
- Frase e oração
- Frases simples e frases compostas
- Elementos fundamentais da frase
- Processo de concordância dos elementos da frase
- Conexão entre as partes do discurso
- Orações coordenadas e orações subordinadas

2.2.4 - Lexicologia

- Campo lexical
- Família de palavras
- Palavras primitivas e palavras derivadas

- Palavras simples e palavras compostas
- Formas de alargamento do Léxico
- Dicionário e entrada lexical
- 2.2.5 - Semântica
- Polissemia
- Denotação e conotação
- Relações semânticas entre as palavras
- Conectores do discurso
- Valores especiais dos tempos e modos verbais

BIBLIOGRAFIA

- Carlotti, Danilo. (2021). *Hermenêutica Jurídica. Entre A Interpretação De Textos E A Avaliação De Práticas Sociais*. Editora Dialética.
- Bittar, Eduardo Carlos Bianca. (2020). *Semiótica, Direito & Arte. Entre Teoria Da Justiça E Teoria Do Direito*. Almedina Brasil.
- Rocha, Maria Regina. (2019). *Gramática de Português - Ensino Secundário*. Porto Editora.
- Azeredo, M. Olga, Pinto, M. & Lopes, M. Carmo (2009). *Da Comunicação à Expressão – Gramática de Português*, Lisboa: Lisboa Editora;
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (17ª edição).
- Das Neves, M. A. C. (2010). *Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Miguel, Maria Helena, *Convergências (s/d). Manual Universitário de Português*. Luanda.
- Bergström, Magnus. (2004). *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*. Editorial Notícias (47ª edição).
- Campbell, John. (1993). *Técnicas de Expressão Oral*. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição).
- Carvalho, J. A. B. (1999). *O ensino da escrita – da teoria às práticas pedagógicas*.
- Casteleiro, J. M. & Correia, P. D. (2008). *Atual – O novo acordo ortográfico*. Lisboa: Texto Editora (2º edição).
- Duarte, Inês. (2000). *Língua Portuguesa - Instrumento de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- _____. (2007). *O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística*. Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Estrela, Edite & Pinto-Correia, J. David. (2001). *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*. (5ª edição). Lisboa: Editorial Notícias.

- Freire, António. (1996). *Técnicas de Expressão do Português*. Braga: Edições APPACDM.
- Gomes, Álvaro. (2009). *Gramática Pedagógica e Cultural da Língua Portuguesa*. Porto, Edições Flumen/Porto Editora.
- Monteiro, Deolinda, & Pessoa, Beatriz. (1999). *Guia Prático dos Verbos Portugueses*. Lisboa: Lidel. Laranjeira;
- Moura, José de Almeida. (2003). *Gramática do português actual*. Lisboa, Lisboa Editora.
- Oliveira, Maria Manuel. (2005). *Fábrica do Texto – Guia para a produção de diferentes tipos de textos*. Cascais: Arte Plural Editores.
- Oliveira, Fátima e Duarte, Isabel Margarida. (2004). *Da língua e do discurso*. Porto, Campo de letras.
- Pinto, José Manuel de Castro & Lopes, Maria do Céu Vieira. (2004). *Gramática do Português Moderno*. Lisboa: Plátano Editores (5ª edição).
- Porto Editora. (2008). *Dicionário de Verbos Portugueses*. Porto Editora.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Internacional Público
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e instituições do Direito Internacional Público, capacitando para a análise e aplicação das regras que regulam as relações entre Estados, organizações internacionais e demais sujeitos de Direito internacional, promovendo a cooperação, a paz e o respeito aos direitos humanos no cenário global.

Objectivos Específicos:

1. Estudar as fontes do Direito Internacional Público, como tratados, costumes internacionais, princípios gerais e jurisprudência.
2. Analisar os sujeitos do Direito Internacional, especialmente Estados soberanos, organizações internacionais, povos e indivíduos.
3. Compreender os princípios fundamentais, como soberania, igualdade jurídica dos Estados, não intervenção, autodeterminação dos povos e solução pacífica de controvérsias.
4. Investigar os mecanismos de solução de conflitos internacionais, incluindo arbitragem, tribunais internacionais e organismos multilaterais.
5. Estudar o direito dos tratados, sua formação, interpretação, aplicação e extinção.
6. Analisar temas específicos, como direito humanitário, direitos humanos, direito do mar, direito ambiental internacional, e responsabilidade internacional.
7. Avaliar o papel das organizações internacionais, como ONU, OMC, OMS, e suas competências normativas e executivas.
8. Desenvolver habilidades para interpretar e aplicar normas internacionais em situações concretas, promovendo o diálogo jurídico global.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema I – Considerações introdutórias

- 1.1. Noção e Fundamento do Direito Internacional
- 1.2. A Relação entre o Direito Internacional e Direito Interno
- 1.3. Noção de Incorporação
 - a) A teoria Dualista
 - b) A teoria Monista
- 1.4. Natureza Jurídica da Norma Internacional
- 1.5. A Incorporação no Sistema Angolano nos outros Sistemas de Direito

Tema II – Fontes do Direito Internacional Público

- 2.1. Os Tratados Internacionais
- 2.2. Condições de Validade dos Tratados Internacionais
- 2.3. As formas dos Tratados
 - 2.3.1. 1ª Fase: Negociação
 - 2.3.2. 2ª Fase: Assinatura
 - 2.3.3. 3ª Fase: Ractificação
 - 2.3.4. 4ª Fase: Registo
 - 2.3.5. 5ª Fase: Promulgação
 - 2.3.6. 6ª Fase: Publicação
 - 2.3.7. Os Tratados Segundo a Natureza e Segundo o seu número
 - 2.3.8. Interpretação, Efeitos, Modificação e Extinção dos Tratados
- 2.4. Costume Internacional
- 2.5. Relação entre o Costume e o Tratado
- 2.6. Princípios Gerais de Direito Reconhecido pelas Nações Civilizadas
- 2.7. A Doutrina e a Jurisprudência
- 2.8. Actos Unilaterais e Decisões das Organizações Internacionais

Tema III – Estado Moderno

- 3.1. Origem e Natureza do Estado
- 3.6. Estado como sujeito do Direito Internacional
- 3.7. Direito Diplomático
- 3.8. Tratamento dos Estrangeiros
- 3.9. Protecção Diplomática
- 3.10. Critério da Nacionalidade e Cidadania
- 3.11. Critérios da Atribuição da Cidadania ou Nacionalidade

3.12. Estado e Nação

3.13. Territórios, Fronteiras e os critérios da sua delimitação

Tema IV – Organizações Internacionais e outros Sujeitos do Direito Internacional

4.1. Conceito e Evolução Histórica das Organizações Internacionais

4.2. Classificação das Organizações Internacionais

4.3. A Ordem Jurídica das Organizações Internacionais

4.3.1. A Composição das Organizações Internacionais

4.3.2. A Competência das Organizações Internacionais

4.3.3. O Ius Tratum e Estrutura das Organizações Internacionais

4.4. A Organização das Nações Unidas

4.4.1. Fins e Princípios Gerais da Organização das Nações Unidas

4.4.2. Membros da Organização das Nações Unidas

4.4.3. Funções das Nações Unidas

4.5. Outros Sujeitos de Direito Internacional Público

4.6. O Carácter Excepcional da Personalidade Jurídica Internacional do indivíduo

Tema V – Responsabilidade Internacional do Estado

5.1. Responsabilidade do Estado por Actos Praticados pelos seus Particulares

5.1.1. Responsabilidade por Danos Causados durante uma Guerra Civil

5.1.2. Responsabilidade por Actos Terroristas

5.2. Circunstância que excluem a Ilícitude

5.2.1. Formas de Reparação da Responsabilidade Internacional

5.3. Os Meios de Resolução Pacífica de Conflitos

5.3.1. Meios Diplomáticos

5.3.2. Meios Políticos

5.4. Tribunal Internacional de Justiça

5.5. Uso da Força no Direito Internacional

BIBLIOGRAFIA

Marrana, Rui Miguel. (2023). *Direito Internacional Público*. Quid Juris.

Brito, Wladimir (2023). *Direito Internacional Público*. 2.^a edição. Edições Almedin

Coelho, Teresa de Andrade Leal e Martins, Margarida Salema D'Oliveira. (2023). *Casos e Materiais de Direito Internacional Público*. Coletânea de textos. Universidade Lusíada Editora.

Almeida, Francisco António de M. L. Ferreira (2023). *Direito Internacional Público*. Gestlegal.

Pereira, André Gonçalves. (2023). *Manual De Direito Internacional Público*. 3.^a Edição. Edições Almedina

Gouveia, Jorge Bacelar. (2022). *Manual De Direito Internacional Público - Uma Perspetiva De Direito Lusófono*. Edições Almedina.

De Freitas, Pedro Caridade. (2015). *História do Direito Internacional Público. Da Antiguidade à II Guerra Mundial*. Principia

Pereira, André Gonçalves e De Quadros, Fausto. (2013). *Manual de Direito Internacional Público*. 3.^a Edição, Revista e Aumentada - 9.^a Reimpressão. Edições Almedina

Lukamba, Paulino. (2014). *Direito Internacional Público*. 3.^a edição. Escolar editora.

Silva, João Bernardo. (2019). *Lições de Direito Internacional*. Porto Editora.

Bastos, Fernando Loureiro. (2017). *O Direito Internacional do Mar*. Guia de Estudos, AAFDL Editora.

Baptista, Eduardo Correia. (2004) *Direito Internacional Público – sujeitos e responsabilidade*. vol. II.

Moreira, Adriano. (2007). *A comunidade internacional em mudança*. 3.^a ed., Almedina.

Constituição da República de Angola. (2022). 2.^a Edição, Plural Editores, Luanda.

Carta da Organização das Nações Unidas

Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas

Convenções das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

Resolução 174 (II) da Assembleia Geral, de 21 de Novembro de 1947

Resolução 2625 (XXXV) da Assembleia Geral, de 24 de outubro de 1970

Resolução 56/82 de 12 de Dezembro de 2001

Resolução 56/83, de 12 de Dezembro de 2001

Yearbook of the International Law Commission, 2001, vol. II, Part Two



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Finanças Públicas e Direito Financeiro
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e práticas do Direito Financeiro e das Finanças Públicas, capacitando para a análise e aplicação das regras jurídicas que regulam a arrecadação de tributos, o orçamento público, a gestão das finanças públicas e o controle da despesa pública, visando a promoção da transparência, da eficiência e da justiça fiscal.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os princípios constitucionais e legais das finanças públicas, como a legalidade, a transparência, a anualidade, a equidade fiscal e o controle social.
2. Compreender a estrutura do orçamento público, seus componentes, fases e processos, e sua importância para a gestão financeira do Estado.
3. Analisar o sistema tributário, identificando os tipos de tributos, suas funções e o regime jurídico da arrecadação, e discutindo as questões da justiça fiscal e da progressividade.
4. Avaliar as formas de controle das finanças públicas, incluindo o controle interno (por órgãos do Executivo), o controle externo (realizado pelos Tribunais de Contas e pelo Legislativo) e o controle social.
5. Estudar a gestão da dívida pública, os mecanismos de financiamento do Estado, o endividamento público e a política fiscal.
6. Investigar a responsabilidade fiscal do Estado, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (ou legislação equivalente), analisando a disciplina da execução orçamentária e a sustentabilidade das finanças públicas.
7. Analisar a atuação do Direito Financeiro em momentos de crise fiscal, como em situações de desequilíbrio orçamentário, ajuste fiscal e reformas fiscais.
8. Promover o estudo de casos práticos, com o objetivo de aplicar os conhecimentos adquiridos nas situações concretas de gestão financeira pública e de planeamento orçamentário.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA 1 – NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS

1.1. Actividade financeira

1.1.1. Necessidades individuais e colectivas. Os bens públicos: características; forma de provisão. As externalidades

1.1.2. A teoria da "public choice": teoremas da economia de bem-estar; teoremas da impossibilidade; as "falhas ou fracassos do Governo": posições doutrinárias de Hayek, Nozick e Buchanan. A unanimidade e a regra da maioria

1.1.3. Meios de financiamento do Estado

1.2. Ciência das Finanças e Direito Financeiro

1.2.1. Distinção entre finanças públicas e finanças privadas

1.2.2. Finanças positivas e finanças normativas

1.2.3. Finanças neutras e finanças intervencionistas. As finanças funcionais

1.2.4. Ciências que se ocupam dos fenómenos financeiros

1.2.5. Direito Financeiro, Direito Tributário e Direito Fiscal

1.2.6. Natureza jurídica e autonomia do Direito Financeiro

1.2.7. Relações do Direito Financeiro com outros ramos de Direito.

1.2.8. Fontes do Direito Financeiro

1.2.9. A Constituição financeira: formal e material. Princípios constitucionais de ordem financeira. Descentralização financeira, o federalismo fiscal

1.2.9.1. Constituição Financeira: formal e material

1.2.9.2. Princípios constitucionais de ordem financeira

1.2.9.3. Descentralização financeira e federalismo fiscal (financeiro)

1.2.10. Interpretação e aplicação das normas financeiras

1.2.11. Decisores financeiros .

TEMA 2 – O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO.

2.1. Noção e elementos do Orçamento

2.2. Orçamento de exercício e orçamento de gerência

2.3. Funções do Orçamento

2.4. Natureza jurídica do Orçamento do Estado

2.5. Orçamento e figuras afins: a conta e o balanço.

2.6. Regras de organização do Orçamento.

2.7. Excepções às regras orçamentais

2.8. Preparação do Orçamento Anual

- 2.8.1. Avaliação das despesas
- 2.8.2. Avaliação das receitas
- 2.9. Período de elaboração do Orçamento
 - 2.9.1. Discussão e votação do Orçamento e consequências da sua não votação tempestiva
- 2.10. Execução do Orçamento do Estado
- 2.11. As contas públicas. Contabilidade pública
- 2.12. Controlo interno e controlo externo
 - 2.12.1. Controlo interno: âmbito e entidades que o exercem
 - 2.12.2. Entidades incumbidas do controlo externo ...
 - 2.12.3. Responsabilidade financeira
- 2.13. O orçamento-programa ou orçamento por programas
 - 2.13.1 Introdução
 - 2.13.2. Implantação do orçamento-programa
 - 2.13.3. Avaliação dos resultados
 - 2.13.4. Considerações finais
- 2.14. O Plano e o Orçamento do Estado
- 2.15. Novas perspectivas orçamentais: o Performance Budgeting
- 2.16. A Programação de Despesas com Investimentos Públicos em Angola
 - 2.16.1. Processo de Programação.
 - 2.16.2. Elaboração Anual da Proposta de Programa
 - 2.16.3. Execução e controlo do Programa de Investimento Público

TEMA 3 – DESPESAS PÚBLICAS

- 3.1. Noção de despesa pública
- 3.2. Elementos da despesa pública
- 3.3. Classificação orçamental da despesa pública
- 3.4. Tipologia das despesas públicas
- 3.5. Despesa pública e despesa nacional
- 3.6. As despesas públicas nas contas nacionais
- 3.7. Aumento das despesas públicas
 - 3.7.1. Causas do aumento mais que proporcional das despesas ..
 - 3.7.2. O multiplicador, o acelerador e o propulsor das despesas. As filtrações
- 3.3.9. Matrizes de análise estratégica

TEMA 4 – RECEITAS PÚBLICAS

- 4.1. Receitas públicas: receitas efectivas

4.2. Origem e importância das receitas efectivas. Evolução histórica.

4.3. Modalidades de receitas públicas

4.3.1. Classificação e tipologias

4.3.2. Regime jurídico das receitas públicas

4.3.3. Estrutura das receitas públicas e sua importância

4.4. Receitas patrimoniais

4.4.1. Conceito e espécies de património

4.4.2. Receitas do património imobiliário e mobiliário do Estado

4.4.3. Formas de exploração do património

4.4.4. Os preços e o património.

4.5. Receitas tributárias

4.5.1. Noção e modalidades

4.5.1.1. Os impostos

4.5.1.2. As taxas

4.5.1.2.1. Modalidades de taxas ...

4.5.1.2.2. Natureza jurídica da taxa

4.5.1.2.3. O princípio da legalidade tributária e a taxa.

4.5.1.2.4. Regime geral das taxas..

4.5.1.2.5. Critérios de fixação dos montantes das taxas

4.5.1.3. As contribuições especiais

4.5.1.4. Receitas para fiscais

CAPÍTULO 5 – OS SISTEMAS FISCAIS

5.1. Noção de sistema fiscal

5.1.1. Tipologias e características

5.1.2. Princípios e critérios de um sistema fiscal

5.2. O sistema fiscal angolano: noções introdutórias

TEMA 6 – O CRÉDITO PÚBLICO

6.1. Crédito público: conceito, elemento subjectivo e elemento objectivo

6.2. Recurso ao crédito público: a) aspectos históricos

6.2.1. Razões de ordem financeira e económica do recurso ao crédito público.

6.3. O empréstimo público.

6.3.1. Noção e espécies de empréstimos públicos

6.3.2. Figuras afins do crédito público.

6.3.3. Processo de emissão dos empréstimos públicos.

6.3.4. Conteúdo ou objecto da relação de empréstimo público: elementos do empréstimo público.

6.3.5. Natureza jurídica do empréstimo público

6.4. A Dívida Pública

6.4.1. Aspectos gerais: reserva parlamentar.

6.4.2. Noção e espécies de dívida pública

6.4.3. Operações sobre a dívida pública directa

6.4.3.1. Amortização da dívida pública: noção e formas

6.4.3.1.1. Sistemas de amortização da dívida pública.

6.4.3.1.2. Efeitos económicos e política de amortização.

6.4.3.2. A Conversão da Dívida Pública.

6.4.3.3. Outras operações sobre a dívida pública directa.

6.4.4. A dívida pública indirecta na LREGDPDI

6.4.5. O peso da dívida pública.

6.4.6. Limites à dívida pública.

6.4.7. A crise da dívida mundial: ideias preliminares.

6.4.8. A dívida pública em Angola: aspectos históricos.

6.4.8.1. A dívida pública externa e tentativas para o seu saneamento.

6.4.8.2. Breves noções sobre o Clube de Paris e o Clube de Londres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Angola. Constituição da República de Angola. (2010). Revista, 2022.
- Angola. Colectânea de Jurisprudência do Tribunal de Contas Agolano.
- Angola. Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Lei n.º 5 /96, de 12 de Abril e Lei n.º 21 /03, de 29 de Agosto, Lei n.º 13 /10, de 9 de Julho.
- Angola. Lei-Quadro da Dívida Pública Directa. Lei n.º 16 /02, de 5 de Dezembro.
- Angola. Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado. Lei n.º 9 /97, de 17 de Outubro; Lei n.º 15 /10, de 14 de Julho; Lei n.º 24 /12, de 22 de Agosto.
- Cabral, Nazaré da Costa. (2021). Teoria do Federalismo Financeiro. Almedina.
- Cabral, Nazaré da Costa e Martins, Guilherme d'Oliveira. (2024). Finanças Públicas e Direito Financeiro: Noções Fundamentais. AAFDL Editora.
- Carvalho, Joaquim dos Santos. (1996). O Processo Orçamental das Autarquias Locais. Universidade de Coimbra.
- Ferreira, Eduardo Paz. (2020). Ensaio de Finanças Públicas. Almedina.

- Martins, Maria d'Oliveira. (2019). Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro. (4.^a ed.). Almedina
- Musgrave, Richard. A. (1980). Finanças Públicas: Teoria e Prática. Campus
- Nabais, José Casalta. (2022). Estudos de Finanças Públicas e de Direito Financeiro. Almedina.
- Nunes, Elisa Rangel. (2019). Lições de Finanças e de Direito Financeiro. (6.^a ed. Rev. e Actualiz.). Maia Douro
- Pereira, Paulo Trigo; Afonso, António, Santos, José Carlos Gomes; Arcanjo, Manuela e Cabral, Ricardo. (2022). Economia e Finanças Públicas. (6.^a ed.). Escolar Editora.
- Pereira, Paulo Trigo e Nunes, Francisco. (2020). Economia e Finanças Públicas: da Teoria à Prática. (6.^a ed.). Almedina.
- Rezende, Fernando. (2006). Finanças Públicas. (2.^a ed.). Atlas
- Rocha, Manuel José Alves da. (1999). Angola, Estabilização, Reformas e Desenvolvimento. LAC;
- Samuelson P. e Horhaus A. (2012). Economia. (19.^aed.). Mc Graw Hill.
- Soares, José C. (2008). Compêndio de Economia. Plátano Editora.
- Sousa Franco, António Luciano. (2010). Lições de Finanças e de Direito Financeiro. (vol. 1 e 2). (4.^a ed.). Almedina.
- Sousa, Domingos Pereira de. (1992). Finanças Públicas. ISCSP
- Piscietelli, Tathiane. (2025). Direito Financeiro. (10.^a ed.). Atlas
- Filho, Ramos. (2023). Direito Financeiro e Económico.(5.^a). Saraiva



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Comunitário
Ano	2.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os princípios, normas e instituições do Direito Comunitário, analisando sua aplicação nas relações entre os Estados membros e o impacto na integração regional, na cooperação económica e política, e no fortalecimento dos direitos fundamentais e da paz entre os países participantes.

Objectivos Específicos:

1. Estudar a origem e evolução do Direito Comunitário, com foco nas principais comunidades regionais e seus processos de integração, como a União Africanas e suas Comunidades Regionais.
2. Analisar as fontes do Direito Comunitário, incluindo os tratados constitutivos, regulamentos, diretivas, decisões e jurisprudência dos tribunais comunitários.
3. Compreender a estrutura e as instituições de uma organização comunitária.
4. Avaliar a aplicação do Direito Comunitário nos países membros, com destaque para a eficácia das normas comunitárias nos ordenamentos nacionais e as possíveis tensões entre normas internas e comunitárias.
5. Estudar o sistema de solução de controvérsias e conflitos entre os Estados membros e as instituições da comunidade, especialmente através de tribunais e mecanismos arbitrários ou de mediação.
6. Investigar a proteção dos direitos fundamentais no âmbito das comunidades regionais, com ênfase no acesso à justiça, liberdade de circulação, igualdade de tratamento e outras liberdades comuns entre os cidadãos dos Estados membros.
7. Refletir sobre os desafios e impactos da integração económica e política, como a criação de mercados comuns, a coordenação de políticas fiscais e monetárias, e os acordos de livre comércio entre os membros da comunidade.

8. Desenvolver uma visão crítica sobre as relações entre o Direito Comunitário e o Direito Internacional, especialmente no que diz respeito à posição das organizações comunitárias em relação a organizações internacionais, como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA I - O DIREITO COMUNITÁRIO

- 1- Conceito, objecto e objectivo
- 2- Fontes do Direito Comunitário
- 3- Natureza jurídica do Direito Comunitário
 - a) Tese Internacionalista
 - b) Tese Federalista
 - c) Posição adoptada

TEMA II - ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Conceito de Organização Internacional
2. Evolução histórica
3. Classificação das organizações Internacionais
 - a) Quanto ao objecto
 - b) Quanto à sua estrutura
 - c) Quanto ao seu âmbito territorial de acção ou participação
4. Ordem jurídica das organizações Internacionais
 - 4.1-Direito originário e derivado das organizações internacional
 - 4.2-O acto de instituição de uma organização internacional
 - 4.3- A personalidade internacional das organizações Internacional
5. A composição, competência, *ius tractum* e estrutura das Organizações Internacionais.

TEMA III- UNIÃO EUROPEIA

1. História da integração Europeia
 - a) O período entre as duas grandes guerras
 - b) O ressurgimento da ideia europeia no pós-guerra
 - c) Da cooperação à integração: Suas fases
 - d) Da Declaração de *Shuman* aos Tratados de Paris e de Roma
2. Origem da União Europeia
3. Objectivos da União Europeia

4. Atribuições da União Europeia
5. Atribuições exclusivas
6. Atribuições concorrentes ou partilhadas
7. O princípio da subsidiariedade
8. Princípios e valores da União Europeia
9. Principais órgãos da União Europeia

TEMA IV- UNIÃO AFRICANA E AS COMUNIDADES REGIONAIS

- 1- HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO AFRICANA
 - a) Do fim da escravatura à 1ª Guerra Mundial
 - b) Da 2ª Guerra Mundial ao surgimento da Organização da Unidade Africana
 - c) Da Organização da Unidade Africana à União Africana
- 2- Origem da União Africana
- 3- Objectivos da União Africana
- 4- Princípios e valores da União Africana
- 5- Principais órgãos da União Africana
- 6- Os órgãos da união Africana, similitudes e diferenças com a União Europeia
- 7- SADC
- 8- PALOP
- 9- CDAO....E outras regiões

BIBLIOGRAFIA

De Quadros, Fausto. (2023). *Direito Das Comunidades Europeias E Direito Internacional Público - Contributo Para O Estudo Da Natureza Jurídica Do Direito Comunitário Europeu*. Edições Almedina.

Pereira, João Mendes. (2023). *Direito Comunitário Material E Integração Sub-Regional - Contributo Para O Estudo Das Mutações No Processo De Integração Económica E Monetária Na África Ocidental*. Edições Almedina.

De Quadros, Fausto. (2013). *Direito da União Europeia*. 3ª Ed. Almedia.

De Campos, João Mata e de Campos, João Luiz Mota. (2010). *Manual de Direito Europeu: O sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*. 6ª Ed. Coimbra Editora.

Duroselle, Jean-Baptiste e Kaspi, Adré. (2014). *História da relações internacionais, de 1945 aos nossos dias*, Tomo II, Texto Grafia.

KI-Zerbo, Josef. (2002). *História da África Negra*. Vol. II, 3ª Ed. Biblioteca Universitária.

Van-Duném, Belarmino. (2010). *Globalização e Integração Regional em África*. Universidade Lusíada de Angola.

Pereira, André Gonçalves e De Quadros, Fausto. (2011). *Manual de Direito Internacional Público*. 3.^a Ed. Almedina.

Dias, Vasco Cordas e Manso, Luís Duarte. (2009). *Direito Internacional Público & Direito Comunitário Casos Práticos Resolvidos*. 2.^a Edição Revista e Aumentada. Quid Juris

De Miguel Gorjão-Henriques. (2008). *Direito Comunitário*. 5.^a Edição. Edições Almedina.

Acto Constitutivo da união africana

Acto constitutivo da SADC

Tratado da União Europeia

Tratado do funcionamento da União Europeia



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito das Sucessões
Ano	3º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

O presente programa visa a formação de futuros licenciados em Direito, por intermédio do desenvolvimento de competências nos domínios fundamentais que devem integrar o perfil de capacitação de quadros, tendo a necessidade de dotar as diversas áreas futuras de actuação de profissionais humanamente preparados para servir a Justiça, o Direito e os cidadãos.

Assim, mais do que conferir o aprimoramento técnico-científico aos formandos, pretende-se também complementá-lo com uma abordagem multidisciplinar sobre as complexidades e dinâmicas da sociedade, realçando o papel fundamental e interventivo dos futuros magistrados, advogados e outros cultores do Direito na promoção e defesa do exercício dos direitos de cidadania.

OBJECTIVOS:

Objetivo Geral:

Compreender os princípios, normas e institutos fundamentais do Direito das Sucessões, capacitando o estudante a interpretar e aplicar corretamente as regras jurídicas relativas à transmissão do patrimônio do falecido aos seus sucessores, de acordo com o ordenamento jurídico angolano.

Objetivos Específicos:

1. Estudar os fundamentos do Direito das Sucessões, sua natureza jurídica, e sua relação com os demais ramos do Direito Civil.
2. Analisar os tipos de sucessão (legítima e testamentária), seus requisitos, efeitos e limites legais.

3. Conhecer o processo de abertura da sucessão e o papel da herança como universalidade de bens.
4. Identificar os sujeitos da sucessão, incluindo herdeiros necessários, facultativos e legatários, bem como os excluídos da sucessão.
5. Examinar os diferentes tipos de testamento (público, cerrado, particular, especial), seus requisitos de validade e causas de nulidade.
6. Estudar o processo de inventário e partilha, compreendendo seus procedimentos legais e consequências jurídicas.
7. Analisar o direito de representação, renúncia e aceitação da herança, bem como seus efeitos patrimoniais.
8. Discutir a legítima e a quota disponível bem como o instituto da inofisiosidade, com o foco na proteção da herança dos herdeiros necessários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMA I - NOÇÕES GERAIS

- 1.1. Introdução
- 1.2. O Estudo do Direito Sucessório
- 1.3. Objecto e método de estudo do direito sucessório
- 1.4. Fontes e ramos afins
- 1.5. Breve visão histórica sobre o direito sucessório
- 1.6. Tipologia dos sistemas sucessório

TEMA II : CONCEITO DE SUCESSÃO, OS SUCESSÍVEIS AMBITO DA SUCESSÃO

a) - Conceitos de Sucessão e sentidos

1. Sentidos do conceito
2. Sucessão – Noção

b) - OS SUCESSÍVEIS

1. A designação sucessória
2. Os factos ou títulos designativos
3. Consistência da designação sucessória

c) - ÂMBITO DA SUCESSÃO

1. Conteúdo da Vocação Sucessória
2. Direito de aceitar ou repudiar
3. Poderes de administração

4. Objecto de devolução sucessória e normas de conflito de leis
5. O direito à indemnização

TEMA III - A SUCESSÃO

1. Abertura da sucessão: a morte como pressuposto da sucessão
2. Características da herança
3. Tipos legais de herança
4. Abertura da sucessão
 - 4.1- Momento da abertura da sucessão
 - 4.2- O lugar da abertura da sucessão

TEMA IV- A VOCAÇÃO SUCESSÓRIA

1. Designação, vocação e devolução sucessória
2. Designação, vocação e devolução sucessória
3. Os pressupostos da vocação sucessória
4. A capacidade sucessória: indignidade e deserdação
 - 3.1- a indignidade: efeitos, reabilitação do indigno
5. A deserdação
6. Modos de vocação
7. Noção de vocação indirecta
 - 7.1 - Substituição directa ou vulgar
 - 7.2 – efeitos da substituição directa ou vulgar
 - 7.3 - Direito de Representação
 - 7.4 – Pressupostos do direito de representação
 - 7.5 Efeitos do direito de representação
8. Direito de acrescer dos herdeiros testamentários sobre os legais.

TEMA V- OS SUCESSORES E AS SUCESSÕES

- 1- Os sucessores – herdeiros e legatários
- 2- Distinção entre herdeiro e legatário
- 3- Formas de se fazer partilha
- 4- Modalidades de sucessão
 - 4.1- Sucessão legítima

TEMA VI - OS SUCESSORES E AS SUCESSÕES

1. Os sucessores – herdeiros e legatários
2. Distinção entre herdeiro e legatário
3. Formas de se fazer partilha

4. Modalidades de sucessão

4.1- Sucessão legitimária

4.2- Sucessivos legitimários

4.3- Cálculo da legítima

4.4. Determinar a legítima objectiva ou quota indisponível

4.5. Medidas legais de protecção do legatário

5- O instituto da inoficiosidade

5. 1- Legado por conta da legítima

5.2- Legado em substituição da legítima

6 - Colação

6.1. Quem está sujeito a colação

6.2. O que e que está sujeito a colação? (objecto da colação)

6.3. Como opera a colação

6.4. Dispensa de colação

6.5. Intangibilidade quantitativa e qualitativa da legítima

7 - Susseção Testamentária

1. Noção

2. Capacidade testamentária activa

3. As indisponibilidades relativas

4. Substituição pupilar e quase-pupilar

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola. Imprensa Nacional. (2010).

Código Civil Angolano. Texto Editores, Luanda (2005)

Silva, Manuel António Dias da. *Direito das Sucessões - sumários desenvolvidos*, Luanda.

Edição Faculdade de Direito da UAN- Angola;

Marques, Antonio Vicente. (2005). *Código de Família*. Texto Editores, Luanda;

Oliveira, Fernando.(2012).*Glossário de Latim*. Luanda;

Corte-Real, Carlos Pamplona.(2012).*Curso de Direito das Sucessões*. Lisboa. Sociedade Editora.

Ascensão, Oliveira. (2017). *As actuais coordenadas do Instituto da indignidade Sucessória*. Lisboa.

Paula Barbosa, Sofia Henriques e Telma Carvalho. *Casos Práticos de Direito da Família e das Sucessões*. 3ª Reimpressão. Lisboa.

Campos, Diogo Leite de e Campos, Mónica Martinez de. (2017). *Lições de Direito das Sucessões*, Almedina.

Leal, Ana. (2017). *Casos Práticos de Direito da Família e das Sucessões*, Almedina, 2ª Edição.

Dias, Cristina Araújo. (2023). *Responsabilidade Por Dívidas Do Casal - Algumas (Outras) Reflexões em Torno do Regime da Responsabilidade Por Dívidas Dos Cônjuges - Volume II*. Editor: Edições Almedina.

Comparative Succession Law – (2025). Volume IV: *Administration of Estates* (Oxford University Press).

The Law of State Succession: *Principles and Practice* (Oxford University Press, abril de 2025).

Marques, de J. P. Remédio. *Estudo do Direito das Sucessões*. (2023). Bertrand.pt. Edição: Janeiro.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito das Obrigações
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

1. Objectivos geral: regular as relações jurídicas patrimoniais que vinculam credores e devedores, garantindo a satisfação de um interesse por meio de uma prestação de dar, fazer ou não fazer, assegurando assim o cumprimento dos compromissos assumidos e proporcionando segurança jurídica as transações e relações sociais e comerciais.

2. Objectivos específicos:

1. Conhecer o direito das obrigações com vista à aquisição de competências de aplicação crítica de normas numa perspectiva prática.
2. Identificar as várias fontes pelos quais emergem um a relação obrigacional e seu convívio na vida prática diária.
3. Permitir o conhecimento dos institutos que norteiam a relação obrigacional.
4. Identificar as peculiaridades do direito das obrigações e sua aplicação em situações de conflitos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA 1 - INTRODUÇÃO

- 1.1 Objecto do Direito da Obrigações;
- 1.2 O direito das obrigações no código civil;
- 1.3 A importância do estudo do direito das obrigações;

TEMA 2 - OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES:

- 2.1. Princípio da autonomia privada;
- 2.2. Liberdade contratual e respectivos conteúdos;

- 2.2.1. Restrições ao princípio da Liberdade contratual;
- 2.2.2. Cláusulas contratuais gerais como prescrição de facto;
- 2.3. Princípio da Boa fé;
- 2.3.1. Culpa *in contrahendo* e boa fé na formação dos contratos;
- 2.4. Princípio da responsabilidade patrimonial;
- 2.5. Conceito da Obrigação:
- 2.5.1 Dever Jurídico;
- 2.5.2 Estado de sujeição;
- 2.5.3 Ónus Jurídico;
- 2.6 Tipo de Obrigações:
- 2.6.1. Obrigações simples e complexas;
- 2.6.2. Obrigações autónomas e heterónimas;
- 2.6.3 Obrigação em sentido técnico;

TEMA 3 - ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO:

- 3.1 Sujeitos;
- 3.2. Objecto da Obrigação: a prestação devida;
- 3.3. Prestação de facto e prestação da coisa;
- 3.4. Prestações fungíveis e infungíveis;
- 3.5. Prestações instantâneas e Prestação duradoura;
- 3.6. Facto jurídico;
- 3.7. Garantia da Obrigação;
- 3.8. Distinção entre direitos de crédito e direitos reais.

TEMA 4 - FONTES DAS OBRIGAÇÕES:

- 4. 1. As Teorias de Sistematização das Fontes;
- 4.2. As Fontes das Obrigações no Direito angolano;
- 4.2.1 Os Contratos;
- 4.2.1.1 Relações Contratuais de Facto;
- 4.2.1.2 Modalidades dos contratos:
- a) Contratos Formais e não Formais;
- b) Contratos nominados ou inominados e típicos ou atípicos;
- c) Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos;
- d) Contratos onerosos e gratuitos;
- e) Contratos Mistos;
- f) Contratos com eficácia real;

4.2.2 Contrato-Promessa:

4.2.2.1 Regime Jurídico do Contrato-Promessa;

4.2.2.2 Forma de Contrato-Promessa;

4.2.2.3 Normas não aplicáveis ao Contrato Promessa;

4.2.2.4 Espécie de Contrato Promessa;

4.2.2.5 Eficácia Real da Promessa;

4.2.2.6 Transmissão dos Direitos e Obrigações das Partes.

4.2.2.7 Sinal;

4.2.2.8 Efeitos do não Cumprimento da Promessa Sinalizada.

4.2.3 Pacto de Preferência.

4.2.3.1 Forma.

4.2.3.2 Exercício do Direito de Preferência.

4.2.3.3 Transmissão do Direito e da Obrigação de Preferência.

4.2.3.4 Eficácia Real e Violação da Preferência.

4.2.3.5 Natureza Jurídica do Pacto de Preferência.

4.2.4 Contrato a favor de terceiro

4.2.4.1 As relações integradas no contrato a favor de terceiro

4.2.4.2 As relações integradas no contrato a favor de terceiro

4.2.4.3 Contrato para pessoa nomear

4.2.4.4 Natureza, Regime jurídico e delimitação

4.2.5 Os negócios jurídicos unilaterais

4.2.5.1 Promessa pública

4.2.5.2 Promessa de cumprimento e reconhecimento da dívida

4.2.5.3 Concurso público

4.2.6 Gestão de negócios

4.2.6.1 Generalidades

4.2.6.2 Noção e requisitos

4.2.7 Enriquecimento sem causa:

4.2.7.1 Generalidades

4.2.7.2 Requisitos

4.2.7.3 Modalidades do enriquecimento

4.2.7.4 Repetição do Indevido

4.2.7.5 Prescrição do direito a restituição

4.3 Responsabilidade civil

- 4.3.1 Responsabilidade por factos ilícitos
- 4.3.2 Facto voluntário do lesante.
- 4.4.3 Illicitude (Formas).
- 4.5.4 Culpa.
- 4.5.5.1 Imputabilidade.
- 4.4.5.2 Culpa em abstracto e culpa em concreto.
- 4.4.5.3 Prova da Culpa. Presunção de Culpa.
- 4.4.5.4 Responsabilidade Civil no Exercício de Actividades Perigosas.
- 4.4.6 Dano
- 4.4.6.1 Ressarcibilidade dos Danos não Patrimoniais.
- 4.4.6.2 O Nexo de causalidade entre o facto e o Dano.
- 4.4.6.3 Responsabilidade Objetiva ou pelo Risco.
- 4.4.6.4 Responsabilidade subjetiva ou por factos Lícitos.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, R. (1983), *Direito das Obrigações*. Coimbra.
- Albaladejo, M. (1983) *Compendio de Derecho Civil*. 2ª Edicion. Libreria Bosch.
- Almeida, M. J. (2011) *Direito das Obrigações*. 12ª Edição, Revista e Actualizada, Novembro.
- Antunes, S. D. H. (2025) *Direito das Obrigações, introdução, fontes a obrigação de indemnização*. Edições Almedina.
- Ataíde, M. C. P. R. (2022) *Direito das Obrigações – Volume I*.
- Carvalho, O. (1981) *Teoria Geral da Relação Jurídica-seu sentido e limites*, 2ª Edição actualizada, Centelha.
- Cordeiro, M. A. (2023) *Tratado de direito civil X – Direito das Obrigações*, Edições Almedina.
- Duarte, S. A. C. (2001) *O Direito à informação nas Sociedades Comerciais*, Curso de Mestrado de 1998/1999.
- Fernandes, O. (2017) *Direito das Obrigações*, Vol.I.
- Freitas, F. (2019) *Código Civil*, 6ª Edição.
- Marques, A. V. (2008) *Direito das obrigações*, 1ª edição, polis editores.
- Martins, T. (1981) *Lições de Teoria Geral do Direito Civil*.
- Mendes, C. (1979) *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol.II.
- Neto, A. (2013) *Código Civil anotado*, 18ª edição revista actualizada.
- Varela, J. M. A. (2005) *Das Obrigações em geral*. 10 edição. Vol I, almedida.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito de Família
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	03 tempos lectivos semanais

1. **Objectivo geral:** Compreender os princípios, fundamentos e normas do Direito da Família, capacitando o estudante a analisar, interpretar e aplicar as disposições legais e jurisprudenciais relativas às relações familiares, com foco na protecção da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar e da função social da família.

2. **Objectivos específicos:**

- Estudar os princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem o Direito de Família, especialmente a dignidade da pessoa humana, igualdade, solidariedade e pluralismo familiar;
- Analisar os diversos modelos de família reconhecidos pelo ordenamento jurídico, incluindo famílias matrimoniais, uniões estáveis, monoparentais, homoafetivas e outras formas contemporâneas;
- Compreender o regime jurídico do casamento, da união estável e suas implicações patrimoniais e pessoais;
- Estudar os institutos da filiação, adoção, guarda, responsabilidade parental e alimentos, com ênfase na protecção integral de crianças e adolescentes;
- Analisar os mecanismos de dissolução das entidades familiares, como separação, divórcio, partilha de bens e suas consequências jurídicas;
- Refletir sobre a função social da família e o papel do Direito na regulação e protecção das relações familiares, inclusive no contexto das transformações sociais contemporâneas;

- Desenvolver a capacidade de interpretar e aplicar a legislação e a jurisprudência, por meio de estudo de casos e análise crítica da realidade jurídica e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

TEMA I - NOÇÕES PRELIMINARES

1. O Conceito genérico de Família, as relações jurídicas familiares e sua autonomia
2. Breve noção histórica da família e dos sistemas familiares
 - 2.1 A família na sociedade tradicional africana
 - 2.2. A família na sociedade moderna
3. Princípios fundamentais do Direito de Família
4. Intervenção do Estado no Direito de Família
5. Interligação do Direito de Família e outros Ramos de Direito
6. Fontes Fundamentais do Direito de Família
7. Natureza Jurídica do Direito da Família

TEMA II- FONTES DA RELAÇÃO JURÍDICA FAMÍLIA

- 2.1 O Parentesco
 - 2.1.1. Noção, Linhas e Graus
 - 2.1.2. Efeitos do Parentesco
- 2.2. Adopção, Consentimento, Autorização, Tipologias e Seus Efeitos
3. A Afinidade
 - 3.1. Noção, Linhas e Graus
 - 3.2. Efeitos da Afinidade
 - 3.3. Não Cessação da Afinidade
4. O Casamento
 - 4.1 Breve História da Evolução do Casamento
 - 4.2. A promessa de Casamento no Direito Positivo e no Direito Costumeiro
 - 4.3. Natureza Jurídica do Casamento
 - 4.4. Pressuposto de Existência do Casamento
 - 4.5. Validade do Casamento: Elementos de Fundo e Elementos de forma
 - 4.6. O Consentimento, seu carácter pessoal e actual
 - 4.7. Forma do acto de Casamento
 - 4.8. Nulidade do Casamento
 - 4.9 Efeitos pessoais do casamento e Efeitos patrimoniais do casamento
 - 4.10. A Dissolução do Casamento

4.11. Efeitos da Dissolução do casamento

5. A União de Facto

5.1- Natureza do Instituto e seu enquadramento no direito Angolano

5.2. Conceito de União de Facto e Pressupostos

5.3. Tipologias

5.4. Reconhecimento por mútuo acordo

5.5. Reconhecimento por via Judicial

5.6. Atendimento da União de Facto que não preencha os pressupostos

TEMA III- FILIAÇÃO E AUTORIDADE PATERNA

3.1. Importância do direito da filiação; sujeitos da relação jurídica de filiação

3.1.1 Direito do Estabelecimento da Filiação

3.1.2. Filiação Havendo Casamento dos Pais e Filiação não Havendo Casamento dos Pais

3.1.3. Acções judiciais de filiação e Efeitos do Estabelecimento da filiação

3.2. Âmbito titularidade e duração da autoridade paternal

3.2.1. Conteúdos da autoridade paternal.

TEMA IV- A TUTELA

4.1. Evolução do Instituto da tutela e seu conteúdo

4.2. A Tutela e sua Classificação

4.3. Natureza Jurídica do cargo do tutor

4.4. Poderes do Tutor

TEMA V- OS ALIMENTOS

4.1. Conceito, função social e fonte dos alimentos

4.2. Natureza Jurídica dos Alimentos

4.3. Sujeitos e Garantia da Obrigação dos Alimentos

4.4. Execução da Obrigação de Alimentos

4.4. Extinção do Direito e da Obrigação dos Alimentos

BIBLIOGRAFIA

Campos, D. L. (2016) *Lições de Direito de Família*, 3ª Edição. Editora Almedina

Chico, A. (2010) *Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola*, 1ª Edição, Editora: Mayamba.

Cruz, M. R. (2024) *Noções gerais de direito da família e das crianças*, Editor: Gestlegal.

Marques, S. O. (2009) *Princípios do Direito de Família e guarda dos filhos*, Del Rey, Belo Horizonte.

Medina, M. C. (2013) *Direito de Família Escolar*, 2ª Edição. Editora.

Mendes, C. (1990) *Direito da Família*, Edição revista por Miguel Teixeira de Sousa, aafdl.

Pereira, R. L. (2023) *Direitos de Família*, Editora: Dialética.

Pinheiro, D. J. (2023) *O Direito da família contemporâneo*. Editor: Gestlegal.

Legislações:

- Código Civil Angolano.
- Código de Família.
- Código de Processo Civil Angolano.
- Código de Processo Penal Angolano.
- Código Penal.
- Constituição da República de Angola.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito de Penal
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Proporcionar ao estudante a compreensão dos fundamentos, princípios e estrutura do Direito Penal, capacitando-o a interpretar e aplicar as normas penais de forma crítica, técnica e conforme os direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição.

Objectivos específicos:

- Compreender o conceito, finalidade e funções do Direito Penal dentro do ordenamento jurídico e da sociedade.
- Estudar os princípios fundamentais do Direito Penal, como legalidade, culpabilidade, intervenção mínima, ofensividade, proporcionalidade e humanidade da pena.
- Analisar a estrutura da norma penal, distinguindo entre tipos penais, normas incriminadoras, permissivas e sancionatórias.
- Conhecer os elementos do crime, incluindo fato típico, ilicitude e culpabilidade, bem como suas excludentes.
- Entender as causas de extinção da punibilidade e da punibilidade, como amnistia, prescrição, perdão judicial, entre outras.
- Estudar as espécies de pena e suas formas de aplicação, substituição e cumprimento, conforme o Código Penal.
- Desenvolver a capacidade crítica para interpretar normas penais à luz da Constituição, dos direitos humanos e da jurisprudência actualizada.
- Aplicar o conhecimento teórico a situações práticas, por meio da análise de casos concretos e jurisprudência.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA – I: NOÇÕES GERAIS

1. Noção de Direito Penal. Direito Penal e Ciência do Direito Penal.
2. Objecto de estudo do Direito Penal
3. Noção de Crime
4. Noção formal e material do Direito penal e do Crime
5. Carácter positivo, imperativo e sancionador do Direito Penal. Estrutura da norma penal. Autonomia do Direito Penal
6. Penas e medidas de segurança. Medidas sancionatórias sem natureza penal.
7. O Direito Penal e o Direito Processual Penal.
8. Ciências auxiliares do Direito Penal.
 - 8.1. A Criminologia. As modernas correntes da Criminologia.
 - 8.2. A Filosofia do Direito.
 - 8.3. A Medicina Legal.
 - 8.4. Vitimologia
 - 8.5. A sociologia
 - 8.6. A Psicologia
9. As normas penais, o facto ilícito penal e a sanção
10. Direito penal e o poder punitivo do Estado
 10. 1. O direito positivo como materialização do poder punitivo do Estado.
 10. 2. Natureza do “*ius puniendi*”
 10. 3. O poder punitivo e Estado democrático.
 10. 4. Relações entre o Direito Penal Objectivo e o Direito Penal Subjectivo
11. O conceito de Bem Jurídico.
12. Extensão do Direito Penal; Direito Penal Material, Direito Penal Processual e Direito Penal Penitenciário.
13. Fins do Direito Penal e fins das sanções penais
14. Distinção entre fins do Direito Penal e fins das penas
15. Fins do Direito Penal e fins do Direito
16. Teorias absolutas
17. Teorias relativas
 - 17.1. A prevenção geral
 - 17.2. A prevenção geral negativa e positiva
 17. 3. A prevenção especial

17.4. A prevenção especial negativa e positiva

TEMA II - A LEI PENAL

1. Fontes do Direito Penal

2. O princípio da legalidade ou «*nullum crimen sine lege*». Aplicação do princípio. A proibição da analogia e da interpretação extensiva.

3. A aplicação da lei penal no tempo. O princípio da não-retroactividade. Excepções ao princípio. Determinação da lei mais favorável. Determinação do momento da prática da infracção. Outras aplicações dos princípios da não-retroactividade e da retroactividade da lei mais favorável.

4. Aplicação da lei penal no espaço. Princípios. Aplicação do princípio da territorialidade. Insuficiência do princípio. Extraterritorialidade da lei penal. Reconhecimento das sentenças penais estrangeiras.

5. A validade da lei penal no espaço e em relação às pessoas.

5.1. Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal.

5.2. Princípios.

5.3. Obrigatoriedade da lei penal e princípio da territorialidade e do pavilhão.

5.4. Aplicação da lei angolana a crimes cometidos no estrangeiro.

5.5. O princípio realista.

5.6. O princípio da nacionalidade

5.7. O princípio universalista ou da justiça universal

5.8. O princípio residual resultante da proibição constitucional da extradição (princípio da humanidade).

5.9. O lugar da prática e do facto. O critério de ubiquidade.

6. A extradição, direito de asilo e expulsão de estrangeiros (aspectos substantivos)

7. A extradição. Princípios gerais

8. Direito de asilo

9. Expulsão de estrangeiros

Tema III - princípios essenciais do direito penal

1. Princípio da autonomia.

2. Princípio da proporcionalidade.

3. Princípio da subsidiariedade.

4. Princípio da jurisdicionalidade do Direito Penal.

5. Princípio da culpabilidade. Princípio da culpabilidade como fundamento e limite do Direito Penal.

6. O princípio da humanidade das penas e dignidade da pessoa enquanto limite da duração e execução das penas.

6. 1. A pena como *última ratio* das sanções jurídicas.

6.2. A dignidade da pessoa humana como limite da duração e da execução das penas.

6.3. Natureza do Direito Penal

TEMA IV - NATUREZA E FINS DAS SANÇÕES PENAIS

1. Pluridimensionalidade dos fins das sanções penais

2. Natureza e fins das penas criminais

3. Natureza e fins das medidas de segurança

4. Monismo e dualismo das penas e medidas de segurança

TEMA V – A INFRACÇÃO PENAL. NOÇÕES GERAIS. OBJECTO DE ESTUDO.

1. Crimes e Contravenções. Regras específicas aplicáveis às Contravenções. Distinção entre Infracção Penal e Ilícito Civil.

2. Conceito de Infracção Penal. Noção formal e noção material. Pressupostos da Infracção. Concepção objectiva e concepção subjectiva. Concepção unitária e concepção analítica ou atomista da infracção. Objecto da teoria da Infracção. Necessidade de uma «teoria da Infracção» a partir dos tipos legais concretos. Elementos da Infracção. As sucessivas fases do desenvolvimento da teoria da Infracção. Os sistemas clássicos, neoclássico e finalista.

3. Direito de Mera Ordenação Social

TEMA VI – TEORIA DO CRIME

1. A Acção: Acção em sentido lato e Acção em sentido estrito. A Omissão. O Evento.

2. O nexo de causalidade: o problema da causalidade. A teoria da equivalência das condições ou da «*conditio sine qua non*». A teoria da causalidade adequada. Referência a alguns critérios integradores ou correctores do princípio da Adequação. (A diminuição do risco, a criação de um risco jurídico-penalmente relevante, o aumento do risco permitido, a esfera de protecção da norma). A irrelevância dos desvios no processo causal e a chamada causa hipotética ou virtual. A causalidade da omissão. O problema da causalidade no Código Penal.

3. Característica do facto ilícito

4. Omissão relevante em Direito Penal

5. Nexo de casualidade

6. Tipicidade

6.1. Tipo objectivo

6.2. Tipo subjectivo

7. Dolo

- 7.1. Dolo Intelectual
- 7.2. Dolo Volitivo
- 7.3. Dolo Directo
- 7.4. Dolo Necessário
- 7.5. Dolo Eventual
- 7.6. Dolo Específico
- 8. Negligência
 - 8.1. Elemento objectivo
 - 8.2. Elemento subjectivo
 - 8.3. A Negligência Consciente e Negligência Inconsciente.
 - 8.4. Tipicidade nos crimes Negligentes de Resultado.
 - 8.5. A Ilícitude e Culpabilidade no crime Negligente.
- 9. O erro
 - 9.1. Erro relevante
 - 9.2. Erro Essencial
 - 9.3. Erro accidental
 - 9.4. Erro tipo/representação
 - 9.5. *Aberratio ictus*/execução
 - 9.6. Erro no processo executivo
 - 9.7. Tipos de tipicidade
 - 9.8. Tipos incriminadores
 - 9.9. Tipos justificadores
- 10. Classificação dos crimes em razão da sua estrutura típica
 - 10.1. Criminalidade económica, financeira e informática
 - 10.2. Gerais ou Comuns e Crimes Especiais ou Próprios
 - 10.3. Crimes Comissivos e Crimes Omissivos
 - 10.4. Próprios/impróprios
 - 10.5. Crimes Formais e Crimes Materiais; Crimes de Mera Actividade e Crimes de Resultado
 - 10.6. Crimes de Dano e Crimes de Perigo. Crimes de Perigo Concreto, Crimes de Perigo Abstracto, Crimes de Perigo Abstracto-Concreto e Crimes de perigo Comum
 - 10.7. Crimes Qualificados pelo Resultado
 - 10.8. Crimes Simples, Crimes Complexos e Crimes Pluriofensivos
 - 10.9. Crimes Instantâneos, Crimes Permanentes, Crimes Instantâneos de Efeitos Permanentes e Crimes Habituais, Crimes Unisubsistentes e Crimes Plurisubsistentes

- 10.10. Crimes Qualificados e Crimes Privilegiados
- 10.11. Crimes Dolosos, Crimes Negligentes e Crimes Preterintencionais, Crime Culposos
- 10.12. Crimes Progressivos, Crimes de Acção Múltipla ou de Conteúdo Variado, Crimes Exauridos, Crimes de tendência ou de Intenção e Crimes de Empreendimento ou de Atentado
- 11. Ilicitude. Generalidades
- 12. Causas de Justificação. Considerações Preliminares
 - 12.1. Exercício de um direito
 - 12.2. Colisão de direitos
- 13. Legítima Defesa
 - 13.1. Agressão e defesa
 - 13.2. Excesso de legítima defesa
- 14. O Direito de Necessidade
 - 14. 1. Acção directa
- 15. O Cumprimento de um Dever
 - 15.1. Conflitos de deveres
- 16. Consentimento do Ofendido
- 17. A Culpa, conceito, fundamento e delimitação
 - 17.1. Elementos de culpabilidade
 - 17.2. Imputabilidade e Imputação
 - 17.3. Causas de exculpação
- 18. A Punibilidade. Generalidades

TEMA VII – A ESTRUTURA GERAL DO FACTO ILÍCITO. ELEMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS ESSENCIAIS

- 1. Preliminares
- 2. O Sujeito Activo
- 3. Elementos Objectivos Constitutivos do Facto Típico
- 4. Elementos Subjectivos Constitutivos do Facto Ilícito
- 5. Causas de Justificação

TEMA VIII – ESTRUTURA ACIDENTAL DO CRIME

- 1. A Estrutura Essencial e a Estrutura Acidental do Crime
- 2. As Circunstâncias. Sua Classificação
- 3. Circunstâncias Comuns e Elementos do Crime
- 4. O Valor das Circunstâncias Comuns e Circunstâncias Modificativas. O Valor das Circunstâncias Comuns.

5. A Posição da Teoria das Circunstâncias no Sistema Penal

TEMA IX – FORMAS DO CRIME. ESTÁDIOS DE REALIZAÇÃO DO CRIME

1. Conceito de «*Iter Criminis*» ou processo de realização do crime
2. A Resolução Criminosa. Sua relevância
3. Actos Preparatórios
- 3.1. Punibilidade dos Actos Preparatórios. Classificação autónoma dos Actos Preparatórios como crimes.
4. Actos de Execução
5. A Consumação e o Exaurimento do Crime
6. Participação e Comparticipação no Crime; Concurso de Crimes e Crime Continuado. Fundamento do Crime Continuado. Elementos do Crime Continuado. Natureza do Crime Continuado. Punição do Crime Continuado Crime Continuado e Caso Julgado. Remissão
8. A Tentativa
9. A Frustração. O Crime Frustrado.
10. Diferença entre Desistência e Arrependimento

TEMA X – COMPARTICIPAÇÃO CRIMINOSA. OS AGENTES DO CRIME E A VÍTIMA

1. A Autoria. Autoria Material e Singular. Co-autoria Material. Autoria e Co-autoria Moral/Intelectual/Psíquica
2. A Comparticipação Criminosa
Participação na Comparticipação: Participação secundária: Autoria e Cumplicidade
3. Crimes de Participação Necessária. Associações Criminosas e Organizações Terroristas
4. O Sujeito Passivo do Crime
5. A Responsabilidade Penal das Pessoas Singulares e Colectivas e a responsabilidade Cumulativa
6. Questões comuns à Autoria e à Cumplicidade
7. Encobrimento
8. Cumplicidade
9. Instigação

TEMA XI – CONCURSO DE INFRACÇÕES

1. O problema do Concurso
2. O Concurso Efectivo (ou verdadeiro) de Infracções
3. Concurso Aparente
4. Crime Continuado

5. Elementos acidentais da Infracção. As circunstâncias. Circunstâncias como elemento estranho à estrutura da Infracção. Noção. Classificação das circunstâncias.
6. Circunstâncias Agravantes (comuns)
7. Circunstâncias Atenuantes
8. Concurso de Circunstâncias.
9. A medida legal da pena
10. Espécies de pena e pena aplicável
11. Determinação da pena aplicável ao crime consumado, frustrado e tentado, aos cúmplices e encobridores
12. Circunstâncias agravantes qualificativas – comuns e especiais
13. Circunstâncias atenuantes qualificativas – comuns e especiais
14. Concurso de circunstâncias qualificativas
15. A medida concreta da pena

1. BIBLIOGRAFIA

- Carvalho, A. T. (2008) *Direito Penal*. Coimbra Editora.
- Carvalho, T. A. (2022) *Direito Penal parte geral*, 4ª Edição, Editora: UCP.
- Dias, J. F. (2007) *Consequências Jurídicas do Crime*. Tomo I. Coimbra Editora.
- Melo, C. B. V. K. (2023) *Questões prova oral de Direito Penal*. Editora: Paco e littera.
- Nunes, R. D. (2023) *Curso de Direito Penal – Parte Geral – Tomo I*. 2ª Editor: Gestlegal
- Rodrigues, (2024) *Manual de direito penal*, Editora: Foco.
- Rodrigues, O. (2014). *Apontamento de Direito Penal*. Escolar editora – Angola.
- Roxin, C. G. L. (2024) *Direito penal parte geral – Tomo I fundamentais – A estrutura da teoria do crime*, Editor: Marcial Pons Brasil.
- Santos, M. S. (2021) *Direito Penal de Angola*. Escolar Editora.
- Satula, B. e Quemba B. (2023) *Lições de Direito Penal Angolano*. Editora: UCP
- Silva, G. M. (2015) *Direito Penal Português – Teoria do Crime - 2ª Edição*, Universidade Católica Editora.
- Legislações
- Constituição da República de Angola.
- Código penal angolano.
- Legislações complementares.



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Fiscal
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	05 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Proporcionar ao estudante o conhecimento teórico e prático dos fundamentos, princípios e normas que regem o sistema fiscal, capacitando-o a compreender e aplicar o Direito Fiscal no âmbito da relação jurídica tributária entre o Estado e os contribuintes, com foco na justiça fiscal, legalidade e função social da tributação.

Objectivo específico:

- Compreender os princípios constitucionais e legais que regem o Direito Fiscal, como legalidade, capacidade contributiva, progressividade, isonomia e justiça fiscal.
- Identificar os tributos existentes (impostos, taxas, contribuições e outras espécies tributárias) e suas características conforme a legislação vigente.
- Estudar a relação jurídico-tributária, identificando seus sujeitos (fisco e contribuinte), objeto, facto gerador, base de cálculo e crédito tributário.
- Analisar os instrumentos legais de arrecadação, fiscalização e cobrança dos tributos, incluindo o processo administrativo e judicial tributário.
- Conhecer as imunidades, isenções, incentivos e benefícios fiscais previstos em lei.
- Entender os regimes de responsabilidade tributária, incluindo responsabilidade de terceiros, substituição e solidariedade.
- Estudar as formas de extinção do crédito tributário, como pagamento, compensação, prescrição, decadência e anistia.
- Desenvolver a capacidade crítica e prática para interpretar e aplicar a legislação fiscal, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina especializada.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA 1. INTRODUÇÃO

1.2. Conceito de Direito Fiscal e às suas finalidades específicas

1.3. Natureza jurídica e Evolução histórica do Direito Fiscal

1.4. As fontes do Direito Fiscal

TEMA 2. Conceito de Impostos

2.1. Classificação dos Impostos

2.2.1. As Taxas

2.2.2. As contribuições Especiais

2.2.3. As Contribuições de Melhoria

3.1. O Conceito de despesa Fiscal

3.2. Os benefícios Fiscais

3.3. Caracterização e Natureza Jurídica

3.3.4. Classificação e Regime jurídico

3. Relações do direito tributário com outros ramos do direito

4.1. Direito Constitucional,

4.2. Direito Internacional

4.3. Direito Administrativo...

4. Direito constitucional tributário

5.1. Introdução e Fundamentos constitucionais da Tributação

5.2. Os Custos do Contrato Social

5.3. Objectivos da Tributação

5.4. Princípio republicano Liberal e Princípio do Estado Social

5.4.5. Limites à tributação

5.4.6. Direito Constitucional e Finanças do Estado

6.1.1. Princípios Constitucionais, análise económica e teoria da Tributação

6.2.1. O Sistema Fiscal na Constituição da República de Angola de 2010

6.2.2. Princípios Constitucionais de Direito Tributário

6.2.3. Princípios da Universalidade

6.1.2. Princípio da Igualdade Tributária

6.1.3. Princípio da Necessidade Tributária

6.1.4. Princípio pelos Direitos Fundamentais

6.2. Princípio da legalidade Tributária

6.2.1. Sentido Geral

6.2.2. Prevalência de Lei

6.2.3. Precedência de Lei

6.2.4. Reserva de Lei

6.3. Princípio da liberdade de escolha da lícita da via menos tributária

6.4. Princípio da Segurança jurídica e da protecção da Confiança

6.5. Sentido Geral

6.5.1. Publicidade

6.5.2. Precisão, Clareza e determinabilidade

6.6. Proibição da retroactividade

6.6.1. Princípio da Proporcionalidade

6.6.2. Princípio da Jurisdição Efectiva

6.6.3. Princípio da Justiça distributiva

6.7. Sentido Geral

6.8. Os Critérios da Capacidade Contributiva e do Benefício

6.9. Tributação e Direito de Propriedade

6.9.3. Efeitos

7. Direito internacional tributário

7.1. O Objecto do Direito Internacional tributário

7.2. História do Direito Internacional Tributário

7.3. A Matriz Colonial

7.4. Bases Convencionais do Direito Internacional Fiscal

7.6. OCDE e fscalidade

7.7. Critérios de Jurisdição Tributária

7.8. Princípio da Residência

7.9. Princípio da fonte

7.10. Sentido e limites da pretensão tributária

7.11. Enquadramento

7.11.1. O Direito Internacional Tributário como Direito de Coordenação

7.11.2. O Direito internacional Tributário como Direito de redistribuição

7.12. As fontes do Direito Internacional tributário

8.1. Enquadramento

8.2. Os Tratados Internacionais

8.3. O Costume Internacional

8.3.1. Princípios Gerais do Direito Internacional Tributário

- 8.3.2. A Jurisprudência e doutrina
- 8.3.3. A Dupla tributação Internacional

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, A. P. A. (2020) *Lições de Direito Fiscal*. Editora: Primeira edição.
- Dias, L. S. (2021) *Direito fiscal – Casos práticos resolvidos*. Editora: Gestlegal.
- DIREITO FISCAL ANGOLANO, SEGUNDO A REFORMA DE 2014:
- Dourado, P. A. (2022) *Direito fiscal*. Edições Almedina.
- MACAIA, Macaia (Professor da Universidade Metodista de Angola)
- Nabais, C. J. (2025) *Por um Estado Fiscal Suportável – Estudos de Direito Fiscal – Volume VII*. Editora: Almedina.
- NOGUEIRA DA COSTA, Paulo (Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa)
- Rodrigues, C. A. E. (2018) *Dicionário de Termos e expressões de fiscalidade e Direito Fiscal*. Editora: Edições sílabo.
- Silva, T. S. (2015) *Direito fiscal*. Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito dos Contratos
Ano	3.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Ter uma visão global sobre o que é o Direito dos Contratos, como aparece, conhecer os contratos típicos e atípicos, com relação o seu conteúdo, a sua formação, os seus princípios, os seus efeitos, o seu regime geral, a sua elaboração e como é vivido quotidianamente.

Objectivos específicos:

1. Estabelecer um regime jurídico que disciplina a formação, interpretação e execução de acordos de vontade entre partes, visando a segurança jurídica, a obrigação de cumprimento e a proteção dos interesses envolvidos;
2. Assegurar que os acordos sejam manifestados de forma clara e que a vontade expressa seja a que rege o negócio;
3. Preparar juristas para o mercado de trabalho, assegurando que entendam a importância do contrato como instrumento de circulação de riquezas e de relações sociais e económicas;
4. Ensinar os princípios fundamentais que regem todos os contratos;
5. Abordar os elementos necessários para a validade e eficácia dos contratos, sejam eles subjectivos, objectivos e formais.

CONTEÚDO TEMÁTICO:

TEMA I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DA TEORIA DOS CONTRATOS

Conteúdo Programático da Unidade:

- Conceito;

- Natureza jurídica;
- Finalidade;
- Modalidades de declaração negocial;
- Modelos e eficácia;
- Princípios da teoria geral dos contratos;
- A função social dos contratos
- Pressupostos e requisitos;
- Interpretação dos contratos;
- Conteúdo;
- Efeitos;
- Formação e extinção dos contratos;
- Regime geral dos contratos.

TEMA II – MODALIDADES DOS CONTRATOS

Conteúdo Programático da Unidade:

- Contratos consensuais e contratos formais
- Contratos reais
- Contratos gratuitos e contratos onerosos
- Contratos bilaterais e unilaterais
- Contratos de execução duradoura
- Contratos típicos e atípicos

TEMA III – ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS: A COMPRA E VENDA

Conteúdo Programático da Unidade:

- Disposições gerais.
- Efeitos da Compra e Venda.
- Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem ou medição.
- Venda de bens alheios, de bens onerados, de coisa defeituosas.
- As perturbações da compra e venda

TEMA IV – DA DOAÇÃO

Conteúdo Programático da Unidade:

- Disposições gerais gerais sobre doações.
- Capacidade para fazer ou receber doações.
- O conteúdo da doação Modalidades de doações.
- Efeitos das doações.
- Revogação das doações.

TEMA V – CONCESSÃO DO GOZO DE BENS: LOCAÇÃO

Conteúdo programático da unidade:

- Disposições gerais sobre doações.
- Capacidade para fazer ou receber doações.
- O conteúdo da doação Modalidades de doações.
- Efeitos das doações.
- Revogação das doações.
- Disposições gerais.
- Obrigações do locador.
- Obrigação do locatário.
- Pagamento da renda ou aluguer.
- Restituição da coisa locada, resolução e caducidade do contrato.
- Transmissão da posição contratual, a sublocação.
- Arrendamento rural (prédios urbanos e rústicos).

TEMA VI – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: da empreitada conteúdo programático da unidade:

- Noção, relevo e afins
- Características, objeto, natureza e modalidades
- Formação e efeitos da empreitada
- As vicissitudes da empreitada
- As perturbações da empreitada

TEMA VII – CONCESSÃO DE CRÉDITO MÚTUO

Conteúdo Programático da Unidade:

Noção, características fundamentais e efeitos essenciais)

- a. O problema, em particular, do carácter real quoad constitutionem)
- b. Referência especial à obrigação de juros.

Tipos especiais; a articulação da função de crédito com outras funções típicas

- a) O empréstimo mercantil;
- b) O mútuo bancário;
- c) O “mútuo de escopo”.

Tema VII – Mandato

Conteúdo Programático da Unidade:

- Disposições gerais.

- Direitos e obrigações do mandatário.
- Obrigações do mandante.
- Revogação e caducidade do mandato.
- Mandato com representação e sem representação
- Outros contratos.

1. Recursos didáticos

- Quadro de escrever;
- Marcador;
- Livros,
- Retroprojektor;
- Computador.

2. Sistema de avaliação:

Haverá duas provas de Frequência com relação o Calendário da Instituição.

A pontualidade, a assiduidade, a participação activa nas aulas e demais sinais de boa conduta do estudante serão aspectos a considerar na hora de achar a média de avaliação contínua.

No fim, será realizado o exame.

Bibliografia básica

Antunes, S. D. H. (2025) *Direito das Obrigações, introdução, fontes a obrigação de indemnização*. Edições Almedina.

Ascensão, J. O. (2005). *O Direito / Introdução e Teoria Geral*. Coimbra: Almedina.

Ataíde, M. C. P. R. (2022) *Direito das Obrigações – Volume I*.

Cordeiro, A. M. (2012) *Tratado de Direito Civil I 4*. Coimbra: Almedina.

Fascículo de Direito dos contratos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Disponível: https://ae.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2019/12/Sebenta-In%C3%AAs-Carreiro_Ant%C3%B3nio-Garcia-1.pdf

Gonçalves, C. Pedro. (2023) *Direito dos contratos públicos*, 6ª ed. Editora: Almedina.

Justo, A. Santos. (2012) *Introdução ao Estudo do Direito*, 6ª ed, Coimbra Editora.

Nabais, C. J. (2022) *Estudos de finanças públicas e de direito financeiro*. Editora: Almedina.

Legislações

Código Civil angolano

Constituição da República de Angola

Lei das cláusulas gerais dos contratos.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Processual Civil I - Acções Declarativas
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

1. Objectivo geral: Providenciar aos estudantes o conhecimento sobre a sequência dos actos processuais em acções declarativas com processo comum, conferindo aos estudantes, uma visão dinâmica ao estudo do processo civil e da tramitação processual das controvérsias nos tribunais judiciais.

2. Objectivo específico:

- 1- Familiarizar o aluno com a doutrina e a jurisprudência, permitindo a comparação das interpretações e a construção de um pensamento crítico sobre o processo civil;
- 2- Tornar o aluno apto a compreender o sistema processual, aprendendo a forma como as leis materiais são aplicadas aos casos concretos para asolução dos conflitos.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – I

TEMA I – INTRODUÇÃO E NOÇÕES GERAIS

- 1.1. Breve Referência sobre o Direito Processual Civil
- 1.2. O Entendimento do âmbito de aplicação
- 1.3. Definição de Direito Processual Civil
- 1.4. Importância e Característica
- 1.5. Objecto do Direito Processual Civil
- 1.6. Fontes do Direito Processual Civil
- 1.7. Interpretação e Integração das Leis Processuais
 - 1.7.1. Interpretação das Leis Processuais
 - 1.7.2. Integração da Lei Processual
 - 1.7.3. Aplicação das Leis Processuais no Tempo

- 1.8. Princípios do Direito Processual Civil
 - 1.8.1. Princípios Estruturantes ou Fundamentais
 - 1.8.2. Princípios Instrumentais

TEMA II – TEORIA GERAL DO PROCESSO DECLARATIVO

- 1.2. Classificação das Acções Quanto ao Fim e Quando a Forma
- 1.3. As Acção Declarativas
- 1.4. Tipo de Acção Quanto a Forma
- 1.5. Processo Especial
- 1.6. A Subdivisão do Processo Comum

Tema III – Procedimentos cautelares

- 1. Noção de Procedimento Cautelar
 - 1.1. Razão da sua Existência
 - 1.2. Pressupostos das Providências Cautelares
 - 1.3. Tipos de Providências Cautelares
 - 1.4. Classificação da Providência Cautelar quando ao momento e ao fim

TEMA IV – INCIDENTES DA INSTÂNCIA

- 1.1. Noção
 - 1.1.1. Modalidades de Incidentes da Instância
 - 1.1.2. Elementos da Relação Jurídica Processual
 - 1.1.3. Intervenção de Terceiro

TEMA VI – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

- 1.1. Noção
- 1.2. Classificação de Pressupostos Processuais
- 1.3. Pressupostos Processuais Positivos e Negativos
 - 1.3.1. Personalidade Judiciária
 - 1.3.2. Capacidade Judiciária
 - 1.3.3. Legitimidade
 - 1.3.4. Competência do Tribunal
 - 1.3.5. Patrocínio Judiciário
 - 1.3.6. Interesse Processual
- 1.4. Pressupostos Processuais Negativos
 - 1.4.1. A Preterição do Tribunal Arbitral e a Litispendência
 - 1.4.2. Arbitragem e Mediação

TEMA VII – FORMALISMO DO PROCESSO DECLARATIVO

- 1.1. Formalismo Processual
- 1.2. As Fases do Processo Declarativo Comum Ordinário
 - 1.2.1. Fase dos Articulados
 - 1.2.2. Fase do Saneamento e Condensação
 - 1.2.3. Fase de Instrução
 - 1.2.4. Fase da Discussão e Julgamento
 - 1.2.5. Fase da Sentença

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, M. (1979). *Noções Elementares de Processo Civil*. Coimbra.
- Anselmo de Castro, A. (1982). *Direito Processual Civil Declaratório*. Coimbra:
- Almeida, Francisco Manuel Lucas Ferreira de (2025) *Direito Processual Civil* - Volume II. 4ª Edição. Edições Almedina;
- Varela, A J. M.; Bezerra, M., Sampaio. N. (1985). *Manual de Processo Civil*. Coimbra ed.
- Castro, C. J. C. (1986/1987). *Direito Processual Civil*.
- Rodrigues, M. (2019) *Direito processual civil*, Editora: Chiabo Books.
- Mesquita, L. (2020) *Noções de direito processual civil*. Editora: Gestlegal.
- Nunes, R. D. (2025) Curso de Direito Processual Civil Declarativo. Editora Gestlgal.
- Borges, M. D. (2023) *O acesso á justiça no direito processual civil*. Editora: Editora dialética.
- Rodrigues, Martins. (2019). *Direito Processual Civil*. Lisboa: Chiado Books;
- Pinto, Paulo Mota Pinto e Pinto, Alberto da Mota. (2020). *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Gestlegal;
- Pica, Luís Manuel (2025) *Lições Breves Sobre O Processo De Execução Civil*. Edições Almedina;
- Pinto, Paulo Mota Pinto e Pinto, Alberto da Mota. (2020). *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Gestlegal;
- Melo, Nehemias Domingos de (2025) *Lições De Processo Civil. Processo De Execução e Procedimentos Especiais*. Volume 2. 4 Ed. Editora Foco
- Santos, Hugo Luz dos (2021) *Direito Civil e Direito Processual Civil Contemporâneo. Entre a dogmática e a prática*. Volume III. Nova Causa;



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito do Trabalho e Segurança Social
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo geral: Compreender os fundamentos, princípios e normas que regulam as relações de trabalho e o sistema de segurança social, capacitando o aluno a interpretar, aplicar e analisar criticamente a legislação laboral e previdenciária, promovendo a protecção jurídica do trabalhador e o equilíbrio das relações laborais.

Objectivos específicos:

- Conhecer os princípios fundamentais do Direito do Trabalho, como protecção do trabalhador, continuidade da relação de emprego, irrenunciabilidade de direitos e condição mais favorável.
- Estudar os elementos essenciais da relação jurídica de trabalho, como contrato de trabalho, empregador, trabalhador, subordinação e salário.
- Analisar os diferentes tipos de contrato de trabalho (a termo, por tempo indeterminado, parcial, intermitente, entre outros).
- Compreender os direitos e deveres das partes na relação laboral, incluindo jornada de trabalho, férias, remuneração, suspensão e cessação do contrato.
- Avaliar os mecanismos de resolução de conflitos trabalhistas, como negociação coletiva, mediação, arbitragem e processo judicial do trabalho.
- Compreender o conceito, os objectivos e a estrutura do sistema de segurança social, seus regimes contributivos e não contributivos.
- Estudar os principais benefícios e prestações da segurança social, como reforma, auxílio-doença, pensão por morte, subsídio de desemprego, entre outros.

- Analisar o financiamento da segurança social, com foco nas contribuições sociais de empregadores, trabalhadores e Estado.
- Interpretar os regimes jurídicos aplicáveis à proteção social dos trabalhadores, incluindo trabalhadores independentes, domésticos, rurais e eventuais.
- Desenvolver pensamento crítico sobre os desafios atuais do trabalho e da proteção social, como informalidade, desemprego, envelhecimento populacional e novas formas de trabalho (plataformas digitais, teletrabalho, etc.).

Conteúdos Programáticos

TEMA I - NOÇÕES GERAIS

8. Definição e Objecto do Direito do Trabalho
9. Matérias que abrangem o Direito do Trabalho
10. Conexões entre o Direito do Trabalho e outros ramos do Direito
11. O paradigma do direito do Trabalho e a alteração do seu modelo tradicional

TEMA II - FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

- 2.1. O Direito Romano
- 2.2. O Direito intermediário
- 2.3. A Revolução Industrial
- 2.4. O desenvolvimento da legislação social no início do século XX (...)
- 2.5. As crises económicas e sua repercussão no direito do Trabalho
- 2.6. A história do Direito do Trabalho em Angola
 - a) A regulação laboral no período colonial
 - b) O período de transição para independência (1974- 1975)
 - c) O período da economia planificada (1975 - 1990)
 - d) O período da economia de mercado (de 1990 aos nossos dias)

TEMA III- FONTES DO DIREITO DO TRABALHO

3.1 Aspectos gerais

- a) Fontes Internas
- b) Fontes Internacionais
 - I. Convenções internacionais
 - II. Convenções da Organização das Nações Unidas
 - III. Convenções da União Africana
 - IV. Convenções e recomendações da OIT

3.2. A hierarquia das fontes

- 3.3. Interpretação e integração das fontes de Direito do Trabalho
- 3.4. A aplicação das normas do Direito do Trabalho

- a) Aplicação no tempo
- b) A aplicação no espaço

Parte II - direito individual do trabalho

TEMA IV- O CONTRATO DE TRABALHO

1. Definição do Contrato de trabalho
2. Elementos essenciais do contrato de trabalho
3. Características qualificáveis do contrato de trabalho
4. Distinção do contrato de trabalho em relação a figuras afins
5. Métodos de distinção do trabalho subordinado em relação ao trabalho autónomo

TEMA V- O TRABALHADOR

1. Noção jurídica de trabalhador
2. A tutela da personalidade do trabalhador: Aspectos gerais
 - a) O direito à integridade pessoal
 - b) A liberdade de expressão e de opinião
 - c) A liberdade de escolha da apresentação e vestuário
 - d) A liberdade religiosa
 - e) A liberdade de consciência
 - f) O direito à imagem
 - g) O direito a intimidade da vida privada

3. A categoria- Noção

4. Determinação da categoria

TEMA VI- O EMPREGADOR E DEVERES DO EMPREGADOR

1. Noção jurídica de empregador
2. A empresa enquanto empregador
3. As empresas ideológicas ou de tendência
4. O dever de prestação principal: a remuneração
5. Noção e característica da remuneração

TEMA VII- OS PODERES DO EMPREGADOR

1. Aspectos gerais
2. Poder de direcção
3. Poder regulamentar
4. Poder disciplinar

5. O exercício dos poderes do empregado por outros trabalhadores
6. A empresa enquanto empregador
7. As empresas ideológicas ou de tendência

TEMA VIII- A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. A autonomia privada e a liberdade de trabalho
2. Pressupostos de celebração do contrato de trabalho
3. Capacidade das partes
4. O contrato promessa de trabalho
5. Casos especiais em que se exige a forma escrita
6. A invalidade do contrato de trabalho

TEMA IX- OS DEVERES DO TRABALHADOR

1. A prestação do trabalhador
2. Conteúdo da prestação do trabalhador
3. Definição das funções exercidas pelo trabalhador
4. Os deveres acessórios do trabalhador
 - I. Deveres acessórios integrantes da prestação principal
 - II. Deveres acessórios autónomos da prestação principal
7. Pressupostos de celebração do contrato de trabalho
8. Capacidade das partes
9. O contrato promessa de trabalho
10. Casos especiais em que se exige a forma escrita
11. A invalidade do contrato de trabalho

TEMA X- O LOCAL DE TRABALHO

1. Generalidades
2. Determinação do local do trabalho
3. Modificação do local de trabalho
4. Transferência definitiva do local de trabalho

TEMA XI- O TEMPO DE TRABALHO

1. Generalidades
2. Tempo de trabalho e tempo de descanso
3. Tempo normal de trabalho e período de funcionamento
4. Horário de trabalho
5. Tempos máximos de trabalho
6. Outros tipos de horários de trabalho

7. Isenção legal de horário de trabalho
8. Isenção de horário de trabalho mediante a autorização da Inspeção Geral do Trabalho
9. Direito ao repouso
 - I. Aspectos gerais
 - II. O direito ao repouso
 - III. Os períodos de descanso diário
 - IV. O período de descanso semanal
10. As férias
11. As faltas:
12. As Licenças
13. Obs.: Ter atenção em incluir abordagem da temática no sector Público

PARTE III-DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

TEMA XII- NOTAS INTRODUTÓRIAS

- 12.1. Origem e Evolução Histórica
- 12.2. Natureza Jurídica, Definição e Autonomia do Direito da Segurança Social
- 12.3. Relação entre o Direito da Segurança Social e Outros Ramos do Direito
- 12.4. Fontes do Direito da Segurança Social
- 12.5. Níveis da Protecção Social
- 12.5. Princípios Gerais do Direito da Segurança Social
- 12.6. Regime Jurídico da Protecção Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem
- 12.7. Dos Direitos do Trabalhador por conta de outrem vinculado do sistema de protecção social obrigatório

BIBLIOGRAFIA

- Alves, P. P. (2020) *Direito do trabalho- doutrina e jurisprudência*. Editora: Quid Juris.
- Fernandes, A. L. M. *Direito do Trabalho*. (2012) Coimbra: Almedina.
- Gonçalves, A. e Lambelho A. (2021) *Direito do Trabalho da teoria á prática* (2ª edição).
- Leitão, L. M. T. M. (2012) *Direito do Trabalho Angola*. (2ª Edição) Coimbra: Editora Almeida.
- Marques, A. V. (2013) *Direito do Trabalho e da Segurança Social*. Luanda. Polis Editores, Lda.
- Ramalho, P. R. M. (2023) *Tratado de direito do trabalho – parte II*, 9ª edição.
- Teófolo, Z. C. (2015) *Lei Geral do Trabalho tudo o que precisa saber*, Plural Editores.
- Tobias, C. (2022) *Direito do Trabalho de Angola*, Editora Shalon.
- Xabier, L. B. G; (2013) *Manual de Direito do Trabalho – (2ª edição)* Lisboa: Verbo

Legislações:

Código Civil Angolano

Código de Processo Civil Angolano

Código de Processo Penal

Código de Processo Penal Angolano

Lei Geral do Trabalho

Constituição da República de Angola



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Comercial
Ano	3.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

OBJETIVO GERAL: Proporcionar ao estudante a compreensão dos princípios, institutos e normas que regem as atividades comerciais e empresariais, capacitando-o a identificar, interpretar e aplicar o Direito Comercial nas relações jurídicas, de modo a responder adequadamente às necessidades da vida econômica e empresarial.

1. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Ao final da disciplina, espera-se que o estudante seja capaz de:

1. Compreender a evolução histórica do Direito Comercial, suas fontes e sua natureza no ordenamento jurídico angolano.
2. Identificar os sujeitos da actividade empresarial (comerciantes, sociedades comerciais, auxiliares do comércio, etc.) e suas obrigações jurídicas.
3. Conhecer os institutos fundamentais do Direito Comercial, como empresa, estabelecimento comercial, títulos de crédito, contratos mercantis e propriedade industrial.
4. Aplicar as normas comerciais na resolução de problemas práticos, respeitando os princípios da segurança jurídica e da boa-fé nas relações empresariais.
5. Analisar a relação do Direito Comercial com outras áreas do Direito, especialmente o Direito Civil, o Direito do Trabalho, o Direito Fiscal e o Direito Económico.
6. Desenvolver capacidade crítica e prática para lidar com situações jurídicas no exercício da advocacia, consultoria e gestão empresarial.

Conteúdos Programáticos

TEMA I – Evolução histórica do direito comercial

1- Evolução histórica internacional

1.1- Evolução histórica do direito comercial nos principais ordenamentos jurídicos de referência

1.2- Evolução histórica em Angola após a independência

TEMA II – As fontes do direito comercial

2.1-Fonte interna

2.1.1. Lei, Costume, uso e a jurisprudência em matéria comercial

2.2-Fonte Externa

2.2.1- Tratado Internacional

2.2- Integração de lacunas direito comercial

TEMA III – Actos de comercio

3.1-Noção

3.2. Classificação

3.2.1 Actos de comércio objectivos e subjectivos

3.2.2 Actos de comércio bilateral, autónomos e acessórios

3.3- O regime geral dos actos de comercio

TEMA IV- Contratos comerciais

4.1-Generalidade

4.2 Cláusulas contratuais

4.3 Comunicação electrónica e comércio electrónico

4.4 Compra e venda mercantil

4.5 Escombro e Troca

4.6 Aluguer mercantil

4.7 Mandato mercantil

TEMA V- Os comerciantes em nome individual

5.1 Sujeitos qualificados como comerciantes

5.2 Classificação

5.3 Responsabilidade Patrimonial

TEMA VI - Estatuto dos comerciantes

6.1 Generalidade

6.7 As obrigações comerciais

TEMA VII- A firma

7.1 Noção e composição

7.2 Princípios

7.3 Extinção do direito a firma

7.3 A escrituração e prestação de contas.

TEMA VIII- Das Empresas

8.1 Conceito

8.2. Terminologia

8.3 Principais acepções de empresa

8-4 Negócio sobre as empresas

8.4.1 Trespasse

8.4.2 Locação de estabelecimento

TEMA IX- Dos sinais distintivos de empresas e produtos

9.1- Noção

9.2. Composição e princípios

9.3. Extinção do direito sobre o logótipo

TEMA X- As sociedades comerciais

10.1. Noções introdutórias

10.2. Conceito de sociedade

10.3. Natureza jurídica das sociedades comerciais

10.4. Diferença entre sociedade civil e sociedade comercial

10.5. Fontes normativas (Código Comercial, Lei das Sociedades Comerciais, OHADA, etc.)

10.6. Constituição da sociedade

10.7. Contrato de sociedade: elementos essenciais

10.8. Personalidade jurídica e capacidade da sociedade

10.9. Requisitos formais (escritura, registo, publicidade)

10.10. Capital social (realização, entradas em dinheiro, bens e indústria)

10.11. Tipos de sociedades comerciais

10.12. e sociedades irregulares

10.13. Responsabilidade

10.14. Responsabilidade da sociedade (perante credores)

10.15. Responsabilidade dos sócios (limitada e ilimitada)

10.16. Responsabilidade dos administradores/gerentes

10.17. Modificação do contrato de sociedade

10.18. Dissolução e liquidação

10.19. Sociedades especiais e atuais tendências

BIBLIOGRAFIA

Cordeiro, António Menezes. (2022). *Direito Comercial*. 5ª Edição Revista e Actualizada. Coimbra: Edições Almedina;

Câmara, Vítor (2016) *Dos Registos, Em Especial o Registo Comercial*. Chiado Books;

Melo, Daniel Bessa de (2024) *Do Trespasse de Estabelecimento Comercial*. Edições Almedina;

Direito Comercial

Gomes, Fátima (2017) *Direito Comercial: Noções Gerais e Regimes Complementares*. 2.ª Edição. UCP Editora;

Abreu, Jorge Manuel Coutinho de (2022) *Curso de Direito Comercial*. Volume I. 13.ª Edição. Edições Almedina;

Serens, Manuel Couceiro Nogueira (2023) *Marcas: Estudos*. Gestlegal;

Oliveira, Joaquim Dias Marques de (2009) *Manual de Direito Comercial Angolano – Volume I: Lições de Direito Comercial e Legislação Comercial*. Edições Almedina.

Joaquim Dias Marques de Oliveira, *Manual de Direito Comercial Angolano – Volume III*, Outubro de 2012, Coimbra, Edições Almedina.

Almeida, António Pereira de (2014) *Direito Angolano das Sociedades Comerciais*. 2.ª edição, Janeiro de 2014. Coimbra Editora.

Santo, João Espírito e Alves, Hugo Ramos (2024) *Direito Comercial Português – Casos e Materiais*. AAFDL Editora.

Vale, Sofia (2015) *As Empresas no Direito Angolano*. 1.ª Edição. Gráfica Maiadouro;

Abreu, Jorge Manuel Coutinho de (2016) *Curso de Direito Comercial*. 10ª. ed. Almedina;

Jorge Manuel Coutinho de Abreu, *Curso de Direito Comercial – Volume I*, 2019, edição de bolso.

Constituição da República de Angola

Código Comercial Angolano



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série,
de 24 de Julho)

Cartão de contribuinte: 5417193178

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

LICENCIATURA EM DIREITO

Unidade Curricular	Direito Processual Penal
Ano	4.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	10 tempos lectivos semanais

OBJECTIVOS GERAIS: Dotar os estudantes de uma compreensão aprofundada, crítica e técnica do Processo Penal angolano, segundo os cânones constitucionais, legislativos e jurisprudenciais vigentes, de modo a formar operadores jurídicos capazes de aplicar, interpretar e desenvolver de forma ética e garantista as normas processuais penais (Lei n.º 39/20, de 11 de Novembro, com as suas alterações), promovendo a justiça, a segurança jurídica e o respeito pelos direitos fundamentais no seio do Estado Democrático de Direito.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os princípios estruturantes do Processo Penal em Angola — legalidade, anterioridade, contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, devido processo legal — bem como o seu estatuto constitucional, e a forma como estas garantias emergem no novo Código do Processo Penal (Lei n.º 39/20) e nas suas alterações (**Lei n.º 14/22**).
2. Compreender a estrutura normativa do Processo Penal: os sujeitos (juiz, Ministério Público, arguido, defensor, assistente), competências, fases do procedimento (instrução preparatória, fase de julgamento, recursos), atos processuais essenciais, medidas cautelares, recursos e nulidades, com inflexões práticas que permitam manejar o processo com rigor técnico e garantia de direitos.

3. Analisar criticamente as inovações legislativas introduzidas pelo Código do Processo Penal de 2020 em Angola, identificando os principais avanços e desafios, tais como a celeridade processual, a proteção do arguido, o acesso à justiça, a investigação criminal, e o perfil actual dos tribunais e entidades de perícia e polícia criminal à luz da realidade social e institucional angolana.
4. Aplicar o direito processual penal angolano a casos concretos, simulações e estudo jurisprudencial, de forma a desenvolver competências de parecer profissional, argumentação técnica, distinção de hipóteses factuais, identificação de violações processuais, redação de decisões judiciais simuladas ou propostas de solução jurídica, sempre fundadas em doutrina, legislação e precedentes judiciais.
5. Avaliar os mecanismos de proteção dos direitos processuais do arguido e da vítima, inclusive os meios de prova, nulidades, intervenções judiciais, medidas cautelares, garantias do devido processo legal, e a forma como os tribunais angolanos têm interpretado e aplicado essas garantias, considerando os princípios de proporcionalidade, equidade, dignidade humana e integridade processual.
6. Fomentar reflexão filosófica e ética sobre o processo penal como instrumento de controle de comportamentos, mantendo vigilância sobre os riscos de abuso de poder, criminalização excessiva, desigualdade de tratamento, discriminação, e a necessidade de que o processo penal, embora coercivo, seja legitimado pela lei, pela razão, pela justiça e pelo respeito à pessoa humana.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema I- Noções Introdutórias

1. Noção de Direito Processual Penal. Direito Processual Penal, Processo Penal e Direito Penal
 - 1.1. Noção de Direito Processual Penal
 - 1.2. Direito Processual Penal e Direito Penal
2. Traços gerais da evolução histórica da justiça penal: o período da vingança e da justiça privadas; o período da justiça pública
3. Sistemas processuais penais. O processo acusatório e o processo inquisitório. Evolução histórica dos dois tipos de processos. O processo misto. O processo em Angola: fases do processo (descrição sumária)
4. Direito Processual Penal e Direito Processual Civil
5. Fim e objecto do processo penal

6. Relações do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e Ciências Auxiliares do Processo Penal
7. A construção jurídica do Processo: Natureza Jurídica do Direito Processual Penal, Natureza Jurídica do Processo
8. Fontes do Direito Processual Penal. A Constituição da República de Angola, o Código de Processo Penal e Legislação Posterior. A doutrina e jurisprudência
9. Interpretação e integração das lacunas da lei processual penal
8. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço
10. Princípios Fundamentais do Processo Penal. Princípios relativos à iniciativa processual, princípios relativos à prossecução processual, princípios relativos à prova e princípios relativos à forma.

Tema II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. Noção de pressupostos processuais;

- Pressupostos processuais relativos ao tribunal;
- Pressupostos processuais relativos às partes;
- Pressupostos processuais relativos ao objecto do processo.
- Litispendência.
- Caso julgado.
- Prescrição;
- Pressupostos e excepções.
- Processamento das excepções

Tema III – DA SUFICIÊNCIA DO PROCESSO PENAL. AS QUESTÕES PREJUDICIAIS

1. Noção, as questões prejudiciais e os pressupostos processuais. Características principais das questões prejudiciais; classificação das questões prejudiciais e respectivo regime jurídico; valor e âmbito do caso julgado das questões prejudiciais

Tema IV - A ESTRUTURA DO PROCESSO PENAL. SUJEITOS, PARTICIPANTES E PARTES PROCESSUAIS

1. Estrutura formal do processo penal. A relação jurídica processual
2. O Tribunal. A organização dos tribunais; competências: espécies; excepções às regras gerais de competência; a competência por conexão. Impedimentos e suspeições dos juízes.

3. O Ministério Público. A organização do Ministério Público. Posição do Ministério Público no processo penal. Funções. O Ministério Público e a instrução preparatória ou corpo de delito. O exercício da acção penal. Impedimentos e suspeições.
4. A acusação particular. Assistentes. Posição dos assistentes. Poderes. Constituição. Ofendidos. A reparação de perdas e danos. Indemnização arbitrada em processo penal.
5. O arguido e o seu defensor. Arguido. Posição do arguido no processo. O interrogatório e o direito de defesa. Audição do arguido. Comparência. Falta, morte ou ausência do arguido. O defensor. Admissibilidade e obrigatoriedade do defensor. Defensor constituído e defensor nomeado. O exercício do direito de defesa. Deveres e direitos. Situação jurídica do defensor.

Tema V – A TEORIA DOS ACTOS PROCESSUAIS. BREVES NOÇÕES

1. Definição de acto processual
2. Prazos
3. Ineficácia e invalidade. Nulidade: absoluta, relativa e simples irregularidade
4. Classificação dos actos processuais.

Tema VI – AS MEDIDAS DE COACÇÃO PESSOAL

1. Termo de Identidade e Residência
2. Obrigação de apresentação periódica às autoridades
3. Caução
4. Proibição e a obrigação de permanência em local concreto e proibição de contactos
5. Interdição de saída do País
6. Prisão Domiciliária
7. Prisão Preventiva
8. As buscas – buscas para apreensão e detenção e buscas em pessoas
9. Garantias da liberdade individual – o *habeas corpus*

Tema VII – A INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA

1. Competência para a elaboração do auto de notícia
2. Distinção entre auto de notícia e auto de denúncia
3. Conteúdo do auto de notícia e auto de denúncia
4. Valor probatório
5. Direcção da instrução preparatória
6. Competências do Ministério Público e do SIC (Serviço de Investigação Criminal)
7. Caracterização do processo penal Angolano com referência aos tipos estruturais de sistemas processuais penais

8. A instrução preparatória nas diferentes formas de processo

Tema VIII – A PROVA

1. Prova, probabilidade e suspeita
2. Fim da prova
3. Espécies de prova

Tema IX – A FASE DA ACUSAÇÃO

1. Acusação e abstenção da acusação
2. Noção de acusação
3. Espécies de acusação: pública e particular; provisória e definitiva
4. Tipos de crime quanto à legitimidade para o exercício da acção penal – públicos, semi-públicos e particulares
5. A constituição de assistente – requisitos e formalidades; o papel do assistente em processo penal
6. Prazos para dedução da acusação
7. A acusação nas diferentes formas de processo
8. Forma e estrutura da acusação – arquivamento e decisão de aguardar melhor prova
9. Controlo da abstenção

Tema X – INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA, PRONÚNCIA E NÃO PRONÚNCIA

1. Instrução contraditória

Conceito

Função

Competências para a instrução contraditória – quem pode requerê-la e quando pode ser denegada

Prazos

2. Despacho de pronúncia

Noção

Espécies

Competência

Prazos

Tema XI – O JULGAMENTO

1. Princípios que informam a audiência do julgamento
2. Produção de prova e documentação da audiência
3. Aspectos da valoração da prova
4. Alteração do objecto do processo

5. Especialidades do julgamento nas diferentes formas de processo

Tema XIII – FORMAS DE PROCESSOS ESPECIAIS

1. Processo Sumário
2. Processo de Contravenções
3. Processo Abreviado
4. Processos Julgados em Primeira Instância pelo Tribunal Supremo

Tema XIV – INCIDENTES PROCESSUAIS

1. incidentes. natureza dos incidentes. Incidentes de impedimentos e suspeições. Incidente de falsidade. Incidente de alienação mental

Tema XV – OS RECURSOS

1. Noção. espécies de recursos.
2. O recurso penal comum. **Tramitação Uniforme do Recurso.** Decisões de que se pode recorrer. Decisões irrecorríveis. Prazos de interposição de recurso. Processamento. Regime de subida. Efeito. Poderes de decisão do tribunal superior. Regra geral. Excepção: proibição da «*reformatio in pejus*»
3. Os recursos extraordinários. O recurso para efeitos de uniformização da jurisprudência, o recurso de revisão e o recurso de cassação.

Tema XVI – A EXECUÇÃO DAS PENAS E O DIREITO PENITENCIÁRIO

1. A Organização Prisional existente
2. Execução das penas corporais
3. Força executiva das decisões penais
4. Inexequibilidade das decisões penais condenatórias
5. Competência do Ministério Público na execução
6. Contagem do tempo de prisão
7. Execução da multa, taxa de justiça e indemnizações

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Maria João. (2023). *Direito Processual Penal*. 5.^a Edição. Edições Almedina.
- Almeida Elías da Costa, Linhas Gerais de instrução preparatória em processo penal, 2.^a Edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1960.
- Comidando, Afonso. (2021). *Direito Processual Penal. O Novo Código*. Muenhu.
- Constantino, Jorge (2007). *Jurisdição Penal*. INA – Instituto Nacional de Administração.
- Dias, Jorge Figueiredo Dias. (1988/1989). *Lições de Direito Processual Penal*. Coimbra Editora.

- Dias, Jorge de Figueiredo e Brandão, Nuno. (2022). *Direito Processual Penal. Os sujeitos processuais*. Gestlegal.
- Ramos, V. A. G. (2009) *Direito Processual penal, Noções Fundamentais*, 5.^a edição, Editora, Faculdade de Direito - U.A.N, Luanda.
- Sambo, José A. Eduardo. (2022). *Manual de Direito Processual Penal Angolano*. Vol. I. Artipol.
- Silva, Germano Marques da. (2002). *Curso de Processo Penal*. Vol. II. 3.^a Edição, Editorial Verbo.
- Silva, Germano Marques da. (2017). *Direito Processual Penal Português*. Vol. I. 2.^a Edição. Universidade Católica Editora.
- Sitoei, Filipe Sebastião. (2010). *Código de Processo Civil e legislação Complementar*. Ministério da Justiça/Centro de Formação Jurídica Judiciária.
- Sousa, João Castro e. (1985). *Tramitação do Processo Penal*. 2.^a Tiragem, Coimbra Editora, Limitada.



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

*(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série,
de 24 de Julho)*

Cartão de contribuinte: 5417193178

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direitos Reais
Ano	4.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 Tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Dotar os estudantes de um conhecimento aprofundado e sistemático sobre os direitos reais, enquanto institutos do direito civil que regulam as relações jurídicas entre sujeitos e coisas, de modo a que compreendam as suas características, natureza jurídica, conteúdo, aquisição, extinção, e efeitos jurídicos, bem como o seu papel no ordenamento jurídico angolano e a sua função social.

Objectivos Específicos:

1. Definir rigorosamente o conceito de direito real, distinguindo-o do direito pessoal ou obrigacional, evidenciando os elementos essenciais e os atributos distintivos (ex: oponibilidade erga omnes, adesão, sequela, exclusividade).
2. Identificar e analisar os princípios gerais aplicáveis aos direitos reais em Angola (ou outro ordenamento aplicável), tais como o princípio da legalidade, publicidade, tipicidade, especialidade, função social da propriedade e os limites impostos pelo interesse público e pelo direito alheio.
3. Estudar os diferentes tipos de direitos reais previstos no ordenamento jurídico vigente (ex: propriedade, usufruto, uso, habitação, servidão, garantia real – hipoteca, penhor, anticrese etc.), incluindo a sua natureza, requisitos, modos de

constituição, direitos e deveres do titular, bem como as formas de transmissão e extinção.

4. Analisar o regime jurídico da posse: aquisição, efeitos, perda, protecção possessória; bem como a sua importância como instituto limítrofe entre direito pessoal e direito real.
5. Compreender os mecanismos legais de publicidade e registos, essenciais para a eficácia dos direitos reais perante terceiros e para a segurança jurídica nos negócios que envolvam bens imóveis ou ónus sobre esses bens.
6. Avaliar, através de casos práticos ou jurisprudência, os problemas concretos que surgem na aplicação dos direitos reais: conflitos de titularidade, ónus reais, expropriações, usucapião, litígios possessórios, invasões etc., bem como os meios de solução previstos no ordenamento jurídico.
7. Refletir criticamente sobre a função social dos direitos reais (particularmente da propriedade) e os limites impostos à titularidade e utilização dos bens, considerando princípios constitucionais, políticos públicos e direitos de terceiros.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema I- Introdução

- 1.1- Âmbito de aplicação e sentido da disciplina de direitos reais
- 1.2- Fixação da terminologia (acepção subjectiva e objectiva da expressão direitos reais)
- 1.3- A Categoria direito real
- 1.4- A função e a estrutura dos Direitos Reais
- 1.5- Exemplificação e Regulamentação legal

Tema II- Direitos Reais Em Geral

2.1- Caracterização dos Direitos Reais

2.1.1- Noção de Direitos Reais (Doutrina Classica, Personalista, a de Demongue e a Eclética)

2.1.2- As Características dos direitos reais (regra e excepções)

- Eficácia Absoluta
- O direito de preferência ou de Prevalência (nos direitos reais e nos de crédito)
- O Direito de Sequela ou de seguimento
- A Inerência
- Outras Características

2.2- Princípios Estruturantes

- Princípio gerais dos direitos reais (da tipicidade ou da coisificação, da especialidade ou da individualização, da compatibilidade ou da exclusão, da totalidade, da consensualidade, da causalidade e da unidade, da boa-fé, da territorialidade, da publicidade, da transmissibilidade e o da elasticidade ou da consolidação).
- Princípios Excepcionais dos Direitos Reais de Angola

2.3- Classificação dos Direitos Reais

- Direito Real de Propriedade
- Direitos Reais Limitados (Direito reais de gozo, de aquisição e de garantia)
- Obrigações Reais e Ónus Reais
- Direito do Destinatário de uma Promessa Irrevogável

Tema III- Direitos Reais Em Especial

3.1- A Posse (Noção prévia e natureza jurídica)

3.2- A Posse como situação de facto e situação jurídica

3.3- Elementos essenciais da noção da Posse

3.4- Âmbito ou objeto da Posse

3.5- Modalidades da Posse

- Posse titulada e posse não titulada
- Posse pacífica e posse violenta
- Posse pública e posse oculta
- Posse de boa-fé e posse de má-fé

3.6- Sobreposição de posse

- Direito de Uso
- Direito de Fruição
- Direito a Benfeitorias
- Obrigações do Possuidor
- Contencioso Possessório (acção de prevenção, de manutenção, de restituição e de restituição em caso de esbulho violento, embargos de terceiro)
- A Posse como criadora de direitos
- Natureza jurídica da Posse

Tema IV- A Propriedade

4.1- Noção e Conteúdo da Propriedade

4.2- Factos constitutivos Específicos da Propriedade

4.2.1- A Acessão

- Noção Legal e requisitos
- Classificações de acessão

4.2.2- A Ocupação

- Noção Legal e Requisitos legais
- Casos Especiais de Ocupação
- Eficácia da Ocupação
- Momentos da Aquisição da Propriedade

4.2.3- O Achamento e a Aquisição de Tesouros

- Achamento
- Achamento de coisa valiosa (Aquisição de Tesouro)

4.3- A Compropriedade

- Noção legal
- Natureza jurídica (na doutrina portuguesa e angolana, posição adoptada)
- Confronto da compropriedade com a sociedade civil
- Regime jurídico da Compropriedade
- Cessação da Compropriedade

4.4- A Propriedade Horizontal

- Noção legal e objecto, natureza jurídica
- Modos de constituição e requisitos do título constitutivo

Tema V- Do Usufruto, Uso e Habitação

5.1- Noção e características

5.2- Modalidade de usufruto

5.3- Objecto do Usufruto

- Objeto coisa
- Objeto enquanto direito
- Conteúdo do Usufruto (aspectos gerais e especiais)

5.4- Direitos e Obrigações do Usufrutuário

5.5- Extinção do Usufrutuário

5.6- Uso e Habitação

Tema VI- Da Enfiteuse

6.1- Disposições Gerais

6.2- Constituição da enfiteuse

6.3- Direitos e encargos do senhorio e do Enfiteuta

6.4- Extinção da Enfiteuse

Tema VII- O Direito de Superfície

7.1- Disposições Gerais

7.2- Constituição do Direito de Superfície

7.3- Direitos e encargos do Superficiário e do Proprietário

7.4- Extinção do direito de superfície

Tema VIII- O Direito das Servidões

8.1- Disposições Gerais

8.2- Constituição das Servidões

8.3- Servidões Legais

8.4- Exercício das Servidões

8.5- Extinção das Servidões.

BIBLIOGRAFIA:

Ana Prata (2014) *Dicionário Jurídico*. 5ª Edição. Almedina.

A. Santos Justo (2017) *Direitos Reais*. 5ª Ed. Coimbra Editora;

Alberto Vieira, José (2023) *Direitos Reais*. 3.ª ed. Almedina;

Código Civil Angolano;

Constituição da República de Angola;

Da Silva, C. A. B. B. (2014) *Teoria Geral do Direito Civil*. 2ª Ed. Revista e Actualizada. Edição Faculdade de Direito da UAN;

Duarte, Rui Pinto (2024) *Curso de Direitos Reais*. 4.ª ed. rev. e atual. Cascais, Principia Editora;

J. D. M. De Oliveira (2018). *Manual de Direitos Reais de Angola – Lições de Direitos Reais e Legislação Fundiária Angolana*. Imprensa- E.P;

Justo, António Santos (2023) *Direitos Reais*. 8.ª ed. Quid Juris;

Jardim, Mónica e Andrade, Margarida Costa (2023) *Direitos Reais – Casos Práticos Resolvidos*. 3.ª ed. rev. e atual. Gestlegal;

Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes (2022) *Direitos Reais*. 10.ª ed. Almedina, 2022.

Lei de Terra, Lei 9/04 de 9 de Novembro de 2004;

Lei do Arrendamento Urbano, Lei n.º 26/15 de 23 de outubro

Lei Geral do Trabalho, Lei n.º 12/23 de 27 de dezembro

Manuel, Armando (2024) *Lições de Direitos Reais*. Alta Books;



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

*(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série,
de 24 de Julho)*

Cartão de contribuinte: 5417193178

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Prática Forense I
Ano	5.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Desenvolver habilidades práticas e teóricas na actuação jurídica forense, por meio da aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, visando à preparação para o exercício da advocacia ou outras carreiras jurídicas, com foco na actuação processual e no cumprimento das normas legais.

Objectivos Específicos:

1. Capacitar o formando para a redacção e adaptação de peças processuais adequadas às diversas áreas do direito material e processual, observando os requisitos formais e substanciais previstos na legislação portuguesa e angolana.
2. Desenvolver a capacidade de análise jurídica crítica e sistemática das situações factuais, identificando os problemas jurídicos relevantes e propondo soluções fundamentadas em normas, jurisprudência e doutrina comuns aos dois sistemas.
3. Proporcionar a simulação prática de atos processuais, tais como audiências, diligências instrutórias e sessões de mediação, visando à consolidação das competências comunicativas e argumentativas em contexto forense.
4. Instruir o formando na correta utilização e interpretação dos instrumentos legislativos, jurisprudenciais e doutrinários, integrando-os de forma coesa na fundamentação jurídica, quer no contexto português, quer no angolano.

5. Fomentar a reflexão sobre os princípios éticos e deontológicos inerentes ao exercício da advocacia e demais profissões jurídicas, promovendo uma conduta profissional íntegra e comprometida com os valores da justiça e da equidade.
6. Estimular o trabalho em equipa e a interdisciplinaridade, potenciando a troca de experiências e o enriquecimento mútuo no âmbito da prática forense, respeitando as especificidades culturais e institucionais de Portugal e Angola.
7. Proporcionar o conhecimento prático do funcionamento dos tribunais, serviços judiciais e demais órgãos relacionados em ambos os países, facilitando a adaptação e integração do formando no respetivo ambiente profissional.

Conteúdos Programáticos

TEMA I - NOÇÕES PRELIMINARES

1. Introdução: Conceito de Prática, Forense, Pessoa, Direito
2. Objectivo e Objecto de Estudo
3. Conceito de Expediente Forense e Ciência Forense
4. Ciências que se relacionam com a Prática Forense
5. Princípios que norteiam a Prática Forense
6. Procuração Forense, tipologias e sua Natureza

TEMA II- PARTE DA ACÇÃO PENAL

1. Noção, Objecto e finalidade e Elaboração de Peças
2. Elaboração do Auto de Notícia, Queixa e da Denúncia
3. Elaboração da Participação Criminal e Junção de Procuração
4. Elaboração do Requerimento de mudança de medida de coação (MP ou JG)
5. Elaboração do Requerimento da Instrução Contraditória (Juiz de Grantias)
6. Elaboração do Requerimento de Junção de Provas, de testemunha,
7. Elaboração de Uma Reclamação e Requerimento de Celeridade Processual
8. Conhecer a Acusação do Ministério Público – Estrutura
9. Elaboração da Contestação e saber os moldes das Alegações
10. Conhecer a estrutura da sentença
11. Elaboração do Requerimento de Recurso
12. Solicitação de Habeas Corpus - Elaboração de peça
13. Solicitação de Habeas Datas - Elaboração de peça

TEMA III- PARTE DA ACÇÃO CIVEL

1. Conceito e Fins

2. Articulados

- 2.1.Elaboração da Petição Inicial (Processos do Cível, Família, Trabalho...)
- 2.2.Elaboração da Contestação, Réplica e Tréplica do (Processos do Cível, Família, Trabalho...)
- 2.3.Requisitos Essenciais das peças
- 2.4.Despachos Liminares
- 2.5.Despachos pré- saneador, saneador e de Condensação
- 2.6.S entença
- 2.7.Requerimento de interposição de recurso
- 2.8.Elaborar das alegações

3. Outros documentos relevantes;

BIBLIOGRAFIA:

- Alberto, Ferreira Carlos (2023) *Manual prático de prática forense angolana*. 1.^a ed. Luanda Centro de Estudos Jurídicos.
- Carlos, Silva João (2021) *Prática forense processual civil e criminal*. 2.^a ed. Luanda Editora Jurídica Angolana;
- Catarina, Mendes Ana (2023) *Prática forense em direito penal*. 1.^a ed. Luanda Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais;
- Cangombe, Mário Cassoma (2021) *Tramitação do Procedimento Disciplinar*. Editoa azul;
- Código Civil Angolano e Código de Processo Civil Angolano;
- Código de Processo Penal e Código de Processo Penal Angolano;
- Constituição da República de Angola;
- Ferreira, Daniel; Costa, Osvaldo; Palassu, Mário e Francisco, Pascoal (2022) *Manual de Tramitação Processual Angolanos*. 1^a Edição. Editora azul;
- Pongolola, Vicente Correia (2020) *Prática Processual Penal para Advogados e Advogados Estagiários*. , 1^a Edição. Imprensa Nacional;
- Ferreira, Daniel (2023) *Formulários de Processo Penal Angolano*. 1^aEdição. Editora azul;
- Luísa, Gonçalves Maria (2022) *Procedimentos judiciais em Angola: guia prático para operadores do direito*. 1.^a ed. Luanda Editora Nacional;
- Ricardo, Barbosa (2024) *Prática forense técnicas de argumentação e redação jurídica* (1.^a ed.). Luanda Edições Universitárias.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

*(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de
24 de Julho)*

Unidade Curricular	Processo do Trabalho
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivos Gerais: Garantir a aplicação eficaz, equitativa e célere do Direito Processual do Trabalho em Angola, de modo a consolidar a justiça laboral como instrumento de tutela dos direitos dos trabalhadores e empregadores, promovendo a paz social, diminuindo litígios desnecessários, assegurando a segurança e previsibilidade jurídicas, favorecendo a conciliação e adaptando os procedimentos jurisdicionais às exigências do contexto socioeconómico angolano, em conformidade com os princípios constitucionais, legais e internacionais aplicáveis.

Objectivos Específicos:

1. Fortalecer o acto conciliatório como fase obrigatória e privilegiada do processo laboral, em qualquer instância, estimulando práticas alternativas de resolução de conflitos e evitando que o litígio se prolongue desnecessariamente. (Princípio da hipervalorização do acto conciliatório) .
2. Assegurar o patrocínio judiciário obrigatório para todas as fases do processo do trabalho, garantindo que os trabalhadores – especialmente em situação de vulnerabilidade – tenham representação adequada, sem barreiras financeiras ou burocráticas.
3. Priorizar a justiça material sobre a formal, pelo que o juiz deverá poder adotar de ofício medidas probatórias necessárias, e evitar que questões puramente formais prejudiquem a substância dos direitos em litígio.

4. Simplificar os procedimentos processuais, reduzindo exigências formais desnecessárias, promovendo celeridade, evitando atrasos processuais e formalidades excessivas, sempre que possível permitindo a convalidação de actos defectuosos que não prejudiquem as partes. Garantir a gratuidade das acções laborais para os trabalhadores e seus familiares, assegurando que custos de selos, custas ou outros encargos processuais não constituam obstáculos ao acesso à justiça laboral.
5. Definir claramente o âmbito e competências da jurisdição laboral, para todos os tipos de litígios previstos – individuais (constituição, manutenção, modificação, suspensão ou extinção de contrato), disciplinares, acidentes de trabalho, doenças profissionais, etc., bem como conflitos colectivos, greves, convenções coletivas, execuções de multas da Inspeção Geral do Trabalho.

Conteúdos Programáticos

TEMA I- NOÇÕES GERAIS

- 1.1. Aspectos históricos do direito processual do trabalho
- 1.2. Noção e objecto do direito de processo do trabalho
- 1.3. Fontes de direito do Processo do Trabalho
- 1.4. Aplicação, interpretação e integração das leis processuais laborais
- 1.5. Princípios Gerais e Específicos do processo do trabalho angolano
- 1.6. Organização da justiça Laboral angolana

TEMA II- Generalidade do Processo Laboral Comum

- 2.1 Pressupostos processuais.
- 2.2 Tipos e Formas de Processo
 - 2.2.1 O processo declaratório Comum Sumário (conflito laboral)
- 2.3 Tramitação do Processo Laboral
 - 2.3.1 As precedências obrigatórias no Processo Laboral
 - 2.3.2 A fase judicial nos litígios de natureza laboral

TEMA III- Generalidades dos Processos Especiais

- 3.1.Despedimento Colectivo
- 3.2 Recurso em matéria disciplinar
- 3.3 Processos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

TEMA IV- Os procedimentos Cautelares

- 4.1 Procedimentos cautelares comum(não especificados)

4.2 Procedimentos cautelares especificado

TEMA V- A contravenção Laboral (Processo Penal Laboral)

1. Conceito de Contravenção Laboral
2. Órgãos com Competência para Fiscalização e Instauração
3. Procedimento Contravencional
4. Sanções Aplicáveis
5. Meios de Defesa e Recursos
6. Prazos de Prescrição

TEMA VI- Recursos em processo laboral

1. Princípios Gerais dos Recursos Laborais
2. Tipos de Recursos
3. Prazos para Interposição
4. Efeitos dos Recursos
5. Custas e Isenções
6. Tramitação nos Tribunais Superiores

TEMA VII- Acção executiva em Processo Laboral

1. Título Executivo em Matéria Laboral
2. Legitimidade e Capacidade
3. Procedimento Executivo
4. Prioridade dos Créditos Laborais
5. Meios de Oposição do Executado
6. Pagamento e Extinção da Execução

BIBLIOGRAFIA

- Capeça, Norberto Moisés Moma (2021) *Os despedimentos a luz da nova lei geral do trabalho*. 2.^a Edição, Literacia;
- Código de Processo Civil, Decreto-Lei n.º 67 690, de 11 de Maio de 1967;
- Constituição da Republica de Angola
- Cunha, João Tobias (2022) *Casos Práticos de Direito do Trabalho*. Edição apresentada em 2022. Editora Shalom;
- Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966, Código Civil angolano;
- Estevão, Osvaldo Luacuti (2021) *Direito Processual do Trabalho Angolano*. 1.^a edição. WA Editora;

Garcia, João Chimbungule (2020) *Manual de processo do Trabalho angolano*. 1ª edição JG;

Martins, Alcides (2023) *Direito do Processo Laboral*. 5.ª edição. Almedina;

Pinheiro, Paulo Sousa (2020) *Curso de Direito Processual do Trabalho*. Edição de 2020. Reimpressão 2021. Edições Almedina;

Quintas, Hélder e Quintas, Paula (2020) *Manual de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho*. 7.ª edição. Edições Almedina;

Lei 9/81 de 2 de Dezembro, Lei da Justiça Laboral;

Lei 12/23 de 27 de Dezembro, Lei Geral do trabalho;

Luacuti, Adalberto (2024) *Compêndio de Legislação Processual do Trabalho Angolano*. Edição de 2024. WhereAngola Editora;

Vasconcelos, Joana (2022) *Direito Processual do Trabalho*. 2.ª edição. UCP Editora;

Sousa, Pedro Ferreira de (2020) *O Procedimento Disciplinar Laboral. Uma Construção Jurisprudencial*. 4.ª edição. Almedina.



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

*(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de
24 de Julho)*

Unidade Curricular	Direito do Processual Civil III (Recursos)
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Proporcionar ao estudante o domínio teórico e prático sobre os recursos no processo civil, compreendendo sua natureza jurídica, fundamentos, espécies, pressupostos, prazos e efeitos, bem como sua aplicação prática na defesa de direitos e na garantia do duplo grau de jurisdição.

Objectivos Específicos:

- Compreender o conceito e a função dos recursos no processo civil, como instrumento de impugnação das decisões judiciais;
- Identificar os princípios aplicáveis aos recursos, incluindo o princípio da legalidade, taxatividade, fungibilidade, duplo grau de jurisdição e proibição da reformatio in pejus;
- Distinguir as espécies de recursos previstos no Código de Processo Civil (apelação, agravo, revista, embargos, etc.) e suas hipóteses de cabimento;
- Analisar os pressupostos de admissibilidade dos recursos, como tempestividade, legitimidade, interesse, preparo e regularidade formal;
- Estudar os efeitos dos recursos, incluindo efeito suspensivo e devolutivo;
- Dominar os prazos recursais, formas de contagem e possibilidades de prorrogação ou interrupção;
- Aplicar o conhecimento a casos práticos, incluindo a elaboração de peças recursais e análise de jurisprudência relevante;

- Avaliar criticamente o sistema recursal angolano, à luz das reformas processuais e da jurisprudência dos tribunais superiores.

Conteúdos Programáticos

TEMA I- INTRODUÇÃO

- 1- Recurso- Várias Concepções
- 2- Conceito Jurídico E Função
- 3- Estrutura Dos Recursos
 - 3.1-Decisões Irrecorrível
 - 3.2-Decisões Recorrível
 - 3.2.1- Tipos Legais De Recurso
 - 3.2.2- Efeitos Dos Recursos
 - 3.2.3- Modo De Subida
 - 3.2.4- A Regra Estabelecida No Art. 678.º N.º1 E Suas Excepções
- 4- As Espécies De Recurso E Fundamento Da Sua Aplicação
- 5- Limitações Do Recurso A Um Grau
- 6- Legitimidade Para Recorrer
- 7- Perda Do Direito De Recorrer E Aceitação - Renúncia Ao Recurso

TEMA II- MARCHA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS

- 1- Recurso De Apelação
- 2- Objecto De Apelação
- 3- Interposição Do Recurso
 - 3.1- Prazos De Interposição
 - 3.2- Formas De Interposição
- 4- Efeito Do Recurso
- 5- Declaração Do Efeito Ex Officio
- 6- Prestação Da Caução
- 7- Subida Do Recurso
- 8- A Extensão Do Recurso
- 9- Adesão Ao Recurso
- 10- Sujeitos E Objecto Do Recurso
 - 10.1- Delimitações Subjectivo
 - 10.2- Delimitações Objectiva
- 11- Apreciação Liminar Do Recurso

- 11.1- Despachos De Indeferimento
- 11.2- Despachos De Deferimento
- 12- Reclamação contra O Indeferimento Ou Retenção Do Recurso
 - 12.1- Prazos De Apresentação Da Reclamação
 - 12.2- Formas De Reclamação

TEMA III- ALEGAÇÕES

- 13- Alegações De Recurso
- 14- Conclusões
- 15- Sanções Pelo Não Cumprimento Das Regras
- 16- Junção De Documento
- 17- Deserção, Rejeição e Não Cumprimento Do Recurso
- 18- Prazo Das Alegações
- 19- Tramitação Da Alegação
- 20- Expedição Do Recurso
- 21- Julgamento Do Recurso

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Francisco Manuel Lucas Ferreira de (2022) *Direito Processual Civil*. Volume II. 3.^a edição. Edições Almedina;
- Castro, Gonçalo Andrade de; Folhadela, Inês e Xavier, Rita Lobo (2023) *Elementos de Direito Processual Civil: Teoria Geral, Princípios, Pressupostos*. 3.^a edição. UCP Editora;
- Mendes, João de Cástro (2012) *Direito Processual Civil*. Volume III. AAFDL;
- Geraldes, António Santos Abrantes (2024) *Recursos em Processo Civil*. 8.^a edição atualizada. Edições Almedina;
- Malanga, Osvaldo (2021) *Manual de Direito Processual Civil*. Editora Marmoco;
- Pinto, Rui (2020) *Manual do Recurso Civil*. Volume I. 1.^a edição. AAFDL Editora;
- Santos, Manuel Simas e Santos, João Simas (2024) *Recursos Penais Angola*. 2.^a edição. Rei dos Livros;
- Sá, Renato Montans de (2025) *Manual de Direito Processual Civil*. 10.^a edição. Saraiva Jur.



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

*(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de
24 de Julho)*

Unidade Curricular	Metodologia Jurídica e Pesquisa Científica
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	03 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Analisar e compreender os métodos utilizados na pesquisa científica aplicada ao Direito, destacando a importância da metodologia jurídica como instrumento essencial para a produção de conhecimento jurídico sistemático, crítico e fundamentado.

Objectivos Específicos:

- Apresentar os principais conceitos e fundamentos da metodologia científica aplicados ao Direito;
- Diferenciar os métodos científicos (dedutivo, indutivo, dialético etc.) e sua aplicação na pesquisa jurídica;
- Investigar os tipos de pesquisa jurídica (dogmática, empírica, bibliográfica, documental etc.);
- Demonstrar a importância da delimitação de tema, problema, hipóteses e objetivos na construção de uma pesquisa jurídica;
- Propor um roteiro básico para elaboração de trabalhos científicos na área jurídica, respeitando as normas académicas.

Conteúdos Programáticos

Tema 1- Introdução à Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1.Definição de Conceito: Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1.1. Utilidade da investigação científica e características do processo de investigação

1.1.2. Diferença entre método e técnica

- 1.1.3. Exigência do Método Científico
- 1.1.4. Objectivos da Metodologia de Investigação Científica
- 1.2. A leitura como factor decisivo do estudo
- 1.3. A cultura e postura científica
- 1.4. Biblioteconomia
- 1.5. Tipos de documentos finais de uma investigação científica

Tema 2- O Conhecimento e os seus níveis

- 2.1. Conhecimento e suas finalidades
- 2.2. Conhecimento Empírico ou Popular e suas Características
- 2.3. Conhecimento teológico ou religioso e suas Características
- 2.4. Conhecimento filosófico e suas Características
- 2.5. Conhecimento científico e suas Características

Tema 3- Métodos e técnicas da abordagem de investigação científica.

- 3.1. Métodos da abordagem da investigação científica do nível teórico
 - 3.1.1. Importância dos métodos de nível teórico
 - 3.1.2. Os métodos de nível teórico
 - 3.1.2.1. Análise e a Síntese
 - 3.1.2.2. A Abstração
 - 3.1.2.3. A indução e Dedução
 - 3.1.2.4. Histórico-lógico
 - 3.1.2.5. Método Hipotético-Dedutivo
 - 3.1.2.6. Método Causal
 - 3.1.2.7. Método Teórico-jurídico
 - 3.1.2.8. Método Exegético-analítico
 - 3.1.2.9. Análise das Normas Jurídicas
 - 3.1.2.10. Método Jurídico Comparado
- 3.2. Métodos da abordagem da investigação científica do nível empírico
 - 3.2.1. Características dos métodos empíricos.
 - 3.2.2. Funções dos métodos empíricos no processo da investigação científica
 - 3.2.3. Métodos empíricos, técnicas e instrumentos de colecta de dados mais utilizados.
 - 3.2.3.1. Observação
 - 3.2.3.2. A Entrevista
 - 3.2.3.3. O Inquérito
 - 3.2.3.4. O Questionário

3.2.3.5.O Estudo de documentos

3.2.3.6.Estratégias Compostas

3.2.3.7.O Método de Delphi

3.2.3.8.O Método de Estudo de Casos

3.2.3.9.A Sociometria

3.3.Métodos da abordagem da investigação científica do nível matemático estatístico

3.3.1. Processamento de dados

3.3.2. Diferentes tipos de variáveis

3.3.3. Elementos de estatística Descritiva

3.3.3.1.A média

3.3.3.2.A moda

3.3.3.3.A mediana

Tema 4- Tipos de estudo ou investigação científica

4.1.Conceito de estudo ou pesquisa

4.1.1. Tipos de estudo quanto ao modo de abordagem

4.1.2. Tipo de estudo quanto ao objectivo geral

4.1.3. Tipo de estudo quanto aos Procedimentos técnicos

Tema 5- População e Amostra

5.1.População

5.2.Amostra

5.2.1. Tipos de Amostra

5.2.1.1.Amostra probabilística e suas técnicas de amostragem

5.2.1.2.Amostra não probabilística e suas técnicas de amostragem

Tema 6- Regras de escrita em trabalhos de investigação científica

6.1.Norma APA

6.1.1. Referências e Citações

6.1.2. Construção da lista referências bibliográfica

6.1.3. A construção da lista de referências bibliográficas

6.2.Normas da ABNT

6.2.1. Referências e Citações

6.2.2. Construção de lista referências bibliográficas

6.2.3. Construção da lista das referências bibliográficas

6.3.Norma Portuguesa

6.3.1. Referências e Citações

- 6.3.2. Construção de lista de referências bibliográficas
- 6.3.3. Construção da lista das referências bibliográficas
- 6.4. Outras contribuições de notação de referências bibliográficas
 - 6.4.1. Referências legislativas. Constituição
 - 6.4.2. Leis e Decretos
 - 6.4.3. Referências judiciais

Lista de Referências Bibliográficas

- Alves, Maria da Piedade (2012) *Metodologia Científica*. 1.ed. Escolar Editora.
- Carvalho, J. Eduardo. (2009) *Metodologia do Trabalho Científico: "saber-Fazer" da investigação para dissertações e teses*. Escolar Editora.
- Carneluti, F. (2012) *Metodologia do Direito*. Escolar Editora.
- Cortez Vilelas, José (2009) *Investigação - o processo de construção do conhecimento*. 1 ed.: Edições Sílabo.
- Cornelsen, Julce Mary (2012) *Escrever... Com Normas: Guia Prático Para Elaboração de Trabalhos Técnico-Científicos*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- DE Ketele, Jean Marie & Roegiers, Xavier (1993) *Metodologia de Recolha de Dados*. Instituto Piaget.
- Freixo, Manuel João Vaz. (2024). *Metodologia Científica. Fundamentos, métodos e técnicas*. 6.^a edição revista e aumentada. Instituto Piaget.
- MARCONI, Marina de Andrade (2001) *Fundamentos de metodologia científica*. 4a. ed.: Atlas.
- Luiz, Amado Cervo, Bervian, Pedro Alcino e Silva, Roberto da (2007). *Metodologia Científica*. – 6. ed.: Pearson Prentice Hall.
- Martins, Gilberto de Andrade e Theóphilo Carlos Renato (2009) *Metodologia de Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. – 2. Ed.: Atlas.
- RAMOS, R, NARANJO, E. (2014) *Metodologia de Investigação Científica*. Escolar Editora
- Viero, Cristóvão Atílio e Barreto, Ricardo de Macedo Menna. (2024). *Guia Da Pesquisa Jurídica - Metodologia Da Investigação Científica Em Direito. Aspectos Teóricos E Práticos*. 2ª Edição. Edições Almedina.
- Zassala, Carlinhos (2013) *Iniciação à Pesquisa Científica: ler, captar o essencial e tomar apontamentos. O método de estudo universitário*. Mayamba.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

Unidade Curricular	Direito Processual Civil II (Executivo)
Ano	4.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Capacitar o estudante a compreender, interpretar e aplicar os princípios, normas e procedimentos do processo executivo no Direito Processual Civil brasileiro, possibilitando a efectivação da tutela jurisdicional por meio dos mecanismos legais de execução.

Objectivos Específicos:

1. Conhecer os títulos executivos judiciais e extrajudiciais, identificando os seus requisitos para a execução.
2. Estudar as diferentes espécies de execução (por quantia certa, por entrega de coisa, para obrigação de fazer ou não fazer) e suas características procedimentais.
3. Analisar os princípios que regem o processo de execução, tais como a efetividade, menor onerosidade e a boa-fé processual.
4. Compreender as medidas coercitivas e meios executórios, como penhora, arresto, sequestro, adjudicação e leilão.
5. Estudar as defesas do executado, especialmente os embargos à execução e exceções processuais cabíveis.
6. Desenvolver a capacidade crítica para solucionar questões práticas e controvérsias relativas ao processo executivo, aplicando a legislação vigente.

Conteúdos Programáticos

Tema I- Introdução ao Direito Processual Civil

1. Noções de:
 - 1.1 Direito
 - 1.2 Processo
 - 1.3 Direito civil
 - 1.4 Processo civil.
2. As características de processo civil,
3. Importância prática do processo civil
4. Os tipos de acções cível

Tema II- Acções executivas

1. Os tipos de acções executivas
2. Função da acção executiva
3. O accertamento e acção executiva
4. Pressupostos da acção executiva:
 - 4.1 Pressupostos gerais
 - 4.2 Pressupostos específicos da acção executiva

Tema III- título executivo

- 1- Noção de título executivo
- 2- Espécies de título executivo
- 3- Natureza e função do título executivo.
- 4- Consequência da falta de título executivo
- 5- Uso desnecessário da acção declarativa

Tema IV- Pressupostos específicos

1. Certeza, exigibilidade e liquidez da obrigação.
 - 1.1 Certeza da obrigação
 - 1.2 Exigibilidade da obrigação
 - 1.3 Obrigação líquida.
2. Regime de certeza
 - 2.1 Obrigações alternativas
 - 2.2 Obrigações de prazo
 - 2.3 Obrigações puras
 - 2.4 Obrigações sobre condições suspensivas
3. Regime da certeza e exigibilidade
4. Consequência da falta de certeza ou exigibilidde
5. Regime da liquidez da obrigação

5.1 Meios de liquidação

5.2 Liquidação por simples cálculos aritmético

6. Consequência da iliquidez da obrigação

Tema V- Pressupostos processuais

1. A legitimidade das partes.

1.1 Critério de aferição

1.2 Adopção do regime regra.

1.3 O terceiro proprietário ou possuidor de bens onerado

1.4 A legitimidade do ministério público.

1.5 Consequência da ilegitimidade das partes.

2. Patrocínio judiciário

3. Competência do tribunal.

3.1. Competência em razão da matéria.

3.2. Competência em razão da hierarquia.

3.3. Competência em razão do valor.

3.4. Competência em razão do território.

3.4.1 Sentença do tribunal comum.

3.4.2 Sentença do tribunal arbitral.

3.4.3 Execução baseada noutros título.

3.5 Pluralidade de sujeito e de pedidos

3.5.1. Pluralidade de sujeito

3.5.1.1. Consequência da falta de litisconsórcio necessário.

3.5.2. Pluralidade de pedido.

3.5.2.1. Coligação

3.5.2.2. Consequência da coligação ilegal

2.5.2.3. Cumulação simples de pedido

3.5.2.4. Consequência da cumulação indívda

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Francisco Manuel Lucas Ferreira de (2025) *Direito Processual Civil* - Volume

II. 4ª Edição. Edições Almedina;

Ferreira, F. A.(2010). *Curso de processo de execução*. 12ª ed. Coimbra,

Almedina;

Freitas, J. L.(2013). *A acção executiva*. 6ª ed. Coimbra Editora;

Pica, Luís Manuel (2025) *Lições Breves Sobre O Processo De Execução Civil*. Edições Almedina;

Pinto, Paulo Mota Pinto e Pinto, Alberto da Mota. (2020). *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Gestlegal;

Melo, Nehemias Domingos de (2025) *Lições De Processo Civil. Processo De Execução e Procedimentos Especiais*. Volume 2. 4 Ed. Editora Foco

Santos, Hugo Luz dos (2021) *Direito Civil e Direito Processual Civil Contemporâneo. Entre a dogmática e a prática*. Volume III. Nova Causa;

Rodrigues, Martins. (2019). *Direito Processual Civil*. Chiado Books;



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Internacional Privado
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Analisar e compreender os princípios, normas e mecanismos do Direito Internacional Privado, com foco na resolução de conflitos de leis e jurisdição em situações jurídicas que envolvam elementos de diferentes países, promovendo a adequada aplicação da legislação e a protecção dos direitos das partes envolvidas.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os principais institutos do Direito Internacional Privado, como a nacionalidade, domicílio, condição jurídica do estrangeiro, conflitos de leis e competência internacional.
2. Identificar e interpretar normas de conexão, entendendo como e quando aplicar a lei estrangeira em casos concretos com elementos internacionais.
3. Compreender os critérios de determinação da jurisdição internacional, analisando a competência dos tribunais nacionais em casos com partes ou elementos estrangeiros.
4. Investigar os mecanismos de cooperação jurídica internacional, como a homologação de sentenças estrangeiras, cartas rogatórias e tratados internacionais aplicáveis.
5. Analisar jurisprudência nacional e estrangeira, aplicando-a a situações hipotéticas e reais para promover o raciocínio jurídico voltado à complexidade das relações privadas internacionais.
6. Refletir sobre a função do Direito Internacional Privado na harmonização das normas jurídicas entre diferentes sistemas legais e na protecção dos direitos fundamentais nas relações privadas transnacionais.
7. Desenvolver habilidades práticas e teóricas para lidar com contratos internacionais, questões de família e sucessões internacionais, além de temas envolvendo migração e estatuto pessoal.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1- NOÇÕES FUNDAMENTAIS

- 1.1. Origem, Noção, Objecto e fontes do Direito Internacional
- 1.2. Fundamento e natureza do Direito Internacional
- 1.3. Justiça, interesses e princípios do Direito Internacional Privado
- 1.4. Princípios do Direito Internacional Privado
- 1.5. O Direito Internacional e o Direito Internacional Privado

2. TEORIA DA REGRA DE CONFLITOS

- 2.1. Estrutura e função da Regra de Conflitos
- 2.2. O Elemento de Conexão
- 2.3. O Conceito Quadro
- 2.4. As lacunas no sistema das regras de conflitos
- 2.5. Limites à aplicação das regras de conflitos
- 2.6. Aplicação do Direito Estrangeiro
- 2.7. A Ordem Pública Internacional
- 2.8. A Fraude a Lei
- 2.9. A referência pressuposte ou questão prévia na aplicação da Lei competente

3. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO ESPECIAL

- 3.1. Súmula das principais regras de conflitos do Direito Internacional Privado Angolano
- 3.2. Direito das Obrigações
- 3.3. Direitos Reais e Propriedade Intelectual
- 3.4. Direito da família
- 3.5. Direito das Sucessões

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola

Código Civil Angolano

Lei da nacionalidade de Angola

Chitonga, Mateus Jaime Chitonga. (2015). *Direito Internacional Privado*. 1.^a Edição. Escolar Editora;

Correia, Ferrer. (1983). *Considerações de Direito Internacional Privado* (Estudo vários de Direito). Coimbra Editora;

Machado, João Baptista. (2023). *Lições De Direito Internacional Privado*. 3.^a Edição. Edições Almedina.

Pinheiro, Luís de Lima. (2019). *Direito Internacional Privado*. 3.^a Edição, 2000. Editora AAFDL;

Vicente, Dário Moura. (2023). *Direito Internacional Privado – Textos Normativos Fundamentais*, 5 Edição. Edições Almedina;

Ramos, Rui Manuel Moura. (2020). *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional – III*. Gestlegal.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito Bancário
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos jurídicos que regem o Direito Bancário, especialmente no que se refere à regulamentação das instituições financeiras, às operações bancárias, aos contratos típicos do setor e à proteção dos consumidores e investidores, promovendo uma actuação segura, ética e actualizada no âmbito das relações bancárias.

Objectivos Específicos:

1. Estudar a estrutura e a regulação do Sistema Financeiro, incluindo o papel do Banco Central e demais entidades reguladoras.
2. Analisar os principais contratos bancários, como contrato de abertura de crédito, mútuo, financiamento, leasing, factoring, cartão de crédito, entre outros.
3. Compreender os direitos e deveres dos consumidores nas relações bancárias, com base no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência dos tribunais superiores.
4. Investigar os mecanismos de prevenção e repressão a ilícitos financeiros, como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crimes contra o sistema financeiro.
5. Acompanhar a jurisprudência atualizada sobre temas bancários, como tarifas abusivas, anatocismo, superendividamento e responsabilidade civil das instituições financeiras.
6. Avaliar o impacto das novas tecnologias financeiras (fintechs) e a regulação aplicável aos serviços digitais no setor bancário.
7. Desenvolver habilidades para a elaboração e interpretação de contratos bancários, bem como para a atuação em litígios envolvendo instituições financeiras.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

INTRODUÇÃO

1. DIREITO BANCÁRIO

1.1. Sumário

1.2. Caracteres

1.3. Conceito

1.4. Fontes

1.5. Importância

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COMÉRCIO BANCÁRIO

2.1. Antiguidade

2.2. Idade Média

2.3. Idade Moderna

2.4. Controlo

2.5. Comércio bancário em Angola

3. A ACTIVIDADE BANCÁRIA. BANCOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

3.1. Conceito de Banco

3.2. Organização dos Bancos

3.3. Classificação

3.4. Bancos e Casas Bancárias

3.5. Cooperativas de Crédito

4. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL

4.1. Organização do Sistema Financeiro Nacional

4.2. As atribuições do BNA

4.3. As Instituições Financeiras Públicas

4.4. As Instituições Financeiras Privadas

5. OPERAÇÕES BANCÁRIAS

5.1. Conceito

5.2. Características

5.3. Classificação

6. O SIGILO BANCÁRIO

6.1. Origem

6.2. Fundamentos

6.3. Extensão e oponibilidade

7. O MÚTUO MERCANTIL

7.1. Mútuo

7.2. Caracteres

7.3. Efeitos

7.4. Prazo

7.5. Forma e prova

8. O DEPÓSITO PECUNIÁRIO

8.1. Conceito

8.2. Natureza Jurídica

8.3. Sentido Económico

8.4. Características

9. O DESCONTO BANCÁRIO

9.1. Conceito

9.2. Elementos

9.3. Natureza Jurídica

9.4. Características

9.5. O Redesconto

10. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO E SUAS MODALIDADES

10.1. Conceituação

10.2. Natureza Jurídica

10.3. Características

10.4. Modalidades

10.5. Extinção

11. O CONTRATO DE CONTA CORRENTE. A CONTA CORRENTE BANCÁRIA

11.1. O Contrato de Conta Corrente

11.2. Conceito de Conta Corrente

11.3. Contrato de Conta Corrente e Conta Corrente Comum

12. A INSTABILIDADE DOS BANCOS, A RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL E AS RESTRIÇÕES DE ORDEM FISCAL

12.1. A Macrovisão do Sistema Financeiro e sua Instabilidade

12.2. Saneamento das Instituições em Dificuldade

12.3. A Responsabilidade Real do Banco Central

13. A CRISE BANCÁRIA E SUA REGULAMENTAÇÃO

13.1. Sinais da Crise e o Risco do Mercado

Azevedo, Sérgio, *Introdução ao Direito Bancário*, Vislis Editores, 2000;

Antunes, José Engrácia, *Direito dos Contratos Comerciais*, 1ª edição, Almedina, Coimbra, 2014.

Araújo, Raúl Carlos Vasques e NUNES, Elisa Rangel, *Constituição da República de Angola: Anotada*, Tomo I, Luanda, 2014.

Athayde, Augusto de, *Curso de Direito Bancário*, Volume I, 2ª Edição, Coimbra editora, 2009.

Constituição da República de Angola.

Correia, Francisco Mendes, *Lições de Direito Bancário*, Edições Almedina, 2024.

Correia, Francisco Mendes, *Lições de Direito Bancário*, Edições Almedina, 2024

Cordeiro, António Menezes e Cordeiro, Barreto Menezes, *Direito Bancário I*, 7.ª Edição, Edições Almedina, 2023;

Cooperativas de Crédito Regime Jurídico da Locação Financeira consta do Decreto Presidencial nº 65/11. De 18 de Abril.

Código Comercial Lei Cambial – Lei 5/97, de 11 de Julho.

Estatuto Orgânico da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, Decreto Presidencial nº 141/13 de 27 de Setembro;

Filipe, Válder, *O Banco Nacional de Angola e a Crise Financeira*, Maiamba Economia, 1ª edição, Luanda, 2012.

Lei Geral da Actividade Seguradora, Lei n.º 1/00, de 03 de Fevereiro.

Lei dos Valores Mobiliários, Lei 12/05, de 23 de Setembro.

Lei do Banco Nacional de Angola, Lei n.º 24/21, de 18 de Outubro.

Lei das Instituições Financeiras, Lei nº 14/21, de 19 de Maio.

Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (Lei n.º 14/21, de 19 de Maio).

Miranda, Jorge, *Temas De Direito Bancário I*, Cadernos O Direito N.º 8, Edições Almedina, 2023.

Regulamento das Sociedades Cooperativas de Crédito consta do Decreto Presidencial nº 22/11, de 19 de Janeiro

- 13.2. Privatização e Internacionalização do Sector
- 14. SERVIÇO BANCÁRIO E A TUTELA DO CONSUMIDOR
 - 14.1. Multivariabilidade Prestacional do Serviço
 - 14.2. O Dano e sua Prova nas Relações Bancárias
 - 14.3. Dano Moral e sua Quantificação
 - 14.4. Responsabilidades Solidária e Regressiva
- 15. OS MEIOS ELECTRÓNICOS E O BANCO VIRTUAL
 - 15.1. Enxugamento do Mercado e Concorrência
 - 15.2. Operações Bancárias e Meios Tecnológicos
 - 15.3. Operações Electrónicas e seus Reflexos
 - 15.4. Implicações do Banco Virtual e a Responsabilização
- 16. CONTRATOS BANCÁRIOS
 - 16.1. Princípios Contratuais Bancários
 - 16.2. Teoria da Imprevisão
- 17. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CLÁUSULAS ABUSIVAS
 - 17.1. O CDC nas Operações Bancárias
 - 17.2. Cláusulas Abusivas e Onerosas
- 18. A TEORIA DA APARÊNCIA NO DIREITO BANCÁRIO
 - 18.1. Significado da Teoria da Aparência
 - 18.2. A Teoria da Aparência e Operações Electrónicas
 - 18.3. Princípios da Boa-Fé e Razoabilidade na Aparência
- 19. O PAPEL DOS BANCOS E DAS BOLSAS
 - 19.1. A Realidade do Mercado Accionário
 - 19.2. Responsabilidade pelas Informações
 - 19.3. Dever de Sigilo
- 20. O MODERNO DIREITO BANCÁRIO DO SÉCULO XXI
 - 20.1. Autonomia do Bacen e Regulação
 - 20.2. Meios de Pagamentos Electrónicos
 - 20.2. A sustentabilidade Bancária
 - 20.3. Scoring de Crédito e Relevância

BIBLIOGRAFIA

Aviso nº 12/16, de 26 de Maio – Protecção ao consumidor de serviços e produtos financeiros em Angola.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito dos Registos e Notariado
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender os fundamentos, princípios e procedimentos que regem o Direito dos Registos e do Notariado, com foco na função jurídica e social da publicidade registral e notarial, visando assegurar a autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos perante terceiros.

Objectivos Específicos:

1. Estudar os diferentes tipos de registos públicos (predial, comercial, civil, automóvel, etc.) e sua função na garantia da segurança jurídica e da boa-fé nas relações jurídicas.
2. Analisar os princípios fundamentais do Direito do Registo, como o princípio da legalidade, da prioridade, da continuidade, da presunção de veracidade e da fé pública.
3. Compreender a função do notariado na autenticação de atos jurídicos, na formalização de escrituras públicas e no reconhecimento de assinaturas e documentos.
4. Interpretar os principais atos notariais e registralmente relevantes, como escrituras públicas, certidões, registros de propriedade, hipotecas, casamentos, nascimentos, entre outros.
5. Acompanhar a evolução normativa e tecnológica nos serviços de registo e notariado, incluindo a digitalização, atos eletrónicos e a certificação digital.
6. Desenvolver competências práticas para redigir atos notariais e requerimentos de registo, com base na legislação vigente e nas orientações das conservatórias e cartórios.
7. Avaliar a importância do registo e do notariado como meios de prevenção de litígios e de proteção jurídica dos negócios e direitos dos cidadãos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA I- ENQUADRAMENTO GENÉRICO

- 1.1. Resenha histórica dos componentes da Disciplina
- 1.2. Conceito, ciências auxiliares
- 1.3. Modalidades de registos
- 1.4. Formas dos actos de registo
- 1.5. Órgãos Afins aos actos dos Registos e Notariado

TEMA II- DO REGISTO CIVIL

- 2.1. Objecto do Registo Civil
 - 2.1.1 Estado Civil e estado pessoal
 - 2.1.2 Enquadramento legal do facto
 - 2.2 Factos sujeitos a Registo
 - 2.2.1 Factos Sujeitos a registo obrigatório
 - 2.2.2 Factos sujeitos a Registo facultativo
 - 2.3 Formas dos actos de registo
 - 2.4 Prova dos factos sujeitos a Registo
 - 2.3. Efeitos do registo
 - 2.4. Princípios Reguladores em Registo Civil
 - 2.5. Actos de registo em Geral
 - 2.5.1 Partes e Intervenientes em actos do Registo
 - 2.5.2 Modalidades do Registo
 - 2.5.3 Vícios do Registo
 - 2.6 Actos de Registo em Especial
 - 2.6.1 Nascimento
 - 2.6.2 Nacionalidade
 - 2.6.3 Filiação.
 - 2.6.4 Casamento.
 - 2.6.5 Nacionalidade
 - 2.6.6 União de facto.
 - 2.6.7 Óbito
 - 2.7 Processos Privativos em Registo Civil
- ### UNIDADE III- DO REGISTO PREDIAL
- 3.1 Noção e Objecto e Fim do Registo Predial
 - 3.2 Principios Reguladores

- 3.3 Publicidade e Meios de prova.
- 3.4 Factos e acções sujeitas a Registo
- 3.5 Efeitos e Cessação do Registo
- 3.6 Modalidade e actos de registo
- 3.7 Obrigatoriedade de Registo
- 3.8 Forma dos Actos de Registo Predial
- 3.9 A Propriedade Horizontal no Direito angolano

TEMA IV- DO REGISTO COMERCIAL

- 4.1. Objecto do Registo Comercial
 - 4.1.1. Âmbito
 - 4.1.2. Enquadramento legal
 - 4.1.3. Princípios Orientadores do Registo Comercial
- 4.2. Factos Sujeitos a Registo
 - 4.2.1. Comerciante individual
 - 4.2.2. Sociedades Comerciais
- 4.3. Efeitos do Registo
- 4.4. Matrícula e Títulos
- 4.5. Intervenientes
- 4.6. Recusas
- 4.7. Obrigatoriedade de registo

TEMA V- DO REGISTO DE BENS MÓVEIS

- 5.1 Noções gerais
- 5.2 Órgãos de Registos das Coisas Móveis
- 5.3 Princípios Reguladores
- 5.4 Registo de Navios
 - 5.4.1 Factos Sujeitos a Registo
- 5.5 Registo de Aeronaves
 - 5.5.1 Factos Passíveis de Registo
- 5.6 Registo de Automóveis
 - 5.6.1 Factos Passíveis de Registo

TEMA VI- DO NOTARIADO

- 6.1 Actos Notariais
- 6.2 Força probatória dos documentos com intervenção Notarial
- 6.3 Organização do Notariado

- 6.4 A fé Pública.
- 6.5 Objecto e Função Notarial
- 6.6 Organização dos serviços Notariais
- 6.7 Competência do Notários
- 6.8 Princípios da Actividade Notarial
- 6.9 Actos Notariais em Geral
 - 6.9.1 Requisitos Gerais dos Instrumentos Notariais
 - 6.9.2 Requisitos Especiais
 - 6.9.3 Partes e Intervenientes acidentais
 - 6.9.4 Nulidade e Revalidação dos Actos Notariais
- 6.10 Actos Notariais em especial
 - 6.10.1 Reconhecimentos de assinaturas
 - 6.10.2 Abertura de Sinal
 - 6.10.3 As conferências de Fotocopias
 - 6.10.4 Publicas-Formas
 - 6.10.5 Autenticação de Documentos
 - 6.10.6 As Telecópias
 - 6.10.7 As Procurações e Substabelecimentos
 - 6.10.8 Documentos Estrangeiros (Traduções)
 - 6.10.9 Os Certificados em Geral
 - 6.10.10 As Escrituras Públicas
- a) Regime Jurídico
- b) Requisitos
- c) Tipos de escrituras públicas
- 6.11 Nulidades e revalidação dos actos Notariais.
- 6.12 Impugnação e Recursos dos actos dos Registos e Notariado.

BIBLIOGRAFIA

Código do Notariado angolano
Código Civil angolano.
Constituição da Republica de Angola de 2010
Código do Registo Civil e legislação complementar comentado e anotado
Código da Família.
Código do Registo Comercial angolano

Código do Registo Predial angolano

De Almeida, Carlos Ferreira, *Publicidade e teoria dos registos*, Coimbra 1966.

Medina, Maria do Carmo, *Direito de Família*, Escolar editora, 2011.

Ferrerinha, Fernando Neto, *A Função Notarial dos Advogados e dos solicitadores, teoria e pratica*, Editora Almedina, Coimbra, 2018

Guerreiro, José Augusto Guimarães Moureira, *Temas de Registos e Notariado*, Coimbra, 2010.

Joaquim, D. Oliiveira, Evaristo S., Pedro F., Marcos N., luís R., Israel N., Alfredo F. (2023). *Direitos dos Registos e do Notariado de Angola*, Artipol;

David, Solange da C. C. P. e David, Feijó (2021). *Direito Registral Civil Angolano*, 1ª edição; Dec. executivo 509/21, de 11 de Outubro (Regulamento sobre o reconhecimento de personalidade jurídica civil de pessoas jurídicas canonicas);

Bumba, E. Almeida; Rocha I. e Viegas, da Assunção, A. M. (2013). *Código de Registo Civil e Legislação Complementar. Comentado e Anotado*. Coimbra Editora;

Lopes, Joaquim de Seabra. (2024). *Direito dos Registos e do Notariado*. 14ª ed. Coimbra: Edições Almedina;

_____, *Direito dos Registos e do Notariado*, Editora Almedina, 10ª edição, Coimbra 2019.

Lei 11/15, de 17 de Junho, sobre a Simplificação do Processo de Constituição de Sociedades Comerciais

Registo de Aeronaves, aprovado pelo decreto executivo 26/08 de 3 de Março.

Regulamento Interno do Instituto Nacional de Aviação Cjvil, aprovado pelo decreto executivo 31/09 de 23 de Abril.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Contratos Públicos
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivos Gerais: Consistem na apreensão, por parte dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de um conjunto de conhecimentos inerentes às matérias de Contratação Pública. Ademais, estes conhecimentos revestem-se de capital importância pois, servirão de fundamento para compreensão de aspectos ligados à gestão do erário na Administração Pública Angolana.

Objectivos Específicos:

- ✓ Proporcionar aos estudantes informações sobre a origem do Instituto de Contrato Administrativo;
- ✓ Dominar os conceitos de poder, economia e a contratação pública bem como estabelecer a relação existente entre eles;
- ✓ Fazer uma abordagem genérica sobre aspectos doutrinários subjacentes à Contratação Pública;
- ✓ Facultar conhecimentos e práticas sobre as fontes nacionais do direito da contratação pública;
- ✓ Estabelecer os princípios fundamentais e medidas excepcionais da contratação pública;
- ✓ Conhecer os procedimentos para a decisão de contratar e as diferentes modalidades de contratos públicos;
- ✓ Debruçar-se sobre o diálogo concorrecional;
- ✓ Estudar as especificidades dos contratos de concessão administrativa, de locação e de aquisição de bens e serviços e de alienação de bens;

- ✓ Debruçar-se sobre a Impugnação Administrativa e dos Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos;
- ✓ Conhecer as fases e intervenientes do processo de fiscalização preventiva e sucessiva dos Contratos Públicos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA I – INTRODUÇÃO

- 1.1- Considerações gerais sobre a Cadeira de Contratos Públicos;
 - 1.1.1-Generalidades
 - 1.1.2-Origem Histórica e Razão de ser do Contrato Administrativo
- 1.2- Noção de Contrato Público e elementos estruturantes;
- 1.3- Conceitos e relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública;
 - 1.3.1-Conceitos
 - 1.3.2-Relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública
- 1.4- Orientação, Intervenção e Actuação Económica do Estado.
 - 1.4.1-Breve caracterização do Sistema Económico Angolano na era pós-independência
- 1.5- Actividade Financeira Pública;
- 1.6- Provisão Pública de Bens;
- 1.7- Dilemas da decisão pública – fundamentos financeiros e extra-financeiros;
 - 1.7.1-Fundamentos Financeiros e Extra-Financeiros
 - 1.7.2-Decisões Financeiras concretas;
 - 1.7.3-Planeamento das Necessidades – Decisão Pública
- 1.8- A Contratação Pública em Especial;
 - 1.8.1-A questão da sustentabilidade financeira do Estado e a contratação pública;
 - 1.8.2-A contratação pública e os princípios da transparência financeira e da responsabilização;
- 1.9- Relevância financeira crescente da Contratação Pública;
- 1.10- A decisão de contratar e a decisão financeira.

TEMA II – DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- 2.1- Fontes do Direito da Contratação Pública
 - 2.1.1-Enquadramento e Contexto Legal da Contratação Pública – Evolução Histórica;
- 2.2- A Lei nº 41/2020, de 23 de Dezembro, Lei dos Contratos Públicos;
 - 2.2.1-Estrutura Formal da LCP

- 2.2.2-Fundamentos teóricos-práticos
- 2.2.3-Âmbito de Aplicação
- 2.2.4-Âmbito de Exclusão da LCP
- 2.2.5-Direito Subsidiário
- 2.2.6-Âmbito Objectivo
- 2.2.7-Aplicação no Tempo
- 2.2.8-Aplicação no Espaço
- 2.2.9-Enquadramento/Objectivos
- 2.2.10-Finalidades da Contratação Pública
- 2.2.11-Regime Jurídico dos Contratos Públicos
- 2.3-Acordos-Quadros
- 2.4-Centrais de Compras
- 2.5-Formação dos Contratos Públicos
 - 2.5.1-Decisão de contratar e competências para autorizar Despesa
 - 2.5.2-Ética na Formação dos Contratos Públicos e Conduta dos Participantes ao Procedimento
 - 2.5.2.1-Conduta dos Funcionários Públicos
 - 2.5.2.2-Conduta dos Participantes ao procedimento
 - 2.5.3-Fomento ao Empresariado Nacional
 - 2.5.4-Escolha do Tipo de Procedimento
 - 2.5.5-Tipos de Procedimento
 - 2.5.6-Requisitos de Participação no Procedimento
- 2.6-Comissão de Avaliação
 - 2.6.1-Noção
 - 2.6.2-Princípios Éticos na Condução dos Procedimentos
 - 2.6.3-Impedimentos
 - 2.6.4-Funcionamento
 - 2.6.5-Competência
 - 2.6.6-Avaliação, Negociação e Adjudicação de Propostas
 - 2.6.6.1-Caução
- 2.7-Eficácia dos Contratos
- 2.8-Confirmação dos Contratos
- 2.9-Tribunal de Contas
- 2.10-Impugnação Administrativa

2.11-Mecanismos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos

BIBLIOGRAFIA

- Amorim, João Pacheco. (2021). *Introdução ao Direito dos Contratos Públicos*, Edições Almedina;
- Antunes, J.M.O. Coutinho, L.P., França, A.F. (2012). *Lei da Contratação Pública de Angola*, Coimbra, Almedina;.
- Cabral, N.C., (2009), *As parcerias público-privadas (Cadernos IDEFF, nº 9)*, Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa/Coimbra; Almedina;
- Cunha. A.C. (2009), *Despesas Públicas e Contratação Pública*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra; Almedina.
- Carreau, D. e Juiliard, P. (2007), *Droit International Economique*, (3ª edição), Paris; Dalloz.
- Correia, J.M.S., (1987), *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, Coimbra; Almedina.
- Constituição da República de Angola. (2022). 2.ª Edição, Plural Editores;
- Estorninho, Maria João. (2023). *Curso de Direito dos Contratos – Por uma Contratação Pública Sustentável*. Edições Almedina;
- Franco, António L. de Sousa Franco. (2008). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Volumes I e II. 4ª edição. Almedina. Coimbra.
- Gonçalves, Pedro Costa. (2023). *Direito dos Contratos Públicos*. 6.ª Edição. Edições Almedina;
- Lei nº 41/20, de 23 de Dezembro, Lei dos Contratos Públicos.
- Santos, Bumba, Samanjata e Chinendele. (2023). *Código do procedimento Administrativo Comentado e Anotado*. Edições Almedina;



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e do Ambiente
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Compreender o conjunto de normas jurídicas que regulam o Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e do Ambiente, visando assegurar um desenvolvimento territorial sustentável, equilibrado e juridicamente adequado, respeitando os princípios da função social da propriedade, da protecção ambiental e da gestão racional dos recursos naturais.

Objectivos Específicos

1. Estudar os princípios e fundamentos jurídicos que regem o urbanismo, o ordenamento do território e a protecção ambiental, tanto no plano nacional quanto internacional.
2. Compreender os instrumentos legais de gestão territorial, como planos directores, planos municipais de ordenamento, licenciamento urbanístico e ambiental.
3. Analisar o papel da Administração Pública na definição, implementação e fiscalização das políticas urbanas, ambientais e de uso do solo.
4. Avaliar o equilíbrio entre o direito à propriedade privada e o interesse público, sobretudo em temas como expropriação, servidões administrativas, e zonas de protecção.
5. Investigar as responsabilidades civil, administrativa e penal por danos ao meio ambiente e por violações às normas urbanísticas e de ordenamento.
6. Refletir sobre os desafios jurídicos do desenvolvimento urbano sustentável, como mobilidade urbana, habitação, saneamento básico, áreas verdes e mudanças climáticas.

7. Promover a interdisciplinaridade entre Direito, Arquitetura, Engenharia e Geografia, favorecendo uma compreensão holística das políticas urbanas e ambientais.
8. Desenvolver capacidade crítica e técnica para analisar planos, legislações e políticas públicas voltadas ao uso racional do território e à proteção ambiental.

Conteúdos Programamáticos

Parte I - Direito do Ambiente

Tema I- Aspectos gerais do Direito do Ambiente.

- 1 .Conceito do Ambiente
2. O ambiente como novo bem juridico
3. O direito do ambiente como novo ramo do direito
4. O direito fundamental ao ambiente
5. Os principios do direito do ambiente
 - 5.1. Principio da prevenção
 - 5.2. Principio da precaução
 - 5.3. Principio do poluidor pagador
 - 5.4. Principio da participação
 - 5.5. Outros principio
6. Direito internacional do ambiente
7. Direito constitucional do ambiente
8. A tutela penal do ambiente
9. O direito fiscal do ambiente
10. A tutela civil do ambiente
 - 10.1. Avaliação e ressarcimento dos danos ambientais causados a particulares
 - 10.2. Avaliação e ressarcimento dos danos ambientais causados ao patrimonio público

Tema II - Direito dos Resíduos

- 1 Conceito de resíduo
2. Principios dos direitos dos resíduos
3. Poluição e padões de controlo ambiental
4. Regime juridico da gestão dos resíduos
5. Estrutura básica do direito do ambiente em Angola

Parte II - Direito do Urbanismo

Tema I - Cracterização geral do direito do urbanismo

1. Caraterização geral do direito do urbanismo

2. O direito do urbanismo e outras disciplinas jurídicas a fins
 - 2.1. O direito do urbanismo e o direito do ordenamento do território
 - 2.2. O direito do urbanismo e direito do ambiente
3. A constituição e o direito do urbanismo
 - 3.1. Direito a habitação
 - 3.2. Princípio da colaboração entre vários sujeitos de direito público na formação e execução dos planos territoriais
 - 3.3. Direito da participação dos interessados
 - 3.4. Os princípios da legalidade e da igualdade
 - 3.5. O direito a propriedade privada
 - 3.6. Outros direitos e garantias dos particulares perante actividade urbanística da administração pública
4. Princípios fundamentais da organização administrativa do urbanismo
5. Entidade, órgão e serviços com atribuições e competências no domínio do urbanismo
6. As regras de ocupação, uso e transformação dos solos
7. Regime jurídico dos instrumentos de gestão ambiental
 - 7.1. A planificação territorial
 - 7.2. Função dos planos
 - 7.3. Tipologia dos planos
 - 7.4. Natureza jurídica dos planos
 - 7.5. Procedimentos de formação dos planos
 - 7.6. A violação dos planos
8. O direito de propriedade privada
9. Os instrumentos de execução dos planos
 - 9.1. As nacionalizações
 - 9.2. As expropriações
 - 9.3. A reestruturação da propriedade

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola. (2022). 2.^a Edição. Plural Editores;

Magalhães, Bárbara, Coutinho, Pedro e Pinto, João Vilas Boas. (2024). *Direito do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Urbanismo*, 3.^a Edição, Quid Juris;

Condesso, Fernando dos Reis. (2023). *Direito do Urbanismo e do Ambiente*, 2.^a Edição, Edições Almedina;

- Condesso, Fernando dos Reis. (2019). *Direito do Ambiente e Território. Urbanismo e reabilitação Urbana*. 3.^a Edição. Edições Almedina;
- Sanfilippo M., Bacchin M., Moretti M.V. (2017). *Gestão Participativa dos Recursos Florestais. Manual operativo para o Miombo angolano*;
- Cospe, Firenze Simonsen, F. M. (2013). *Relação entre Planeamento Territorial e a Protecção do Ambiente*. Universidade de Coimbra Faculdade de Direito 2º ciclo de Estudos em Direito.
- World Bank. (2018). *Relatório de Diagnóstico do sector de WASH de Angola, Um apelo urgente à acção*. Luanda;



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Prática Forense II
Ano	5.º
Tipo	Semestral
Carga Horária Lectiva	06 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Desenvolver habilidades práticas e teóricas na actuação jurídica forense, por meio da aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, visando à preparação para o exercício da advocacia ou outras carreiras jurídicas, com foco na actuação processual e no cumprimento das normas legais.

Objectivos Específicos:

1. Compreender a rotina forense, por meio do acompanhamento de processos judiciais, despachos, audiências e outras actividades realizadas nos fóruns e demais órgãos do Poder Judicial.
2. Elaborar peças processuais, tais como petições iniciais, contestações, recursos, pareceres e demais documentos jurídicos, sob supervisão adequada.
3. Desenvolver a interpretação e aplicação do Direito, com base na legislação, jurisprudência, doutrina e princípios jurídicos, aplicando-os aos casos concretos.
4. Aprimorar a capacidade argumentativa e escrita jurídica, por meio da prática, redacional técnica e adequada aos padrões forenses.
5. Vivenciar a ética profissional, aplicando os princípios do Estatuto da OAA, Código de Ética e demais normas pertinentes à actuação jurídica.
6. Promover a interdisciplinaridade, integrando conhecimentos de diversas áreas do Direito na solução de conflitos jurídicos reais ou simulados.
7. Estimular o senso crítico e a responsabilidade social, por meio da observação das implicações sociais das decisões jurídicas e da actuação profissional.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. DAS ACÇÕES DECLARATIVAS ORDINÁRIAS

- 1.1. Modelo de Acção declarativa de condenação
- 1.2. Modelo de Acção declarativa de simples apreciação positiva e negativa
- 1.3. Modelo de Acção Declarativa Reconstitutiva
- 1.4. Modelo de Contestação à Acção declarativa
- 1.5. Modelos de outros articulados: Réplica, Tréplica...

2. DAS ACÇÕES EXECUTIVAS

- 2.1. Modelo de Acção executiva para pagamento de quantia certa
- 2.2. Modelo de Embargo à Acção executiva
- 2.3. Modelo de Embargo de Terceiros à Acção executiva

3. DAS PROVIDÊNCIAS CAUTELARES

- 3.1. Modelo de providência cautelar de restituição provisória de posse
- 3.2. Modelo de providência cautelar de embargo de obra nova
- 3.3. Modelo de oposição à providência cautelar
- 3.4. Modelo de oposição à providência

4. DAS ACÇÕES POSSESSÓRIAS

- 4.1. Modelo de Acção especial de manutenção de posse
- 4.2. Modelo de Acção de reivindicação de propriedade
- 4.3. Modelo de Acção especial de despejo

5. DAS ACÇÕES DE FAMÍLIA E MENORES

- 5.1. Modelo de acção de adopção
- 5.2. Modelo de acção de Tutela
- 5.3. Modelo para acção de Invetário obrigatório
- 5.4. Modelo de acção de Investigação da Paternidade
- 5.5. Modelo de requerimento e acordos para divórcio por mútuo consentimento
- 5.6. Modelo de acordos extrajudicial para separação e divisão de coisa comum

6. DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

- 6.1. Modelo de Suspensão Da Eficácia do Acto Administrativo...
- 6.2. Modelo de Recurso contencioso para declaração de nulidade do acto administrativo
- 6.3. Modelo de Intimação contenciosa para comportamento de órgão administrativo

7. DOS RECURSOS

- 7.1. Modelo de Recurso Extraordinário
- 7.2. Modelo de Recurso de apelação

8. RECLAMAÇÃO POR RETENÇÃO DO RECURSO
9. CARTAS/INTERPELAÇÕES EXTRAS JUDICIAIS
10. ACORDOS DE TRANSAÇÃO
11. REQUERIMENTO DA EXTINÇÃO DA INSTÂNCIA
12. ACORDOS REVOGATÓRIO
13. MODELOS DE RESPOSTAS À NOTA DE CULPA..
14. RECURSO GRACIOSO DA DECISÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR

BIBLIOGRAFIA

- Angola, Código Civil (2011). Decreto-Lei n.º 47/344, de 25 de Novembro de 1966. Promulgada em 7 de Julho. Ed. 5º, Escolar Editora;
- Código da Família (Lei n. 1/88, de 20 de Fevereiro);
- Código do Registo Civil (Decreto Lei n.º 47.678, de 5 de Maio de 1967);
- Código Civil Angolano e Código de Processo Civil Angolano;
- Código de Processo Penal e Código de Processo Penal Angolano;
- Constituição da República de Angola. (2022). 2.ª Edição, Plural Editores;
- Cangombe, Mário Cassoma. (2021). *Tramitação do Procedimento Disciplinar*. Editora azul;
- Decreto Presidencial 36/15, de 30 de Janeiro, que aprova o regulamento do reconhecimento da união de facto por mútuo acordo e dissolução da união de facto reconhecida;
- Molina, Pascual Barberán. (2012). *Manual Prático do Advogado - Estratégias e Táticas Processuais para Profissionais e Estudantes*. Editora: Escolar Editora;
- Ferreira, Daniel. (2023). *Formulários de Processo Penal Angolano*. 1.ª Edição;
- Ferreira, Daniel; Costa, Osvaldo; Palássu, Mário e Francisco, Pascoal. (2022). *Manual de Tramitação Processual Angolanos*. 1ª Edição Editora Azul;
- Pongolola, Vicente Correia. (2020). *Prática Processual Penal para Advogados e Advogados Estagiários*. 1ª Edição. Imprensa Nacional.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM - ISUP

(Aprovado pelo Decreto Presidencial nº168/12, Diário da República, nº141- I Série, de 24 de Julho)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Unidade Curricular	Contencioso do Urbanismo
Ano	5.º
Tipo	Anual
Carga Horária Lectiva	04 tempos lectivos semanais

Objectivo Geral: Analisar o contencioso do urbanismo como instrumento jurídico de regulação, fiscalização e resolução de conflitos decorrentes da ocupação e uso do solo urbano, com ênfase na actuação dos tribunais e órgãos administrativos na tutela do ordenamento urbanístico.

Objectivos Específicos:

- Compreender os fundamentos jurídicos do contencioso urbanístico, a partir da legislação urbanística e dos princípios constitucionais relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável.
- Identificar os principais tipos de conflitos urbanísticos que geram demandas judiciais e administrativas, como disputas sobre licenciamento de obras, uso indevido do solo, zoneamento, impacto ambiental, entre outros.
- Analisar a actuação dos entes públicos e órgãos competentes na prevenção e resolução desses conflitos.
- Avaliar a jurisprudência dos tribunais superiores em matéria de urbanismo, destacando entendimentos consolidados e divergências relevantes sobre temas como regularização fundiária, zoneamento e direito à moradia.
- Investigar a eficácia das soluções alternativas de resolução de conflitos no âmbito urbanístico, como mediação e conciliação, e sua aplicação prática nos municípios.

Conteúdos programáticos

Tema 1- O Contencioso do Urbanismo como Contencioso Administrativo

Tema 2- O Contencioso Administrativo do Urbanismo

2.1- Contencioso dos planos urbanísticos

2.1.1- Impugnação contenciosa indireta ou incidental de planos

2.1.2- Impugnação contenciosa directa: a declaração de ilegalidade com e sem força obrigatória geral

2.1.3- Declaração de ilegalidade por omissão de planos

2.2- Contencioso dos actos administrativos de gestão urbanística

2.2.1- Impugnação contenciosa de atos

2.2.2- Pedido de condenação à prática de ato legalmente devido

2.2.3- Especificidades da ação proposta pelo Ministério Público

2.3- Contencioso dos contratos urbanísticos

2.3.1- Litígios respeitantes à interpretação, validade ou execução dos contratos

2.3.2- Litígios relativos à validade dos atos pré-contratuais

2.4- Contencioso da responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas no âmbito urbanístico

2.4.1- Responsabilidade civil por ato lícito

2.4.2- Responsabilidade civil por ato ilícito

Tema 3- Breve referência aos processos cautelares no urbanismo

3.1- Competência dos tribunais judiciais em matéria urbanística

3.1.1- Ilícitos criminais e contraordenacionais

3.1.2- Litígios jurídico-privados respeitantes à urbanização e à edificação

3.1.3- Litígios sobre o valor da indemnização por expropriações urbanísticas

3.2- A arbitragem no urbanismo

Bibliografia

Carvalho, Raquel. (2024). *Introdução ao Direito do Urbanismo*. 4ª Edição. UCP Editora.

Condesso, Fernando dos Reis. (2020). *Direito Do Urbanismo E Do Ambiente*. Edições Almedina.

Decreto Presidencial n.º 201/17 de 05 de setembro, Regulamento do Exercício da Actividade de Elaboração dos Instrumentos de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Monteiro, Claudio. (2010). *A função social da propriedade dos solos urbanos: tópicos para a revisão da Lei dos Solos*, in "Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Génese e Evolução do sistema de Gestão Territorial 1998-2008". Ad Urbem.

- Monteiro, Claudio. (2010). *A fiscalização das operações urbanísticas*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Manuel Sérvulo Correia* (Vol. IV, pp. 419-443). Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Monteiro, Claudio. (2010). *O embargo de obras no regime jurídico da urbanização e da edificação*, in *Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*. Almedina.
- Monteiro, Claudio. (2013). *O domínio da cidade. A propriedade à prova no Direito do Urbanismo*. AAFDL.
- Neves, Paulo Dias. Ministério Público e Urbanismo (2013). *Sobre a impugnação contenciosa de atos de gestão urbanística pelo Ministério Público*. Principia.
- Oliveira, Fernanda Paula. (2017). *Escritos Práticos De Direito Do Urbanismo*. Edições Almedina.
- Oliveira, Fernanda Paula. (2013). *Direito Do Urbanismo Perguntas De Bolso, Repostas De Algibeira*. Edições Almedina
- Ribeiro, Vítor e Costa, Adalberto. (2018). *Urbanismo. Regime Jurídico da Urbanização e Edificação*. Vida Económica.

CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO, FORMAÇÃO ACADÊMICA, REGIME DE TRABALHO E TEMPO DE EXPERIÊNCIA

Nº	Nome do Docente	Titulação	Curso de Licenciatura / Mestrado	Categoria Docente e Científica	Regime de Trabalho	Anos de Experiência no Ensino Superior
1	Pedro Manuel Campos	PhD	Economia	Auxiliar	Efectivo	9 anos
2	Rosell Ramón H. Herrera	PhD	Ciências Pedagógicas	Auxiliar	Efectivo	21 Anos
3	Helder Álvaro Soares	Mestre	Direito Cível	Assistente	Efectivo	10 anos
4	Betuel Vunda José Tomé	Mestre	Ensino da Língua Portuguesa	Assistente	Colaborador	7 anos
5	Levi Gabriel Pascoal Bocoto	Mestre	Direito Jurídico-Forense	Assistente	Efectivo	10 anos
6	Fernando Guia Jacinto	Mestre	Metodologia de Ensino da História	Assistente	Efectivo	12 anos
7	Avelino Chimuco Calungo	Mestre	Direito Penal e Criminal	Assistente	Colaborador	6 anos
8	João Cristiano Kolembe	Mestre	Direito Jurídico-Forense	Assistente	Colaborador	6 anos
9	Tárcio Mendes Cabral	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Efectivo	4 anos
10	Valente Espelho Justino	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Efectivo	8 anos
11	Lucas Paris Jaime	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Efectivo	2 anos
12	Joaquim Orlando	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Efectivo	7 anos
13	Domingos Carvalho Moraes	Licenciado	Direito	Assistente	Efectivo	2 anos
14	Rosário Garcia João	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Efectivo	2 anos
15	Valter de Lima Sebastião	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Efectivo	9 anos

CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO, FORMAÇÃO ACADÊMICA, REGIME DE TRABALHO E TEMPO DE EXPERIÊNCIA

15	Andrade Delmiro Chipenha Sapalo	Licenciado	Economia e Gestão	Assistente Estagiário	Efectivo	10 anos
16	Domingos Lubange	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Colaborador	8 anos
17	Edgar Cachípia	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Colaborador	5 anos
18	Isaías Quintas Alfredo	Licenciado	Direito	Assistente Estagiário	Efectivo	7 anos



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM
Aprovado por Decreto Presidencial n.º 168/021, Diário da República Nº 141 - I.ª Série de 24 Julho
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

PLANO DE ESTUDO DO CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

1º SEMESTRE														1º ANO (CICLO BÁSICO)													
Unidades Curriculares		UC	HT	Aulas				TA	AV	HLS	Unidades Curriculares		UC	HT	2º SEMESTRE												
				T	TP	P											T	TP	P	TA	AV	HLS					
Introdução ao Estudo do Direito	8	113	48	32			30	3	5	Introdução ao Estudo do Direito	11	161	48	32		75	6	5									
Direito Constitucional e Ciência Política	6	97	32	32			30	3	4	Direito Constitucional e Ciência Política	10	145	32	32		75	6	4									
Filosofia do Direito	5	72	48				21	3	3	Filosofia do Direito	8	117	48			63	6	3									
Expressão Escrita e Oral	9	129	48	48			30	3	6	Expressão Escrita e Oral	12	177	48	48		75	6	6									
História do Direito R. e das Instituições	6	97	64				30	3	4																		
Latim	6	92	64				25	3	4																		
Sub-total	40	600	304	112			166	18	26	Sub-total	40	600	176	112	-	288	24	18									
Total de Horas do 1º Ano		51%		19%		0%		28%		3%		1200		29%		64%		4%									
Total de Unidades de Crédito do 1º Ano												80															
3º SEMESTRE														2º ANO (CICLO BÁSICO)													
Unidades Curriculares		UC	HT	Aulas				TA	AV	HLS	Unidades Curriculares		UC	HT	4º SEMESTRE												
				T	TP	P											T	TP	P	TA	AV	HLS					
Teoria Geral do Direito Civil	10	149	48	48			50	3	6	Teoria Geral do Direito Civil	10	149	48	48		50	3	6									
Direito Administrativo	8	117	32	32			50	3	4	Direito Administrativo	8	117	32	32		50	3	4									
Expressão Escrita e Oral	9	129	48	48			30	3	6	Expressão Escrita e Oral	9	129	48	48		30	3	3									
Direito Internacional Público	7	108	32	32			41	3	4	Finanças Públicas	7	108	32		32	41	3	3									
Direito Económico	6	97	32				30	3	4	Direito Comunitário	6	97	48		16	30	3	3									
Sub-total	40	600	192	160			201	15	24	Sub-total	40	600	208	128	48	201	15	19									
Total de Horas do 2º Ano		32%		27%		5%		34%		3%		1200		35%		21%		8%									
Total de Unidades de Crédito do 2º Ano												80															

TOTAL DE HORAS LECTIVAS DO CURSO		4800	
TOTAL DE UNIDADES DE CRÉDITOS DO CURSO		320	
VARIÁVEL	ABREVIACÃO	TOTAL DE HORAS	PERCENTAGEM
Unidades de Crédito	UC	320	
Total de Horas do Curso	HT	4800	100%
Horas Teóricas	T	1744	36%
Horas Teórico-Práticas	TP	432	9%
Horas Práticas	P	1104	23%
Horas de Trabalho Autônomo	TA	1379	29%
Horas Avaliação	AV	141	3%